



Tornar Santa Rita do Sapucaí um lugar melhor para viver.

**Projeto da
Fase 4 - FAC
Ferramenta de Ação pelo Cidadão**

Novembro 20

Índice

1 INTRODUÇÃO.....	3
2 ESTRUTURA PÚBLICA DE CONSELHOS MUNICIPAIS.....	4
2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR.....	4
2.2. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	5
3 MODELOS DE FAC.....	9
3.1 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO.....	9
3.2 COMITÊ DA CIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	10
3.3 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO.....	10
3.4. ASSOCIAÇÃO GESTORA DO PARQUE TECNOLÓGICO ABERTO.....	10
3.5. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO.....	12
3.6. ESCRITÓRIO DE PROJETOS MUNICIPAIS.....	12
3.7. INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS.....	13
3.8. OBSERVATÓRIO DO CIDADÃO E DE VISÃO DE FUTURO.....	13
3.9. COOPERATIVA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	14
3.10. COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE.....	14
4 CASOS REAIS.....	15
4.1 MARINGÁ.....	15
4.2 SINOP.....	15
4.3 SÃO JOÃO DA BOA VISTA.....	17
4.4. PORTO ALEGRE.....	19
4.5. ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA.....	20
5. SUGESTÕES PARA SANTA RITA DO SAPUCAÍ.....	21
5.1 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO.....	21
5.2. GOVERNANÇA EM REDE.....	21
6. CONCLUSÃO.....	23
AGRADECIMENTOS.....	24
ANEXO 1 - A TRANSFORMAÇÃO COMPLETA DAS CIDADES	
ANEXO 2 - RESUMO DAS ALTERNATIVAS DE MODELOS ANALISADOS	
ANEXO 3 - COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE- UMA DAS ALTERNATIVAS DE FAC	
ANEXO 4 - A IMPLEMENTAÇÃO DO CITY MANAGER NAS PREFEITURAS DO BRASIL	
ANEXO 5 - A EXPERIÊNCIA DE MARINGÁ – PR	
ANEXO 6 - A EXPERIÊNCIA DE SINOP - MT	
ANEXO 7 - CARTA POA 2050 POR UM PROJETO DE CIDADE PARA PORTO ALEGRE	
ANEXO 8 - POSTS DE EVENTOS REALIZADOS	



1 INTRODUÇÃO

Uma democracia sólida só acontece quando há grande participação popular na vida pública. Somente cidadãos que conhecem o que acontece na administração de suas cidades podem propor melhorias estruturais, sustentáveis, de longo prazo, e cobrar dos governantes que elas sejam efetivadas e permaneçam independentemente de uma gestão municipal, melhorias de ESTADO que permanecem e não apenas de GOVERNO que são descontinuadas pela gestão pública seguinte.

Um dos grandes estímulos para a ampliação da participação popular foi a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Ela exige do poder público maior publicidade dos seus atos. Desde que a transparência pública ganhou força com esta lei, que já está prevista no artigo 5º da Constituição Brasileira, a relação entre a sociedade e seus representantes se tornou mais presente. A participação popular vem aumentando significativamente no país, os cidadãos reivindicam cada vez mais clareza em cada atividade ou ato público e cobram seus gestores por isso. Para governos que buscam apoio popular é imprescindível permitir que a sociedade participe estruturadamente e ativamente da Administração dando a ela facilidade na obtenção de informações e condições adequadas para participar da definição das prioridades de longo prazo.

A democracia participativa está prevista no artigo 1º da segunda parte da Constituição de 1988, que determina que todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente pelo cidadão. A Constituição Federal de 1988 determina o envolvimento da sociedade civil no planejamento municipal, política urbana e gestão pública em geral. Há a determinação da participação do usuário na Administração Pública Direta e Indireta no art. 37, § 3º, e a cooperação das associações representativas no planejamento municipal (art. 29, XII), o qual foi ampliado com a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que estabelece diretrizes gerais da política urbana. <https://jus.com.br/artigos/44883/a-importancia-da-participacao-popular-atraves-dos-conselhos-municipais-na-formulacao-e-aplicacao-de-politicas-publicas-no-ambito-local>

A estabilidade do desenvolvimento de longo prazo local é uma consequência do sentimento que o povo tem de controlar seu município. Uma cidade com estruturas fortes promove a descentralização das decisões políticas e amplia suas possibilidades de tomar decisões adequadas para o enfrentamento de crises inesperadas, como a de 2020. Para reduzir a fragilidade da cidade e aumentar sua resiliência é importante deixar que a comunidade, de baixo para cima, planeje seu futuro, deixando por conta do Governo Municipal as decisões mais imediatas, de curto prazo.

A necessidade de transformação das cidades foi muito bem resumida pelo Prof. Antônio Marcos Alberti (INATEL) durante o curso de Liderança Criativa Clear Purpose/SEBRAE no Anexo 1.

Pretendemos analisar aqui, várias alternativas de Ferramentas de Ação pelos Cidadãos (FAC) para sugerir um modelo de participação popular na Gestão Municipal de Santa Rita do Sapucaí principalmente nas prioridades de Política de Estado, independente da gestão pública eleita.





2 ESTRUTURA PÚBLICA DE CONSELHOS MUNICIPAIS

2.1. Plano Diretor Municipal em vigor

O Plano Diretor instituído em 2012 e atualizado em 2014, está sendo novamente atualizado e ampliado, neste documento está especificado um Conselho Municipal Multidisciplinar e vários Conselhos específicos por assunto.

Abaixo é apresentada uma parte deste documento com destaque na participação dos cidadãos.

Art. 135. Fica criado o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, instituindo estruturas e processos democráticos e participativos,

Art. 136. São objetivos do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Democrática:

I - criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana, divulgando e implantando programas de Governo Eletrônico

III - instituir processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do plano diretor;

IV - elaborar relatório anual da gestão do Plano Diretor Participativo, dando publicidade.

Art. 137. O Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Democrática atua os seguintes níveis:

I - formulação de estratégias, das políticas e de atualização do Plano Diretor Participativo

Art. 139. Anualmente, o Executivo submeterá ao Conselho Municipal Multidisciplinar, relatório de gestão do exercício e plano de ação para o próximo período.

Art. 140. Fica criado o Conselho Municipal Multidisciplinar, órgão consultivo e deliberativo em matéria de natureza urbanística e de política urbana e rural, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

Art. 142. Compete ao Conselho Municipal Multidisciplinar:

I - acompanhar a implementação do Plano Diretor, analisando e deliberando sobre questões relativas à sua aplicação;

Parágrafo único. A eleição do Conselho Municipal Multidisciplinar se dará a cada 2 (dois) anos,

Art. 151. Os Seminários da Cidade ocorrerão, ordinariamente, a cada ano, sendo sua convocação, organização e coordenação realizadas pelo Poder Executivo, com exceção das realizadas em caráter extraordinário, quando então serão convocadas, organizadas e coordenadas pelo Conselho Municipal Multidisciplinar.

Art. 152. Os Seminários da Cidade deverão, dentre outras atribuições:

I - apreciar as diretrizes da política urbana do Município;

II - debater os relatórios anuais de gestão da política urbana, apresentando críticas e sugestões;

III - sugerir ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos;

IV - deliberar sobre plano de trabalho para o biênio seguinte;

V - sugerir propostas de alteração da Lei do Plano Diretor, a serem consideradas no momento de sua modificação ou revisão;

VI - eleger os membros do Conselho Municipal Multidisciplinar.

Art. 153. O Poder Executivo encaminhará, no prazo máximo de 2 (dois) anos, à Câmara Municipal, os seguintes projetos de lei de criação e/ou revisão:

C) I - dos Planos de Ações Estratégicas na ordem de prioridades abaixo:

a) proposta para elaboração do Plano Diretor Rural Participativo;



Esta poderia ser a FAC, entretanto está bem definida neste documento que a Presidência deste Conselho Municipal é do Prefeito e isso tira a conotação de ESTADO pois sua gestão fica sendo de GOVERNO.

É normal e esperado que o Conselho Municipal, como definido no Plano Diretor, dê mais importância aos aspectos do período da gestão municipal fazendo com que ele seja uma ferramenta do Poder Público e não da Sociedade Civil.

Cidades como Três Pontas e Guaxupé implantaram nos últimos anos este tipo de conselho, em que o prefeito é o presidente executivo, tomando como modelos as experiências de Maringá e São João da Boa Vista, respectivamente, mas o fato do prefeito ser o condutor, arrefece na sociedade o interesse de participar.

Acreditamos que seja este o motivo de o Conselho Municipal Multidisciplinar de Santa Rita do Sapucaí nunca ter sido implantado por falta de interesse de participação da sociedade civil, apesar de ter sido criado em 2012 pelo artigo 140 do Plano Diretor Municipal.

2.2. Conselhos Municipais

- **Conselho dos Direitos da Mulher - CMDM**

O CMDM – tem por finalidade garantir à mulher o pleno exercício de sua cidadania, por meio de propostas, acompanhamento, fiscalização, promoção, aprovação e avaliação de políticas para as mulheres, em todas as esferas da Administração Pública Municipal, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, promovendo a integração e a participação da mulher no processo social, econômico e cultural.

- **Conselho Municipal de FUNDEB – CACSFUNDEB**

O CACSFUNDEB tem 11 titulares e 11 suplentes, com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 4308/2009. Possui representação da educação básica pública, sendo 1 representante dos professores, 1 dos diretores, 1 dos servidores técnico-administrativos, 2 dos pais e alunos e 1 dos Estudantes.

- **Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPDA**

O COMPDA é um órgão colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e fiscalizador da implantação e manutenção das políticas públicas de promoção das ações de proteção e defesa dos animais, quer sejam eles de grande ou pequeno porte. Objetiva a busca, dentro de sua estrutura e atribuições, das condições necessárias para a defesa, proteção, conservação e preservação da vida, da dignidade e do bem-estar dos animais, protegendo-os assim de maus tratos, abandono e exploração, quer sejam domésticos, domesticados e não domésticos (inclusive os destinados para abate), nativos ou exóticos, assegurando a implantação e manutenção de políticas



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

públicas que levem à convivência harmoniosa entre os homens e os animais. O COMPDA se reúne eventualmente e tem 11 titulares e 11 suplentes com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 5.238, de 09 de maio de 2019.

- **Conselho Municipal de Saúde**

Foi criado pela Lei Municipal nº 2.015, de 4 de dezembro de 1991, e reestruturado pela Lei nº 4711/2013, de 06/11/2013 e pela Lei Orgânica do Município. Se reúne a cada mês e possui 16 membros, com 16 suplentes, com mandatos de 2 anos. Possui representação de 8 representantes de entidades de usuários, 4 de entidades dos trabalhadores da área de saúde, e 4 da Prefeitura e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

- **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**

O atendimento dos direitos da criança e do adolescente inclui políticas sociais básicas de educação , saúde, recreação esportes, cultura e lazer, profissionalização e demais políticas necessárias a execução das medidas protetivas e socioeducativas, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O COMDCA se reúne mensalmente e tem 10 titulares e 11 suplentes com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 4.650, de 27/02/2013 e também pela Lei Orgânica do Município.

- **Conselho Municipal de Turismo - COMTUR**

O Conselho Municipal de Turismo, órgão colegiado, deliberativo, consultivo e de assessoramento do Poder Executivo Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo, é o responsável por implantar a Política Municipal de Turismo. O COMTUR se reúne mensalmente e tem 9 titulares, não havendo suplentes, composto por 3 representantes de empresas, 3 da Sociedade Civil e 3 do Poder Público, com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 5.274, de 04/12/2019.

- **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD**

O COMAD se reúne mensalmente e tem 16 titulares e 165 suplentes, sendo 50% indicados pelo Poder Público e 50% pela Sociedade Civil , com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 4.399, de 07/04/2010.

- **Conselho Municipal de Juventude – COMJUVE**

O COMJUVE se reúne a cada 2 meses e tem 8 representantes, e 8 suplentes, sendo 4 do Poder Público, 1 representante dos grêmios estudantis, 1 das instituições de ensino superior e técnico, 1 das instituições de ensino público e 1 de movimentos religiosos que tenham juventude organizada.Foi criado pela Lei Municipal nº 4.589, de 11/04/2012. Seu Regimento Interno foi registrado em 06/09/2012.



SASRS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

• Conselho Municipal de Esportes - CME

O CME se reúne a cada mês e tem x titulares e x suplentes, com representantes de instituições desportivas pais de alunos da escolinha de futebol, do desporto educacional, e indicados pelos profissionais de educação física. Tem mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 4.443/94 de 14/10/2010, alterada pela Lei 4.362 de 12/12/2012 e também pela Lei Orgânica do Município

• Conselho Municipal da Assistência Social

• Conselho Municipal do Idoso – COMID

O COMID se reúne a cada mês e tem 8 titulares e 8 suplentes, sendo metade do Poder Público, com mandatos de 2 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 3.843/94 de 06/04/1994.

• Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA

Entre as funções mais relevantes do Codema estão: Formular as diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente, inclusive para atividades prioritárias de ação do Município , em relação à proteção e conservação do Meio Ambiente como recuperação, proteção, defesa, melhoria e manutenção da qualidade ambiental, observadas as legislações federal, estadual e municipal que regulam a espécie. Julga os recursos às autuações lavradas por agentes públicos municipais, no âmbito de sua competência, na forma da lei. O CODEMA se reúne a cada 15 dias e tem 11 titulares e 10 suplentes, com mandatos de 4 anos. Foi criado pela Lei Municipal nº 1.450 de 08/06/1988 e a nova redação aconteceu na Lei Municipal nº 4.123/2007 de 09 de Março de 2007 e também pela Lei Orgânica do Município.

• Conselho Rural

O Conselho Rural foi criado pela Lei Complementar N° 79, de 12/11/2012, Plano Diretor para atuação na gestão e planejamento do Plano Diretor Participativo Rural.

• Conselho Municipal de Educação - CME

Criado pela Lei n° 3.180/1999 e alterações pela Lei nº 4.188/2007 e também pela Lei Orgânica do Município. O Conselho Municipal de Educação é constituído por membros do Poder Executivo ou seu indicado; por representante do Poder Legislativo, indicado pela Câmara Municipal; por demais membros, que serão escolhidos dentre aqueles dos seguimentos da sociedade, cujo número e forma de escolha serão definidos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação

• Conselho do Desenvolvimento do Polo Tecnológico

Criado no, âmbito do Projeto GTZ, pela Lei N° 3.711 de 13/11/2002 o Conselho do Desenvolvimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí inscrito no CNPJ sob o nº 05.197.073/0001-39 não foi implementado.



SASRS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

• Conselho Municipal Multidisciplinar

O Conselho Municipal Multidisciplinar é um órgão consultivo e deliberativo, em matéria de natureza urbanística e de política urbana. Foi criado pela Lei Complementar N° 79, de 12/11/2012, a mesma que aprova o Plano Diretor Participativo do Município e pela Lei Orgânica do Município.

Cabe ao Conselho Multidisciplinar analisar a viabilidade para a realização de operações urbanas consorciadas, enviando pedido ao órgão municipal de planejamento urbano para que realize os estudos necessários para elaboração de minuta do anteprojeto de lei específica, aprová-la e providenciar sua apresentação e votação na Câmara Municipal.

É vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, que disponibiliza os recursos administrativos necessários ao seu funcionamento.

O Conselho Municipal Multidisciplinar é paritário, com mandatos de 2 anos e as eleições ocorrem em Seminários da Cidade em audiência pública por votação aberta, respeitando-se os seguintes temas: lazer e cultura; patrimônio histórico e cultural; meio ambiente; educação; saúde; segurança; planejamento urbano; ação social e cidadania; sindicatos; associação de moradores e habitação.

Nos Seminários da Cidade são apreciadas as diretrizes da política urbana do Município; debatidos os relatórios anuais de gestão da política urbana; sugerido ao Poder Executivo adequações nas ações estratégicas, destinadas à implementação dos objetivos, diretrizes, planos, programas e projetos; deliberado o plano de trabalho para o biênio seguinte; sugeridas propostas de alteração da Lei do Plano Diretor.

O Conselho Municipal Multidisciplinar é o responsável pela administração, captação e publicidade dos recursos que compõem o Fundo Municipal Multidisciplinar.

Se compõe de representantes do Governo Municipal e representantes dos empresários, do setor imobiliário, do setor agrícola e dos demais setores econômicos; representantes dos movimentos sociais, dos movimentos de habitação, do sindicato de trabalhadores urbanos, de sindicato ou cooperativa de trabalhadores rurais; e de representantes de organizações não governamentais ambientais e sociais, entidades técnicas ou profissionais e instituições de ensino ou pesquisa.



SASRS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



3 MODELOS DE FAC

Ferramentas de Ação para o Cidadão – FAC foi o nome que adotamos por falta de uma denominação adequada para reunir as várias ideias de instituições de empoderamento estruturado do cidadão nas decisões de longo prazo para o desenvolvimento da cidade.

Nos quase dois anos que vimos estudando o assunto avaliamos até o momento vários modelos da FAC, que estão resumidos no Anexo 2. (<https://www.youtube.com/watch?v=PFQmsIPXjZ8&t=2s>)

3.1 Conselho de Desenvolvimento

Foi a ideia inicial, baseada nas experiências de Maringá – PR e em Sinop – MT criados por Lei Municipal em 1996 e em 2009 respectivamente, com os principais objetivos de definir as prioridades municipais para:

- Intercâmbio permanente para o desenvolvimento;
- Diretrizes com vistas à geração de empregos;
- Identificação das potencialidades e vocação econômica;
- Soluções para atração de investimentos;
- Buscar convênios de cooperação;
- Promover fóruns para participação da comunidade;
- Desenvolver um sistema de informações amplo para tomada de decisões.

A principal característica do Conselho de Desenvolvimento de Maringá é o Prefeito ocupa uma posição de honra, mas o Presidente do Conselho é eleito entre os conselheiros que são representantes de entidades da sociedade civil (50%) e do poder público municipal (50%). Os assuntos são tratados em Câmaras Técnicas e debatidos em Plenário.

O Conselho de Desenvolvimento compõe-se de um plenário com até 20 representantes e as seguintes Câmaras Técnicas, que agregam outros representantes das áreas afins:

- I. Educação, Esporte, Cultura e Potencialização de Talentos
- II. Saúde e Assistência Social
- III. Segurança e Assuntos Comunitários
- IV. Inovação e Empreendedorismo e Economias emergentes
- V. Turismo, Comércio e Serviços
- VI. Agronegócios e Meio Ambiente





VII. Atração, Transformação e Gestão de negócios em tecnologia

VIII. Infraestrutura, Construção Civil e Setor Imobiliário

IX. Fontes de Financiamento e Atração de Investimentos.

Os membros do Conselho de Desenvolvimento são não remunerados e as despesas administrativas são mantidas por um Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, com recursos do poder público, correspondentes a 2% do total das receitas do município, de pessoas físicas ou jurídicas e de captações de instituições públicas ou privadas.

Este modelo de sucesso já está maduro e, após mais de 20 anos de operação efetiva em Maringá, continua produzindo bons resultados. (ver item 4.1.)

3.2 Comitê da Cidade para o Desenvolvimento Sustentável

É um modelo similar ao anterior, sendo que os conselheiros são pessoas físicas, formadoras de opinião, de destaque na sociedade, escolhidas por uma forma de escrutínio.

Este Comitê de Desenvolvimento pode ser formado por 7 pessoas escolhidas pelo povo, buscando se transformar com o tempo em um modelo similar ao City Council ou City Manager, muito comum atualmente nos Estados Unidos. O Anexo 4 apresenta, apenas como exemplo, uma proposição para a implementação do City Manager nas prefeituras do Brasil, visando à profissionalização da gestão municipal.

Possui atividades de planejamento de longo prazo, articulação com a sociedade e determinação de prioridades de investimento. Seus integrantes são incumbidos da função de supervisionar o poder executivo e o poder legislativo municipal, aprovar o orçamento da cidade e representar a municipalidade em diversas tarefas no intuito de garantir que esses realizem melhores investimentos e escolhas para a população.

3.3 Conselho de Administração do Polo Tecnológico

Em 13 de novembro de 2002 foi declarado de utilidade pública o "Conselho de Desenvolvimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí", inscrito no CNPJ sob o nº 05.197.073/0001-39, criado no âmbito do Projeto GTZ (cooperação com a Alemanha).

Com a ampliação das formas de atuação deste Conselho, ele poderia servir às necessidades do Vale da Eletrônica como um todo.

3.4. Associação Gestora do Parque Tecnológico Aberto

Em 2016 foi proposta a implantação do Parque Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí (PTSRS), por iniciativa do Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares do Vale da Eletrônica (SINDVEL), em parceria com as associações industrial e comercial de Santa Rita do Sapucaí (AISRS e ACEVALE, respectivamente), o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), o Centro de





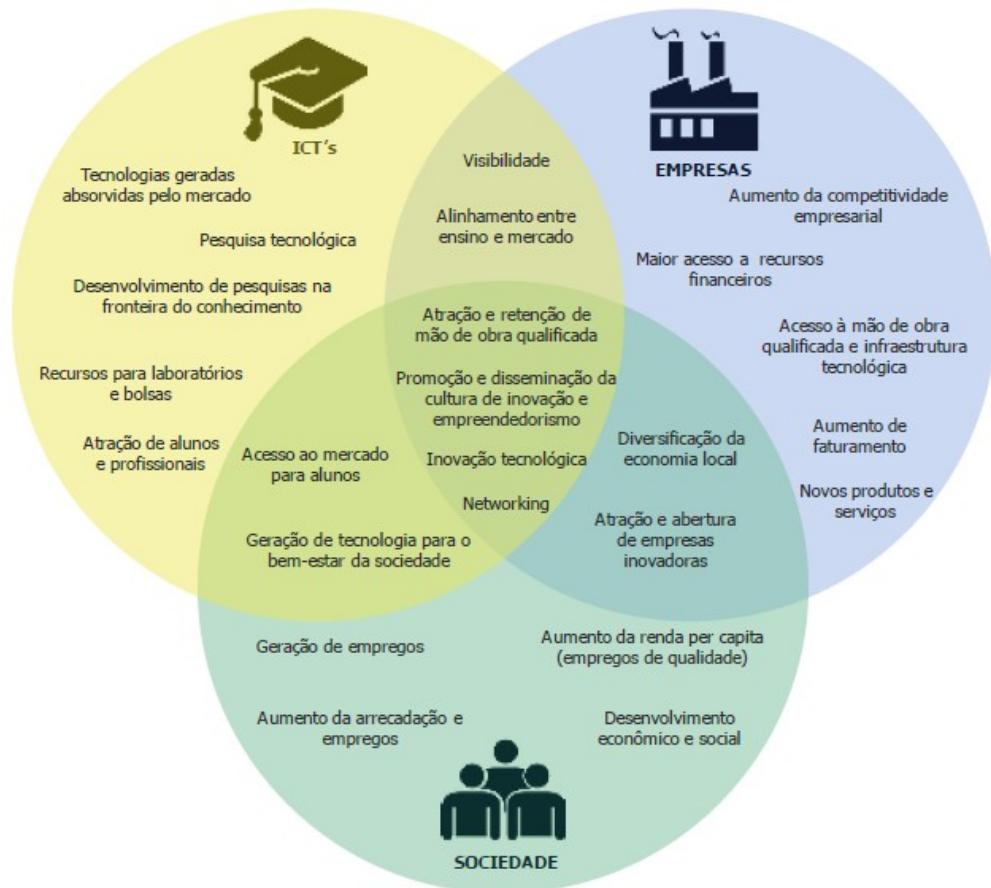
Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

Ensino Superior em Gestão, Tecnologia e Educação (FAI), a Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa (ETE) e da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí. A proposta também contou com o apoio institucional da Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí (COOPERRITA), da SEDECTES, da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae-MG).

Parque tecnológico pode ser definido como uma organização gerenciada por profissionais especializados cujo principal objetivo é incrementar a riqueza na comunidade por meio da promoção da cultura de inovação e competitividade de suas empresas associadas e instituições baseadas em conhecimento. O modelo de interação, conhecido como Hélice Tríplice (Triple Helix), composto pelo governo, universidades e institutos de ciência e tecnologia (ICT's) e indústrias.

MISSÃO - Promover o desenvolvimento de Santa Rita do Sapucaí e região por meio de inovação, conhecimento e geração de novos negócios.

VISÃO - Ser o melhor ambiente de empreendedorismo, inovação e negócios de base tecnológica do país até 2030.



Um estudo de Viabilidade Técnica, Comercial, Financeira e de Impacto Ambiental e Social realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado de Minas Gerais (SEDECTES-MG), IEBT – Gestão e Inovação para Resultados, Universidade Federal de Viçosa (UFV) e Núcleo de Tecnologias de Gestão (NTG) indicou que os resultados esperados da implantação do PTSRS seriam os mostrados na figura acima.

A iniciativa ainda não foi implementada.

3.5. Agência de Desenvolvimento

É um modelo colaborativo desenvolvido e adotado pela cidade de São João da Boa Vista em 2016, com a contratação de consultoria especializada. Obteve excelentes resultados, se estendendo a outras cidades dos Estados de São Paulo e do Sul de Minas.

Neste modelo participam representantes dos Empresários, Poder Público, Academia e da Sociedade. Os conselheiros são não remunerados, a estrutura física é fornecida pela Prefeitura. Vários profissionais que exercem funções técnicas, administrativas, artísticas são remunerados por meio período (4h/dia), cada um com recursos de uma determinada empresa que pode usufruir dos serviços do profissional por uma quantidade de horas determinada. Nas outras 4 horas do dia, o profissional pode continuar usando a infraestrutura da Agência para atender a seus próprios clientes externos.

Quando contratou o serviço de consultoria, a Agência já existia desde 15 anos antes para atrair empresas para a cidade. Uma consultoria foi contratada por R\$ 1,2 milhões por 3 anos e desenvolveu o Plano 2050, um projeto de desenvolvimento da Agência de Desenvolvimento.

3.6. Escritório de Projetos Municipais

Escritório de projetos (PMO – Escritório de Administração de Projetos ou de Processos) é um conceito de administração de empresas. É uma ferramenta de estrutura organizacional que promove a padronização dos processos de governança e gestão de projetos. O PMO deve oferecer orientações, métodos e ferramentas para os gerentes de projetos conduzirem seus projetos.

Este modelo largamente adotado em grandes empresas poderia ser adaptado para a gestão pública para empreendimentos de longo prazo. Há várias décadas foi feito algo semelhante com outra ferramenta de gestão empresarial que é o Planejamento Estratégico. Foi desenvolvida e é largamente utilizado hoje pela Gestão Pública o Planejamento Estratégico Situacional, que é uma adaptação de sucesso do modelo, para aplicação na administração pública.



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

3.7. Incubadora de Empreendimentos Sustentáveis

O Planejamento Estratégico Situacional – PES é um modelo de planejamento econômico-social aplicado a governos que vem sendo crescentemente adaptado e utilizado em áreas como saúde, educação e planejamento urbano, por exemplo. Este modelo parte do reconhecimento da complexidade, da fragmentação e da incerteza que caracterizam os processos sociais, que se assemelham a um sistema de final aberto e probabilístico, onde os problemas se apresentam, em sua maioria, não estruturados e o poder se encontra compartido, ou seja, nenhum ator detém o controle total das variáveis que estão envolvidas na situação.

Uma vez definido um planejamento estratégico situacional, contratado e com a participação do Poder Público Municipal, uma Incubadora de Empreendimentos Sustentáveis comandada pela sociedade civil tem a função de agir em diversos planos, apoiando o próprio poder público nas articulações com os meios empresariais, acadêmicos e com o povo para o cumprimento do planejamento, com vários grupos especializados.

3.8. Observatório do Cidadão e de Visão de Futuro

A ideia de estabelecer, no âmbito da sociedade civil, mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação do cumprimento da agenda do ciclo social surgiu em 1995, entre ONGs que participavam da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Social O Social Watch (Observatório da Cidadania em português, Control Ciudadano em espanhol) é um conceito de rede mundial de grupos de cidadãos e organizações civis sem fins lucrativos para monitorar as ações de desenvolvimento social mostram como as informações sobre as políticas públicas dos governos e dos organismos multilaterais podem ser agenciadas e analisadas para subsidiar o processo decisório dos atores sociais.

Uma Câmara de Visão de Futuro tem por finalidade constituir-se numa espécie de guardião da visão de futuro. Prevê a composição com pessoas comuns da sociedade organizada por organizadores de grupos e conduzidos por condutores de encontros. Esses organizadores devem ser treinados por meio de cursos especialmente organizados e realizados.

O objetivo é contar com um número cada vez maior e crescente de cidadão comuns da Cidade, dispostos a pensar o futuro e, principalmente, se sentindo, condutores e responsáveis por esse futuro. Essas pessoas são orientadas a formular suas visões com perspectiva futura de 2030 e além, de modo a se dispor de embasamento para a definição das diretrizes de desenvolvimento econômico do Plano 20-30. Faz parte da estrutura da Câmara, um Grupo de Inteligência formado por voluntários de elevado nível de conhecimento e experiência de modo a reunir num único órgão, visões e embasamento que representam os quatro pilares do conhecimento, ou seja, a ciência, a filosofia, a teologia e a arte.

Esse Grupo terá como uma das missões a de identificar o papel que caberá a Santa Rita no mundo dos próximos 15 anos ou além, de maneira a servir de fonte de inspiração para a construção das visões de futuro para a Cidade. Outro importante papel é o de validar, sob a óptica do conhecimento embasado nos seus pilares, as visões construídas para o futuro de Santa Rita do Sapucaí.



SASRS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

3.9. Cooperativa de Investimento para o Desenvolvimento

A ideia de um fundo de investimento em empresas locais possibilita a todos os cidadãos participarem do desenvolvimento do Vale da Eletrônica.

3.10. Comitê de Governança em Rede

Governança em Rede representa uma forma particular de processo de decisão coletiva, em que é reconhecida a legitimidade de participação a uma grande variedade de atores sociais atuando através de novas ferramentas da tecnologia de informação e comunicação.

É um modelo novo e diferente de governar caracterizado pela interação entre uma pluralidade de atores, relações horizontais, busca de equilíbrio entre poder público, Instituições da sociedade civil e cidadãos, na busca das prioridades para a construção de um futuro desejado pela comunidade.

O meio empresarial tem estudado modelos de gestão participativa e descentralizada em rede. As decisões são tomadas em conjunto por pessoas organizadas em círculos de discussão que se interligam através de pessoas que participam de mais de um círculo, como por exemplo Holocracia, Sociocracia e O2. No Anexo 3 é apresentada uma ideia deste modelo.

<https://www.youtube.com/watch?v=PFQmsIPXiZ8>

Este modelo de Comitê de Governança em Rede é uma ideia inovadora, sem referências estabelecidas até o momento. Visa ampliar a discussões nos Conselhos Municipais definidos no Plano Diretor Municipal, com novos atores que não participam nem dos Conselhos Municipais e nem da Gestão Pública.

O Comitê de Governança em Rede é uma Organização Orgânica composta por cidadãos que interagem virtualmente, em rede com os participantes dos Conselhos instituídos, visando colaborar, apoiar, articular, operacionalizar e principalmente definir as prioridades das ações para o desenvolvimento de longo prazo da cidade. Deste modo o comitê é um órgão de Estado que auxilia o Poder Executivo e Legislativo Municipal na definição das prioridades das ações, visando a continuidade das políticas de desenvolvimento de longo prazo.

Deve ser implementado de baixo para cima, iniciando-se com círculos de associações de barros, de vizinhos solidários, de sindicatos, de grupos assistenciais, etc.

Em uma segunda etapa, estes círculos serão integrados a círculos de segundo nível organizados por temas, agrupando-se os Temas do Plano 20-30 com Indústria, Comércio e Serviços.

O Círculo Geral deverá ser formado por representantes dos conjuntos de líderes máximos de:

- 1. Instituições Beneficentes cadastradas na Prefeitura
- 2. Fundações Educacionais
- 3. Sindicatos Patronais
- 4. Sindicatos de trabalhadores
- 5. Associação dos Amigos de Santa Rita do Sapucaí
- 6. Lojas Maçônicas regulares
- 7. Associação Industrial
- 8. Associação Comercial



Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



-
- 9. Cooperativas Rurais
 - 10. Prestadores de Serviços
 - 11. Academia Santarritense de Letras
 - 12. Veículos de Imprensa (Rádios, Jornais, Blogs)
 - 13. Órgãos federais de estímulo ao desenvolvimento – Sistema 5S
 - 14. Prefeitura
 - 15. Câmara Municipal

4 CASOS REAIS

4.1 Maringá

O Conselho de Desenvolvimento de Maringá – Codem é um órgão consultivo e deliberativo composto por entidades da sociedade civil e não tem competência para implantar ou executar projetos ou propostas de políticas de desenvolvimento econômico. Suas proposições são submetidas aos poderes constituídos, do executivo, do legislativo e até do poder judiciário, do Município, do Estado ou da União.

Foi criado em 1996 pela LEI Nº 4275/96 (Anexo 5a), com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo plenário. A Lei determina 14 atribuições para o Codem, que conta com o Plenário e 8 Câmaras Técnicas.

Os Conselheiros, sendo metade do Poder Público, tem mandatos de 2 anos. O presidente Executivo é um dos conselheiros, eleito pelo Concelho, com mandato de 1 ano, e o Prefeito também membro do Conselho é o Presidente de Honra.

Se mantém com verba municipal e foi criado por Lei Municipal.

4.2 Sinop

Em Novembro de 1997, 176 pessoas (empreendedores/formadores de opinião de Sinop), em Fórum de Desenvolvimento promovido pelo SEBRAE/SINOP, com membros do SEBRAE IDEAL, preocupados com o futuro de Sinop e região, começaram a desenvolver uma ideia.

Em 1998, um dos grupos que se formaram a partir do Fórum, com o objetivo de planejar as ações estratégicas, desenvolveu um Plano de Ação para a criação do CODESIN – CONSELHO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DE SINOP.

Missão

“Promover o desenvolvimento econômico sustentável, e a qualidade de vida, no exercício pleno da cidadania.”





Objetivo

"Elaborar um plano de desenvolvimento econômico para a região de Sinop e criar mecanismos para sua implementação."

Forma de trabalho

"Criação de Câmaras Técnicas Setoriais. Para discutir a situação atual, e planejar as ações a serem implementadas em cada setor da Economia. "

O Codesin foi criado formalmente pela Lei 1181/2009 (Anexo 6a) , vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, com caráter deliberativo e consultivo, destinado a promover e orientar o desenvolvimento econômico local. Entre as atribuições do conselho estará a gerência do Fundo de Desenvolvimento Comercial, Industrial e Turístico, estabelecendo os programas prioritários para aplicação de seus recursos. No artigo 5º ficou definido que o Presidente nato do CODESIN será o Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Foi composto de 20 membros sendo 10 de órgãos públicos e 10 da sociedade civil organizada, para atuar na formulação das políticas de desenvolvimento econômico da cidade, bem como estabelecer diretrizes com vistas à geração de emprego; manter intercâmbio permanente com outros conselhos e instituições federais, estaduais e municipais; promover estudos e discussões acerca de identificação das potencialidades e vocação da economia do município.

Por volta de 2015 o Codesin foi perdendo força e **União das Entidades de Sinop - UNESIN** ainda informal passou a ter maior protagonismo.

Em 2014 a Unesin começou a atuar na cidade em 2014. Primeiro mostrou ações na prática e só depois de 6 anos foi criada formalmente. Em 29 de agosto de 2020, durante a pandemia, foi criada formalmente a UNESIN - União das Entidades de Sinop, que congrega 22 associações, sindicatos que representam empresas, indústrias e a sociedade de forma geral. A primeira diretoria com chapa consensual foi composta pelo representantes do Codenorte - Conselho de Desenvolvimento do Norte, como presidente e por representantes do Sindicato Rural, Associação Comercial e Empresarial de Sinop-ACES, Associação dos Engenheiros-Aenor, Associação Contabilistas - Ascont, Organização de Ministros Evangelicos de Sinop - OMES. Como Conselheiros foram eleitos representantes do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso - Sindusmad, Rotary e da Maçonaria.

A lei de criação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico é apresentada no anexo 6b.

Conforme carta aberta a sociedade Sinopense de 12/10/2020 (Anexo 6c) sua Pauta Estratégica é:

- Atrair investimentos públicos e privados
- Criar um polo agrotech
- Implantar um distrito industrial madeireiro
- Atualizar o plano diretor municipal e suas leis complementares





- Tecnificar as secretarias e reestruturar os Conselhos Municipais
- Resolver os problemas relacionados aos serviços de concessão públicas
- Ampliar a cobertura verde do perímetro urbano
- Resolver os problemas de mobilidade urbana
- Melhorar e manter a qualidade das estradas vicinais
- Duplicar a BR 163 no trecho Cuiabá – Sinop
- Implantar a Ferrogrão eu o porto seco no município
- Fortalecer Sinop como polo regional de saúde
- Fortalecer as forças de segurança
- Ampliar a segurança das propriedades rurais
- Resolver os problemas do Centro de Ressocialização de Menores
- Emancipar o campus da UFMT

4.3 São João da Boa Vista

Iniciando as operações no ano de 2000, a Agência de Desenvolvimento é uma Organização Não Governamental, que não conta com a participação do poder público no seu estatuto, sendo suprapartidária, e que visa, principalmente, o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. A princípio, Agência de Desenvolvimento prestou serviços e criou projetos para da cidade de São João da Boa Vista. A partir de 2017 passou a ter ação regional e, hoje, trabalha na construção de projetos para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável dos municípios da região Leste Paulista e Sul de Minas. <https://agenciadedesenvolvimento.com.br/>



Agência de
Desenvolvimento
Regional
Leste Paulista e Sul de Minas

Sua história entretanto se inicia no final da década de 1990 e vem evoluindo conforme video em que entrevistamos sua criadora e Amélia Queiróz em life feita em 25/09/2020, que pode ser acessado pelo endereço <https://www.youtube.com/watch?v=LsQZZBLdOmI&t=3577s>

O foco é o fomento da área de emprego e renda por meio de projetos estratégicos e envolve instituições e poder público que, através da integração de suas forças, obtêm resultados mais efetivos. É através do trabalho contínuo em construir municípios mais inovadores que a Agência busca concretiza seu maior desafio: Tornar-se um modelo de desenvolvimento local e regional para todo o Brasil.





Missão

A missão da Agência é fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios da região Leste Paulista e Sul de Minas, respeitando as individualidades do potencial socioeconômico de cada um, mas integrando as potencialidades. A Agência de Desenvolvimento busca por meio do planejamento de projetos, ações estratégicas para a geração de emprego e renda. Um dos nossos trabalhos é a implantação de negócios nas áreas de Agricultura, Comercio, Serviço e Turismo e escolas capacitadoras nos municípios da região.

Visão

A visão da Agência de Desenvolvimento é integrar a região Leste Paulista e Sul de Minas em um plano estratégico de desenvolvimento socioeconômico sendo referência para o Brasil. Para isso, é necessário a construção de projetos em busca de transformar cidades comuns em centros de tecnologia e desempenho. É visão da Agência distribuir sua expertise na região Leste Paulista e Sul de Minas e contribuir na transformação e atuação dos municípios.

Valores

Inovação - A Agência de Desenvolvimento trabalha para identificar as necessidades e oportunidades na região Leste Paulista e Sul de Minas, apoiando projetos que gerem municípios mais atraentes, com mais emprego e renda.

Agilidade no Desenvolvimento - Velocidade é outra área de expertise da Agência que, por meio de seus profissionais, experiência e rede de contatos, consegue fomentar o desenvolvimento socioeconômico de forma ágil e inovadora na região.

Engajamento e mobilização social - A Agência busca promover o engajamento e mobilização social construindo e executando projetos em contextos coletivos de acordo com necessidades e interesses de múltiplos atores.

Visão de futuro - A Agência de Desenvolvimento trabalha por meio de diagnósticos qualificados para a construção de uma região mais inovadora, com a análise do potencial dos municípios e redação de projetos estratégicos com visão de curto, médio o longo prazo.

Plano São João 2050

O São João 2050 é um plano estratégico de longo prazo para a cidade de São João da Boa Vista e reflete o esforço de toda a gestão municipal, servidores públicos, sociedade civil e população, pensando no desenvolvimento do município com visão de médio e longo prazo.

“São João 2050” é um documento que deve ser entendido como um compêndio de conceitos e propostas em prol de uma cidade que assegure crescimento saudável e oportunidades para seus moradores. Se divide em cinco eixos estratégicos: Mobilidade e Transporte, Desenvolvimento





Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

Sustentável, Serviços e Equipamentos Públicos, Espaços Públicos e Segurança, Habitação e Saneamento.

Por meio do trabalho da Prefeitura Municipal e pela idealização da Agência de Desenvolvimento, o Plano “São João 2050” orienta estratégias e ações de desenvolvimento, que visa tornar a cidade mais competitiva, atraente e harmônica em termos sociais, urbanísticos e ambientais e que atraia investimentos e promova parcerias, envolvendo governos, cidadãos, empresas e organizações de modo a atingir o desenvolvimento social, econômico e sustentável.

O plano inclui processos participativos locais, consultas públicas, pesquisas sociais, diagnósticos socioeconômico e urbano, reuniões com entidades, projetos para a comunidade, entre outras ações que fomentem o desenvolvimento socioeconômico da cidade e influenciem na construção de um município melhor nos próximos anos.

Durante um ano foram realizadas diversas reuniões com representantes da sociedade e com a população para que fosse desenhado o modelo de cidade desejada. Foi um amplo processo participativo até se chegar no Plano apresentado em maio de 2016 no Theatro Municipal de São João da Boa Vista.

Hoje a Agência Regional Leste Paulista e Sul de Minas busca implantar este plano estratégico em outros municípios, para assim, fomentar novos negócios e construir uma região mais sustentável e com maior geração de emprego e renda.

4.4. Porto Alegre



Depois de uma longa história de ações descontinuadas, em 2016 sob a liderança das universidades de Porto Alegre, Unisinos, PUC Porto Alegre e UFRS foi lançado o Pacto Alegre que une universidades, governo, setor privado e entidades não governamentais para promover a inovação em Porto Alegre.

O compromisso reúne 24 projetos elaborados em oficinas de ideação do grupo, voltados para os seis macrodesafios do pacto: imagem da cidade, modernização da administração pública, educação e talentos, ambiente de negócios, transformação urbana e qualidade de vida. Para sua idealização foi contratado o Prof. José Piquet, espanhol que trabalhou no processo de revitalização de Barcelona. A fonte de recursos proveio de doação de 3 bancos do Rio Grande do Sul. Para saber mais sobre o Pacto Alegre convidamos o Prof. Jorge Audy que participou de uma live muito interessante, que pode ser vista no <https://www.youtube.com/watch?v=DXflCt1sRJ0&t=24s>

O Anexo 7 apresenta uma carta aberta da população porto-alegrense defendendo o diálogo entre vários setores e a população para a construção coletiva de um projeto de futuro de cidade.

Os Macrodesafios do PactoAlegre são:

- **Talentos** - Gerar, manter e atrair talentos
- **Transformação Urbana** - Desenvolver ambientes inteligentes e criativos para viver e trabalhar



SASRS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



- **Ambiente de Negócios** - Gerar um ecossistema inovador de classe mundial
- **Imagen da Cidade** - Promover a imagem de uma cidade inovadora
- **Qualidade de Vida** - Melhorar o bem-estar das pessoas em saúde, segurança, cultura e meio ambiente
- **Modernização da Administração Pública** - Qualificar e facilitar o acesso aos serviços para a população e para as empresas

4.5. Estados Unidos da América

A maioria das cidades americanas não tem mais prefeito ou vereador. Nos sistemas de City Council ou de City Manager, as variantes mais usadas, elege-se um conselho de 5 a 7 membros, chefiados por um CEO ou “gerente”, com metas precisas para entregar e demissível a qualquer momento. Como tudo o que é importante será mesmo proposto por lei de iniciativa popular e/ou aprovado em referendo, os corpos legislativos, lá, são cada vez mais oficinas de acabamento técnico das leis.

Os City Managers são escolhidos pelo Conselho Municipal eleito pelo povo, tal Conselho possui atividades semelhantes a câmara municipal, visto que seus integrantes são incumbidos da função de supervisionar o poder executivo, aprovar o orçamento da cidade e representar a municipalidade em diversas tarefas. Os City Managers supervisionam todas as tarefas administrativas necessárias, procuram resolver problemas administrativos e também aconselham o prefeito e os membros do conselho no intuito de garantir que esses realizem melhores investimentos e escolhas para a população.

As atividades desempenhadas pelo City Manager variam de acordo com o porte e as características da cidade. Na maioria das grandes cidades esses gerentes possuem o auxílio de diversos membros os quais os ajudam nas tarefas de gestão, enquanto em cidades menores a variedade de afazeres aumenta. Contudo, independentemente do tamanho dos municípios os City Managers são responsáveis pela execução do orçamento municipal a ser realizada de acordo com as diretrizes municipais, sendo responsável também pela fiscalização dos departamentos, entre outros assuntos internos e externos.

A posição do City Manager vem aumentando nos EUA, no ano de 2014 90% dos municípios dos EUA possuíam o cargo de gerentes em suas prefeituras.



5. SUGESTÕES PARA SANTA RITA DO SAPUCAÍ

Anteriormente a intenção do grupo de desenvolvimento do Plano 20-30 era dar apenas uma sugestão de Ferramenta de Ação pelo Cidadão, ou modelo de Governança Pública participativa, em que os cidadãos indicam as prioridades de longo Prazo.

Depois de estudar os casos de várias cidades que já aplicaram estes tipos de participação cidadã verificamos que o caminho é longo e muito dinâmico.

Portanto chegamos à conclusão de que seria melhor sugerir um modelo que tem um programa de implantação bem definido por consultoria profissional e um outro modelo modular que poderá ser implementado aos poucos, pelos próprios cidadãos e instituições santa-ritenses.

O propósito deste projeto é criar um modelo inovador de participação cidadã para operacionalizar e manter vivas as iniciativas levantadas pelos cidadãos estimulando o aumento da consciência para criar um ecossistema que coordene coletivos sociais visando a implementação das ações para maior atratividade para pessoas e negócios e para a formação de jovens lideranças que venham a provocar a mudança de patamar de desenvolvimento, prosperidade, melhorias para nossa comunidade maior qualidade de vida e felicidade para a população.

5.1 Agência de Desenvolvimento

Contratação da Agência de Desenvolvimento Regional do Leste Paulista e Sul de Minas, gerenciada por Amélia Queiroz, de São João da Boa Vista, ou instituição semelhante, que tenha experiência neste tipo de empreendimento em cidades do porte de Santa Rita do Sapucaí.

Ressalta-se que os modelos existentes servirão apenas para referência, visto que o modelo a ser adotado em nossa cidade deve ser inovador e adequado às nossas características e experiências exitosas.

5.2. Governança em Rede

Aplicação de uma variante do modelo descrito no Anexo 3 - Comitê de Governança em Rede, na situação inicial descrita em seu item 4.1.

O modelo sugerido é uma coletânea de pensamentos dos participantes do Grupo Integração, do curso de Liderança Criativa, conduzido pelo Clear Purpose, (<https://www.facebook.com/joana.mao>) realizado no segundo semestre de 2020, pelo SEBRAE e promovido pela Prefeitura de Santa Rita do Sapucaí. Participaram neste grupo Antônio Marcos Alberti, Eduardo Zanin, João Alberto Brentan, José Domingos Adriano, Marcos David, Rogério Abranches.



5.2.1. Finalidade

Uma entidade sem fins lucrativos livre de quaisquer limitações das entidades da tríplice hélice poderia coordenar a criação e implementação de estratégias, projetos e processos para movimentos já existentes na cidade que se beneficiariam de um apoio mais estruturado, ou para movimentos que ainda não existem mas são claramente necessários.

Por se tratar de uma entidade em rede atuará através de uma governança participativa e inclusiva, baseada nas mais modernas práticas de governança em rede holocrática. Visa garantir uma co-gestão inclusiva com foco na evolução da cidade; através da evolução dos próprios movimentos nela existentes, dos quais o principal é o CCCF – Cidade Criativa, Cidade Feliz.

Inicialmente, essa entidade terá apenas dois elos para validação de modelo. O Elo mãe criado para ser o centro da governança da mesma e um elo de marketing com os seguintes objetivos principais (até o momento): atração e retenção de talentos, atração de novos negócios e divulgação da cidade de Santa Rita do Sapucaí. A operação básica desse elo de marketing se dá através da produção compartilhada e sistêmica de conteúdos, evidenciando as características e diferenciais da cidade.

Algumas das características que fundamentam essa proposta são:

- Comunicar-se de forma clara, transparente, frequente, significante e não violenta. O marketing sistêmico é o caminho.
- Divulgação de todas as ações via redes sociais o tempo todo e de forma inclusiva.
- Democratizar a comunicação para que as pessoas entendam gaps e soluções propostas nos movimentos de transformação.
- Comunicação apropriada às diferentes faixas etárias e grupos.
- A forma da entidade já informa os valores que ela adota. Comunicação inclusiva e transversal.
- Plataforma comum de comunicação interna e externa (via CCCF), promovendo sincronização de ideias, percepções, de forma colaborativa, integrada e holocrática.
- Promover ações de comunicação na forma de experiências de cocriação coletivas.
- Oportunizar transformações mensuráveis na comunicação integrada de atores da cidade.
- As questões éticas serão tratadas abertamente. A busca por ajuda em outras redes e na própria cidade será empregada para encontrar direções em problema éticos.
- Auto sustentabilidade financeira e suporte a novas moedas.

5.2.2. Implantação

A entidade visa acelerar/empreender em rede a comunicação criativa e colaborativa para as lideranças da cidade. Para tanto, adota um modelo transparente que valoriza a participação de todos, abertamente, via reuniões híbridas (presenciais e virtuais gravadas no Zoom e disponibilizadas posteriormente no Youtube).





Como primeira ação da comunicação desejada, será criada de forma colaborativa uma história que conte o que acontece em Santa Rita do Sapucaí, explorando suas diversas comunidades (educação, start ups, empresas, agronegócio, turismo, etc.) e a dualidade dos encontros que acontecem nas ruas da cidade. Por exemplo, na rua do Inatel, pode-se encontrar estrangeiros indo para reuniões e visitas no Inatel, ao mesmo tempo que tem gente circulando das fazendas, das empresas, alunos das escolas, e muitos outros atores. O framework será desenhado de forma colaborativa, junto com os interessados/convidados a contar essa história. A preocupação é deixar claro como será o processo que resultará na história a ser contada. A segunda etapa será convidar as pessoas da comunidade do vale para mostrar como elas podem contribuir e trazer conteúdo para esse storytelling de forma espontânea e inclusiva. A terceira etapa são as reuniões também abertas para cocriação da história. A quarta etapa é a edição final da história.

Esta história encabeçará um Plano de Marketing amplo para divulgação dos eventos e iniciativas da cidade, promovendo maior participação das pessoas da cidade e de fora.

O Grupo de Integração já está trabalhando neste projeto e já dispõe da verba necessária para os 6 meses iniciais de trabalho.

6. CONCLUSÃO

O Plano 20-30 fez um amplo diagnóstico de cidade considerando 18 temas e cerca de 90 subtemas chegando a registrar mais de 270 Oportunidades de Melhorias, que foram analisadas, resumidas e priorizadas em 20 Objetivos Prioritários de Desenvolvimento que foram discutidas com os candidatos das eleições municipais de 2020.

Agora está propondo uma forma de participação das lideranças da população da cidade para a realização de ações que visam principalmente a criação e transformação de negócios, a conscientização da população, a empregabilidade e a melhoria da infraestrutura da cidade. O principal recurso identificado pelo Plano 20-30 é a articulação entre as pessoas e instituições e mais da metade das oportunidades de melhorias identificadas dependem das atitudes de uma representação estruturada da população.

O potencial criativo das pessoas que vivem em Santa Rita do Sapucaí e a capacidade de organização dinâmica das entidades podem iniciar um processo inovador de Governança Municipal, mas é de fundamental importância a contratação eventual de consultorias e interações com profissionais especializados para troca de experiências e treinamento das lideranças da cidade.

A Sociedade dos Amigos de Santa Rita do Sapucaí levantou o assunto e apresentou caminhos, agora espera que as Instituições Civis, População e Poder Público se unam na busca do futuro desejado que traga mais felicidade para todos que aqui vivem.

Santa Rita do Sapucaí, 15 de dezembro de 2020



AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos principais apoiadores da Fase 4 do Plano 20-30:

Clear Purpose – www.linkedin.com/company/clearpurposeglobal/ apoio para encontrar a efetividade da Fase 4 do Plano 20-30;

Renascidade - www.facebook.com/renascidade/ cessão do espaço virtual para aprimoramento das ideias inovadoras e criativas;

Agência de Desenvolvimento Regional Leste Paulista e Sul de Minas -
<https://agenciadedesenvolvimento.com.br/> por mostrar sua experiência e abrir perspectivas;

CODEM – Conselho de Desenvolvimento de Maringá - <https://codem.org.br/> por abrir o caminho há 20 anos;

UNESIN União das Entidades de Sinop -
<https://www.facebook.com/100420921760942/photos/100443738425327/> juntamente com o Codesin – Conselho de desenvolvimento de Sinop forneceu informações e documentos sobre sua experiência;

ANEXO 1

A Transformação Completa das Cidades

Antônio Marcos Alberti

https://www.youtube.com/watch?v=4F6DI_V-1Fc

TRANSFORMAÇÃO COMPLETA DAS CIDADES

RENA SCI DADE

Antônio Marcos Alberti

9 de setembro de 2020 às 19h. Parte do Curso Clear Purpose
SEBRAE-Zoom:
[https://us02web.zoom.us/j/85418480970?
pwd=djBtWmFlcTBUI0FmNUtPmNdyMnVIZz09](https://us02web.zoom.us/j/85418480970?pwd=djBtWmFlcTBUI0FmNUtPmNdyMnVIZz09)

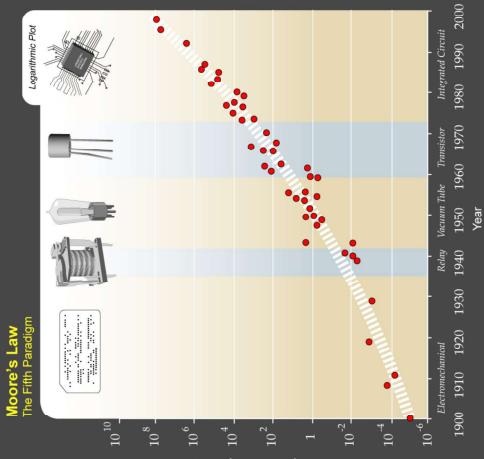
PARTE 1

Essa apresentação representa a visão **personal** do autor.

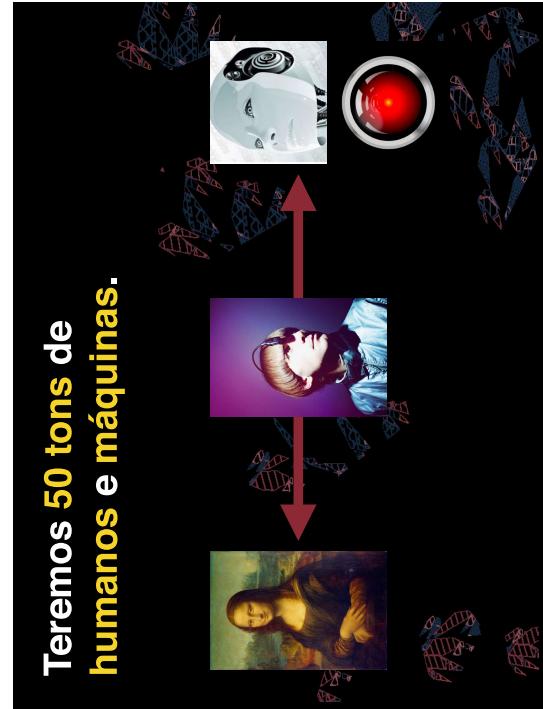
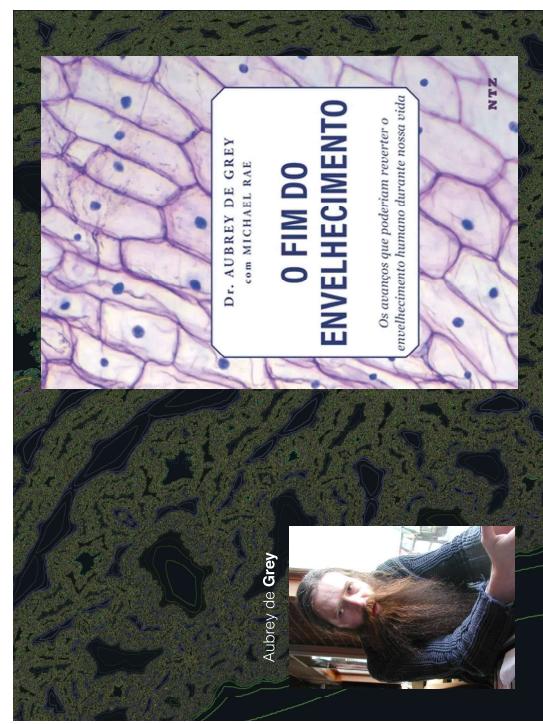
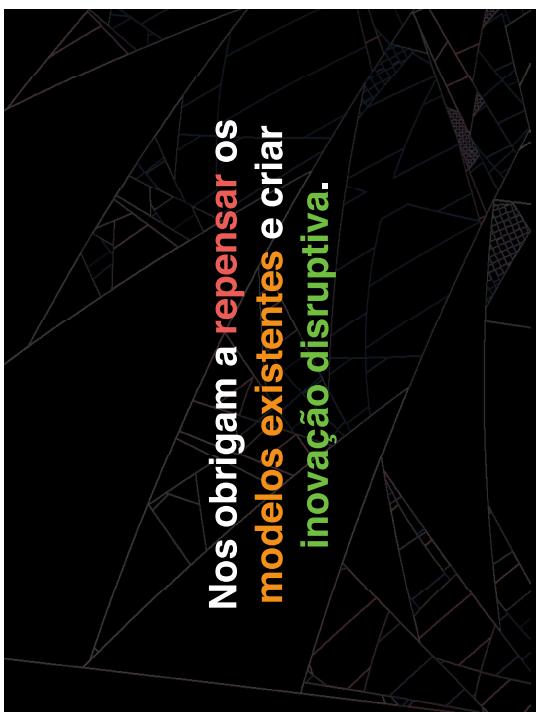
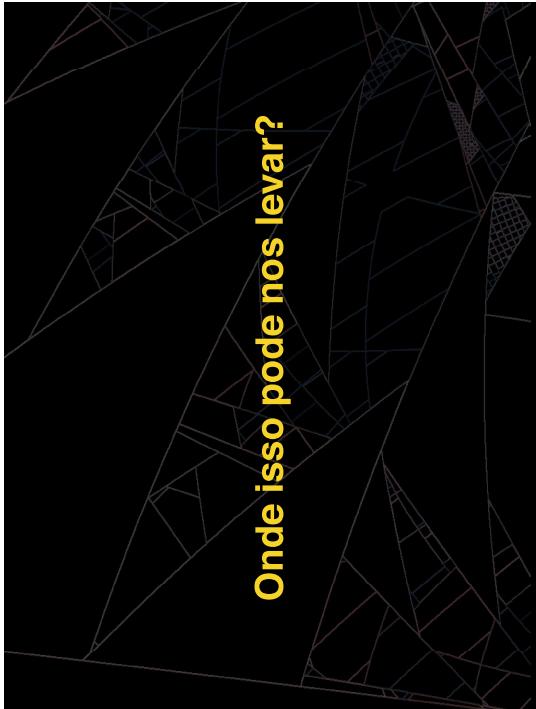
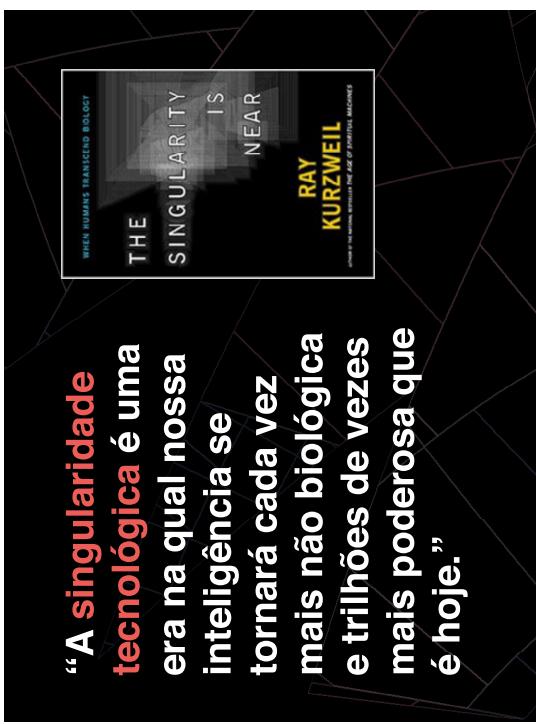
Todos os direitos reservados.
(c) A. M. Alberti 2020

Abundância, Singularidade
Tecnológica, Transhumanismo

Estamos experimentando **aumentos exponenciais** na capacidade de computação, comunicação, armazenamento, etc.



Esse avanços favorecem maior conectividade, computação ubíqua, interatividade, integração físico/virtual, miniaturização, servitização, espelhamento do físico, novas realidades.



Como podemos nos tornar melhores seres humanos?

Como sermos mais éticos e justos?

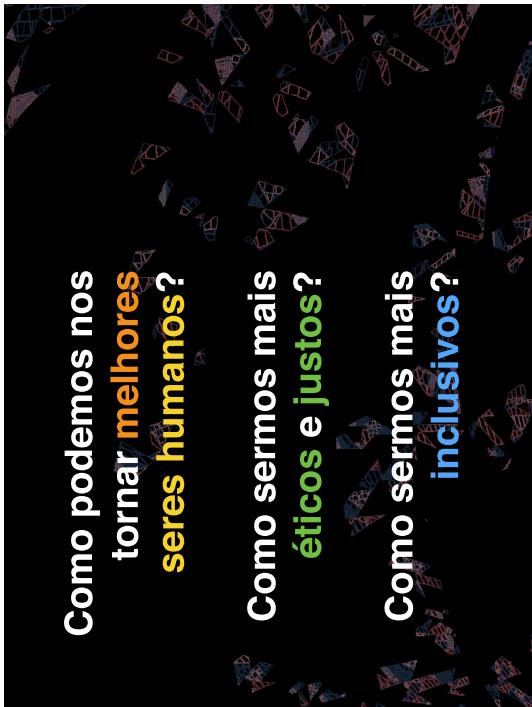
Como sermos mais inclusivos?



PARTE 2

Movimentos de Transformação das Cidades

- É UMA CIDADE QUE UTILIZA TECNOLOGIA PARA CONECTAR O FÍSICO AO VIRTUAL, OBJETIVANDO AUMENTAR O NÍVEL DE CIÊNCIA DO QUE ACONTECE EM TODOS OS AMBIENTES E COM OS CIDADÃOS (USANDO INFORMAÇÕES RANDOMIZADAS), OFERENCENDO TUDO COMO SERVIÇOS VIA SERTIVITIZAÇÃO, ANALISANDO DADOS PARA DETERMINAR TENDÊNCIAS E REVERTENDO EM MUDANÇAS ATRAVÉS DE ATUADORES E INTERAÇÃO COM OS CIDADÃOS.



FLUXONOMIA 4D
[HTTPS://MEDIUM.COM/FLUXONOMIA4D](https://medium.com/fluxonomia4d)
MÓDULO PARA CRIAR FUTUROS DESEJÁVEIS

CIDADE CRIATIVA, CIDADE FELIZ
SANTA RITA DO SAPUCÁI, MINAS GERAIS
[HTTP://CIDADECRIATIVACIDADEFELIZ.COM.BR/](http://CIDADECRIATIVACIDADEFELIZ.COM.BR/)

COMO EFETIVAR? COLETIVO EM REDE E REDES DE REDES: RENASCERDADE NOVO MODELO UNIFICADO



CIDADE INTELIGENTE &
CIDADE HUMANA &
CIDADE CRIATIVA &
CIDADE SUSTENTÁVEL & CIDADE
COLABORATIVA & CIDADE PRÓSPERA &
CIDADE JUSTA & CIDADE ÉTICA =
CIDADE FELIZ



O PROPÓSITO

O Cidade Criativa, Cidade Feliz é um movimento colaborativo que pretende dar um passo significativo na melhoria da qualidade de vida da população de Santa Rita do Sapucaí, através da conexão dos valores e das diversas potencialidades humanas, econômicas e culturais existentes na cidade.

CIDADE CRIATIVA, CIDADE FELIZ
Uma rede colaborativa que une voluntários, instituições públicas e iniciativa privada. Pode gerar desenvolvimento da economia criativa e da qualidade de vida em Santa Rita do Sapucaí, MG.

Transversalidade &, Bob Deutsch

PARTE 3

Convergência de Tecnologia e
Metodologia para Futuros
Sustentáveis e Convivência
Pacífica entre Consciências de
Todo Tipo

“O inovador é um traidor da
tradição.

A inovação não vem dos laços de
preservação. Desses só vem a
manutenção”.

<https://www.youtube.com/watch?v=8xISdLcdik>

“O processo de desobstrução, de
ir além, ele é sofrido, mas traz
recompensa, que é expandir”.

“Expansão da
percepção de mundo,
do seu campo de
possibilidades, e da
riqueza da vida.



Oswaldo Oliveira

“Abundância é ter
acesso ao que necessita
na hora que necessita.
Não é propriedade e
estoque”.

O momento atual exige novos
modelos:
• Co-geridos
• Co-criados
• Com base nas Leis
sistêmicas
• Holo-sócio-práticos
• Com valores de rede

“A forma informa”.



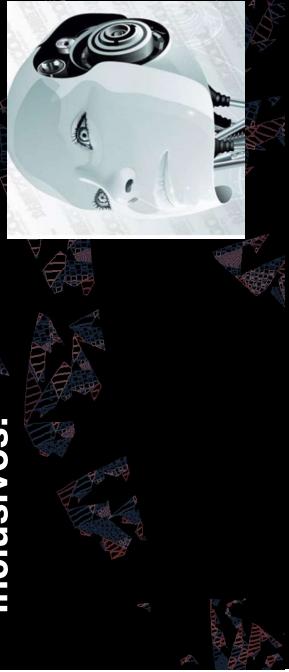
Oswaldo Oliveira

- Abundantes
- Inclusivos
- Inteligentes
- Convergentes
- Humanos
- Éticos
- Prósperos
- Sustentáveis

Estamos em uma transição do modelo industrial para novos modelos.

Temos a oportunidade de fazer um novo renascimento, fundamentado na abundância tecnológica, reinvenção do ser humano, novos modelos organizacionais, novas economias, novas realidades.

Novas consciências podem estar a alguns anos de distância... Precisamos ser inclusivos.



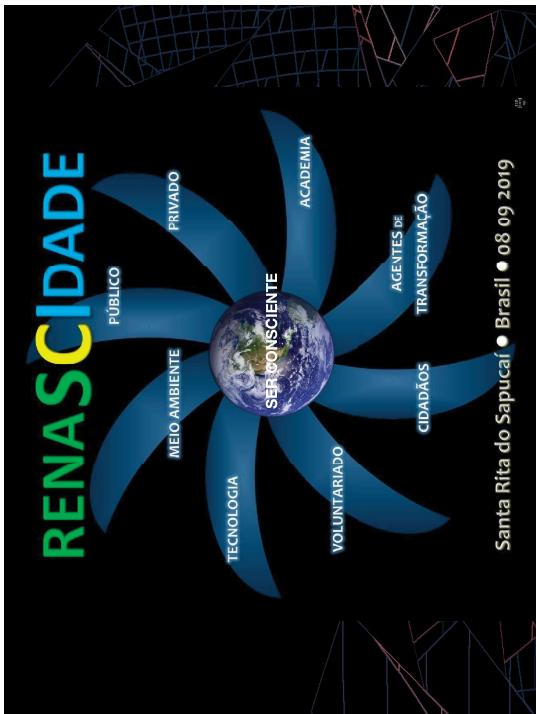
Mas, a percepção da maioria é muitas vezes defasada.

Cultura e valores ainda estão enraizados nos modelos:

- Medieval
- Colonial
- Industrial

A Santa Rita do Sapucaí do futuro **APRESENTA** potencial de transformação completa **MAS** sofre da incapacidade de coordenação, engajamento, mudança de cultura, modelos ultrapassados, falta de sincronismo com a novidade global.

Mind sets ultrapassados, defasados dos desafios e ritmo dos avanços exponenciais.



Precisamos que os valores de
REDE predominem: leis
sistêmicas, transparência,
empatia, ética, auto-consciência
aprimorada.

Precisamos de maior **integração**,
dos agentes de transformação,
principalmente fomentada pelos
atores sintonizados nos novos
modelos e culturas.

Acessar, interligar e girar
hélices de **REDES** em Santa Rita
do Sapucaí e outras cidades.

... E AO MESMO TEMPO busca
integrar agentes, transformar
culturas, inovar, reinventa-se através
da coordenação de atores.

A oportunidade está aí para
fazer a **transformação completa**:
digital, inteligente, criativa,
cultural, colaborativa, humana,
multi moeda, convergente.

Início da transformação completa
pela abundância de tecnologia,
metodologia, arte, ciência, cultura
e espiritualismo.

Adoção de novos estilos de
governança, e.g. **Organizações**
Orgânicas (O2).

Podemos provar o conceito de
holocidade abundante que cura.

Enquanto os valores de rede e
soft economy não prevalecerem,
viveremos a mesquinhez e a
escassez dos modelos
tradicionais.

“Já somos uma
holocracia!!”

“Holo - Finalidade.
Propósito. Meta.

Cracia - Poder.
Exercício do Poder”.

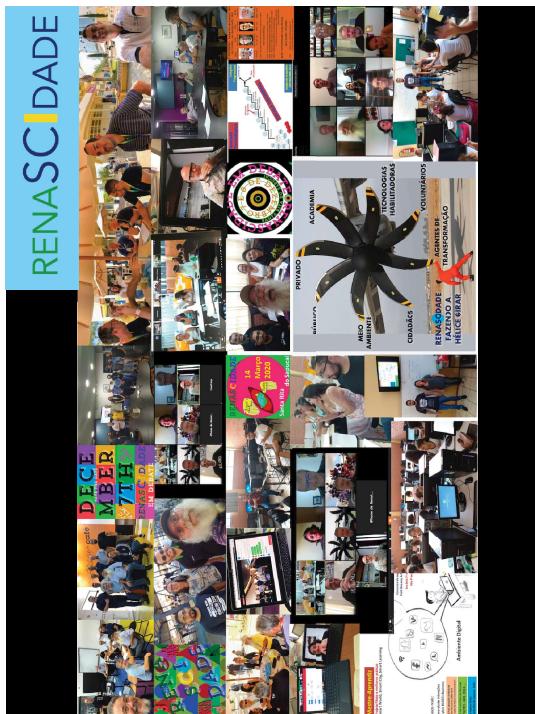
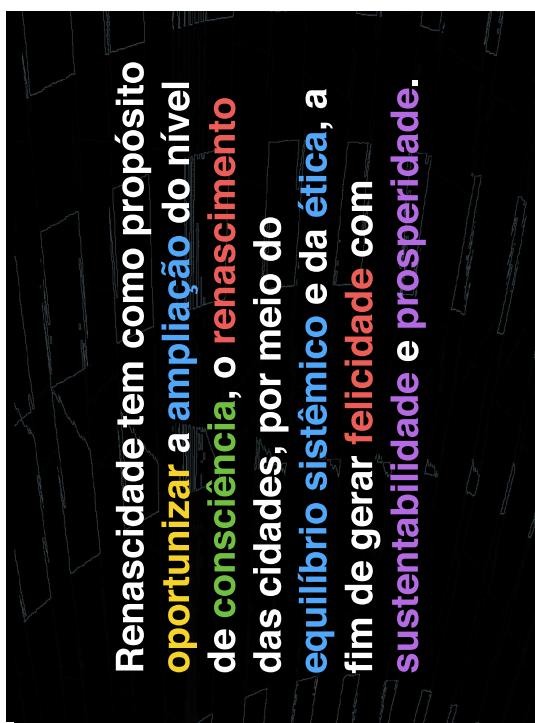
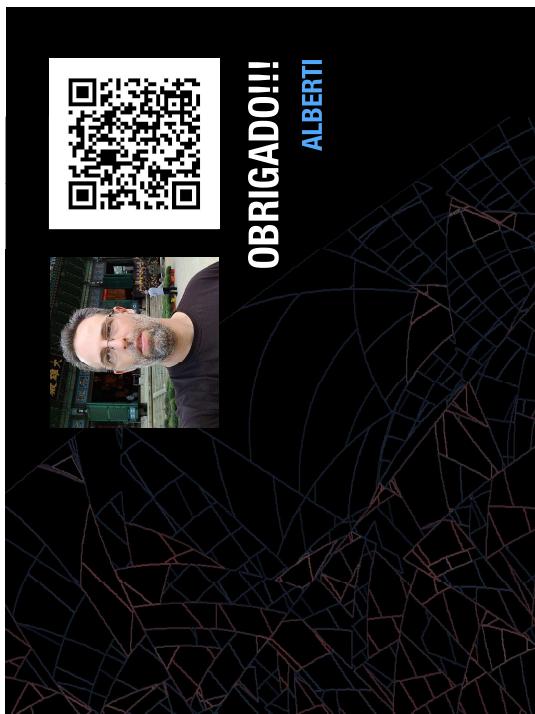
“Novos renascentistas
engajados.
Um propósito bem definido.
Uma infra mínima.
Coisas acontecendo”.



Ivan Kallas



Ivan Kallas



ANEXO 2

Resumo das alternativas de modelos analisados

<https://www.youtube.com/watch?v=PFQmsIPXjZ8&t=2s>

https://www.youtube.com/watch?v=e7wel_n-kfk&list=PLFvfAFN-En4_LCYvW7ZIZ3KUoQ4yiHQ&index=32&t=5256s&pbjreload=101



Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



Plano 20-30

Fase 4

Sugestões identificadas para FAC Ferramenta de Ação pelo Cidadão

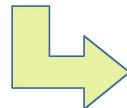


Plano 20-30

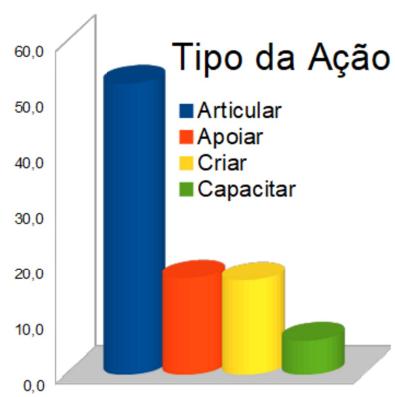
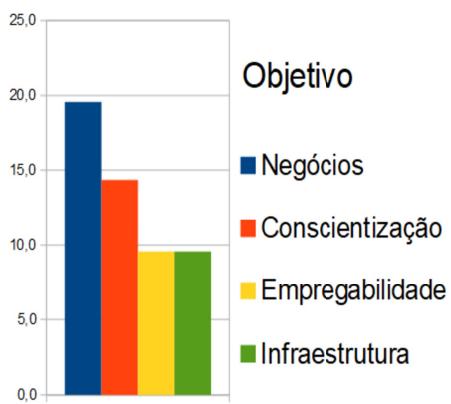
18 - Temas



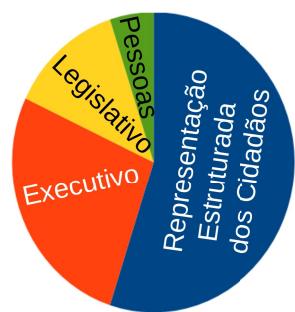
80 – Subtemas



270 – Oportunidades de Melhorias



Depende de QUEM ?



Participação do povo de forma desordenada
Redes Sociais
Fake News
Extremismo

Novos Tempos
Comportamentos
Valores
Ferramentas

2013 a 2019

Eleições 2020

Participação do povo de forma Estruturada



Plano 20-30

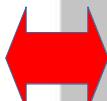


Povo define as prioridades de ESTADO

Década 2020 - 2030

2 ESTRUTURA PÚBLICA DE CONSELHOS MUNICIPAIS.....

- 2.1. PLANO DIRETOR MUNICIPAL EM VIGOR.....
- 2.2. CONSELHOS MUNICIPAIS.....
 - 2.2.1. Conselho dos Direitos da Mulher - CMDM.....
 - 2.2.2. Conselho Municipal de FUNDEB – CACSFUNDEB.....
 - 2.2.3. Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPDA.....
 - 2.2.4. Conselho Municipal de Saúde.....
 - 2.2.5. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.....
 - 2.2.6. Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.....
 - 2.2.7. Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.....
 - 2.2.8. Conselho Municipal de Juventude – COMJUVE.....
 - 2.2.9. Conselho Municipal de Esportes - CME.....
 - 2.2.10. Conselho Municipal da Assistência Social.....
 - 2.2.11. Conselho Municipal do Idoso – COMID.....
 - 2.2.12. Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.....
 - 2.2.13. Conselho Rural.....
 - 2.2.14. Conselho Municipal de Educação - CME.....
 - 2.2.15. Conselho do Desenvolvimento do Polo Tecnológico.....
 - 2.2.16. Conselho Municipal Multidisciplinar.....



Conselho de Desenvolvimento

Foi a ideia inicial, baseada nas experiências de Maringá – PR e em Sinop – MT criados por Lei Municipal em 1996 e em 2009 respectivamente, com os principais objetivos de definir as prioridades municipais para:

- Intercâmbio permanente para o desenvolvimento;
- Diretrizes com vistas à geração de empregos;
- Identificação das potencialidades e vocação econômica;
- Soluções para atração de investimentos;
- Buscar convênios de cooperação;
- Promover fóruns para participação da comunidade;
- Desenvolver um sistema de informações amplo para tomada de decisões.

Conselho de Desenvolvimento

O Conselho de Desenvolvimento compõe-se de um plenário com até 20 representantes e as seguintes Câmaras Técnicas, que agregam outros representantes das áreas afins:

- I. Educação, Esporte, Cultura e Potencialização de Talentos
- II. Saúde e Assistência Social
- III. Segurança e Assuntos Comunitários
- IV. Inovação e Empreendedorismo e Economias emergentes
- V. Turismo, Comércio e Serviços
- VI. Agronegócios e Meio Ambiente
- VII. Atração, Transformação e Gestão de negócios em tecnologia
- VIII. Infraestrutura, Construção Civil e Setor Imobiliário
- IX. Fontes de Financiamento e Atração de Investimentos.

Comitê da Cidade para o Desenvolvimento Sustentável

É um modelo similar ao anterior, sendo que os conselheiros são pessoas físicas, formadoras de opinião, de destaque na sociedade, escolhidas por uma forma de escrutínio.

Este Comitê de Desenvolvimento pode ser formado por 7 pessoas escolhidas pelo povo, buscando se transformar com o tempo em um modelo similar ao City Council ou City Manager, muito comum atualmente nos Estados Unidos.

Possui atividades de planejamento de longo prazo, articulação com a sociedade e determinação de prioridades de investimento. Seus integrantes são incumbidos da função de supervisionar o poder executivo e o poder legislativo municipal, aprovar o orçamento da cidade e representar a municipalidade em diversas tarefas no intuito de garantir que esses realizem melhores investimentos e escolhas para a população.]

Conselho de Administração do Polo Tecnológico

Em 13 de novembro de 2002 - Lei N° 3.711 de 13/11/2002 foi declarado de utilidade pública o

"Conselho de Desenvolvimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí ",

Inscrito no CNPJ sob o n° 05.197.073/0001-39,
criado no âmbito do Projeto GTZ (cooperação com a Alemanha).

Associação Gestora do Parque Tecnológico Aberto

Em 2016 sob coordenação do SINDVEL e com participação da ACEVALE, INATEL, FAI, ETE, e apoio da Cooperrita, Codemig e Sebrae - MG

MISSÃO - Promover o desenvolvimento de Santa Rita do Sapucaí e região por meio de inovação, conhecimento e geração de novos negócios.

VISÃO - Ser o melhor ambiente de empreendedorismo, inovação e negócios de base tecnológica do país até 2030.



Associação Gestora do
Parque Tecnológico Aberto

Agência de Desenvolvimento

É um modelo colaborativo desenvolvido pelo grupo de Universidade de São Paulo, denominado USP Cidades, que foi adotado pela cidade de São João da Boa Vista em 2016.

A USP Cidades foi contratada por R\$ 200 milhões por 3 anos e desenvolveu o **Plano 2050**, um projeto de desenvolvimento para ser implementado pela **Agência de Desenvolvimento**.

Missão – Visão - Valores

- Desenvolvimento socioeconômico sendo referência para o Brasil.
- transformar cidades comuns em centros inovação de tecnologia e desempenho.

Observatório do Cidadão e de Visão de Futuro

Em 1995, durante a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Social surgiu a ideia do Social Watch (Observatório da Cidadania)

Uma das missões é a de identificar o papel que caberá a Santa Rita no mundo dos próximos 15 anos ou além, de maneira a servir de fonte de inspiração para a construção das visões de futuro para a Cidade.

Outro importante papel é o de validar, sob a óptica do conhecimento embasado nos seus pilares, as visões construídas para o futuro de Santa Rita do Sapucaí.

Escritório de Projetos Municipais

Escritório de projetos (PMO)
Planejamento Estratégico Situacional

Incubadora de Empreendimentos Sustentáveis

Comandada pela sociedade civil tem a função de agir em diversos planos, apoiando o próprio poder público nas articulações com os meios empresariais, acadêmicos e com o povo para o cumprimento do planejamento, com vários grupos especializados.

Cooperativa de Investimento para o Desenvolvimento

A ideia de um fundo de investimento em empresas locais possibilita a todos os cidadãos participarem do desenvolvimento do Vale da Eletrônica. Muito complexa e regulada

Comitê de Governança em Rede Orgânica

Governança em Rede representa uma forma particular de processo de decisão coletiva, em que é reconhecida a legitimidade de participação a uma grande variedade de atores sociais atuando através de novas ferramentas da tecnologia de informação e comunicação.

As decisões são tomadas em conjunto por pessoas organizadas em círculos de discussão que se interligam através de pessoas que participam de mais de um círculo, como por exemplo Holocracia, Sociocracia e O2.

O Comitê de Governança em Rede é uma Organização composta por cidadãos que interagem virtualmente, em rede com os participantes dos Conselhos instituídos, visando colaborar, apoiar, articular, operacionalizar e principalmente definir as prioridades das ações para o desenvolvimento de longo prazo da cidade.

Comitê de Governança em Rede Orgânica

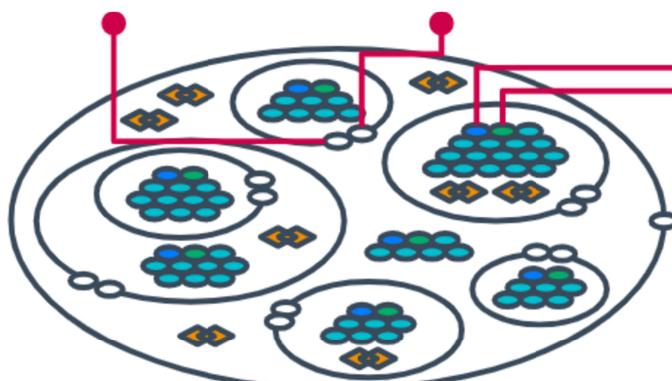
Cada círculo contém 4 papéis essenciais

Elo Externo é responsável pela energização, priorização e estruturação do círculo.

O **Elo Interno** trata as tensões do círculo menor no círculo maior.

O **Facilitador** conduz as reuniões de círculo com base nos Meta-Acordos.

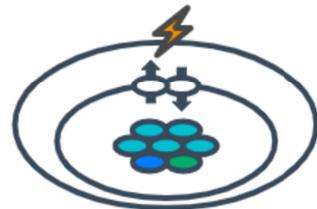
O **Secretário** marca as reuniões, cuida dos registros e interpreta as regras.



O Elo Externo é escolhido pelo círculo externo.

O Elo Interno, Facilitador e Secretário são **eleitos** entre os membros do círculo de tempos em tempos.

Elos facilitam a resolução de tensões entre círculos.



Comitê de Governança em Rede Orgânica

Poderá ser implementado de baixo para cima, iniciando-se com círculos de associações de barro, de vizinhos solidários, de sindicatos, de grupos assistenciais, etc.

Em uma segunda etapa, estes círculos serão integrados a círculos de segundo nível formados para tratar de determinados assuntos como

Parque Tecnológico
Agronegócios
Educação
etc

O Círculo Geral seria formado por representantes dos conjuntos de líderes máximos das instituições representativas da sociedade civil e do poder público.

União para captação de Recursos Internacionais

Convivência para potencializar a Inovação

Facilitar acesso à pesquisa e inovação para pequenas empresas

Estratégia comum para sair da dependência da China

ANEXO 3

Comitê de Governança em Rede

Uma das alternativas de FAC

<https://www.youtube.com/watch?v=PFQmsIPXjZ8>

https://www.youtube.com/watch?v=e7wel_n-kfk&list=PLFvfAFN-En4_LCYYvW7ZIZ3KUoQ4yilHQ&index=32&t=5262s



Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí



Plano 20-30

RENASCI
DADE

Um modelo de GOVERNANÇA MUNICIPAL

Comitê de Governança em Rede

Sugestão de governança pública pelos cidadãos
baseado no modelo de O2 – Organizações Orgânicas



Alternativas em estudo

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO.

COMITÊ DA CIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO.

ASSOCIAÇÃO GESTORA DO PARQUE TECNOLÓGICO ABERTO.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO.

ESCRITÓRIO DE PROJETOS MUNICIPAIS.

INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS.

OBSERVATÓRIO DO CIDADÃO E DE VISÃO DE FUTURO.

COOPERATIVA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.

COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE.

Governança em Rede representa uma forma particular de processo de decisão coletiva, em que é reconhecida a legitimidade de participação a uma grande variedade de atores sociais atuando através de novas ferramentas da tecnologia de informação e comunicação.

Conjuntos autônomos de pessoas, com liberdade para criar e gerir seus projetos, de acordo com uma estratégia comum, idealizada para maximizar a sinergia, a efetividade e a sustentabilidade das ações para aumentar o nível de Felicidade das pessoas.

2014

The diagram illustrates the differences between Holocracy and traditional hierarchy. It features two main sections: 'HOLOCRAIA' and 'VS. HIERARQUIA'.

HOLOCRAIA: Described as a network of interconnected self-organizing teams. It shows a circular structure with three nested circles labeled 'SUB-CÍRCULO' (innermost), 'SÚB-CÍRCULO' (middle), and 'BÚRAGO' (outermost). Labels include 'DIRETORES' (Directors) at the top, 'GESTORES' (Managers) below them, and 'DEMAIS COLABORADORES' (Other Collaborators) at the bottom. A legend defines 'SUPER-CÍRCULO' as 'Área de competência mais ampla e que envolve sub-círculos (Ex: Marketing)' and 'BÚRAGO' as 'Área responsável por atividades de menor escala (Ex: Reuniões de equipe técnica)'.

VS. HIERARQUIA: Described as a vertical chain of command. It shows a pyramid structure with levels: 'CEO' at the top, followed by 'DIRECTORES' (Directors), 'GESTORES' (Managers), and 'DEMAIS COLABORADORES' (Other Collaborators) at the base.

Below the diagram, there is a navigation bar with icons for back, forward, and search, and a link to 'Laços Corporativos'.

Holocracia: Como Funciona uma Empresa Sem Chefe

Maior enfoque em
SENTIR & RESPONDER



Ao invés de
PREVER & CONTROLAR



Conceitos Básicos da O2

A Organização Orgânica é um catalisador que ajuda organizações a se tornarem mais adaptativas, auto-organizadas e focadas em um propósito.



Cada pessoa atua como um sensor da organização, sentindo o presente e se adaptando ao contexto.

Papel - elemento que dá clareza ao trabalho e torna as expectativas sobre cada um explícitas. Um papel é composto por:

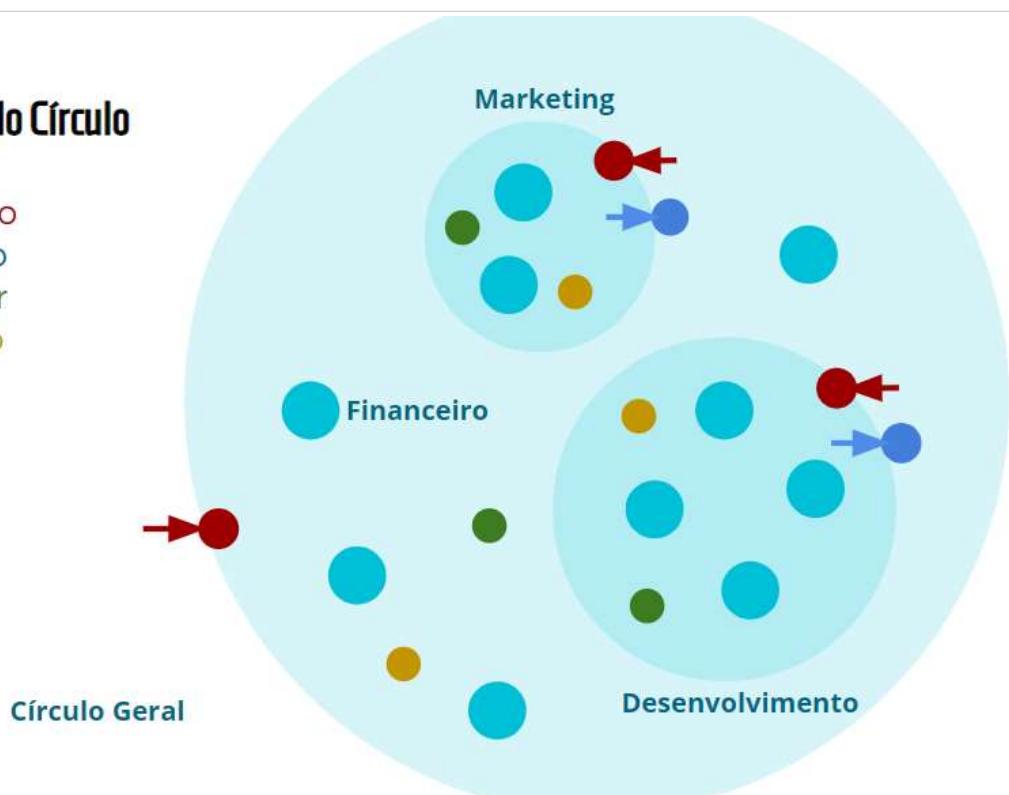
Propósito - define o que o papel busca e porque ele existe.

Responsabilidades – são as expectativas mínimas sobre o papel.

Artefatos - é algo que o papel ou o círculo controla e regula em

Estrutura do Círculo

Elo Externo
Elo Interno
Facilitador
Secretário



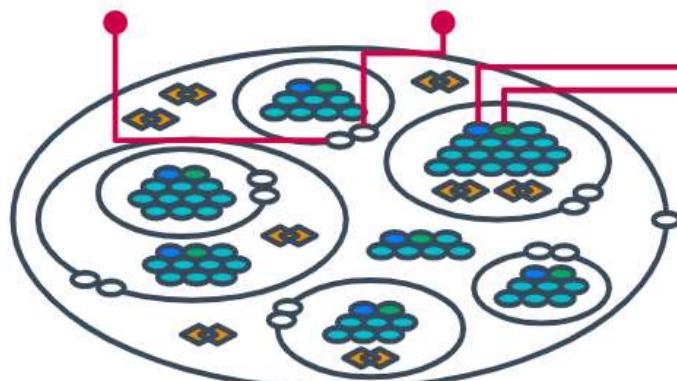
Cada círculo contém 4 **papéis essenciais**

Elo Externo é responsável pela energização, priorização e estruturação do círculo.

O **Elo Interno** trata as tensões do círculo menor no círculo maior.

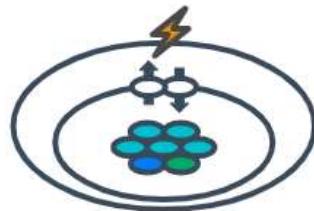
O **Facilitador** conduz as reuniões de círculo com base nos Meta-Acordos.

O **Secretário** marca as reuniões, cuida dos registros e interpreta as regras.



O Elo Interno, Facilitador e Secretário são **eleitos** entre os membros do círculo de tempos em tempos.

Elos facilitam a resolução de tensões entre círculos.



O Elo Externo é escolhido pelo círculo externo.

Modelo ÁGILE implementado de baixo para cima, dando resultados imediatos até se chegar a um nível mais complexo, em um momento de maior maturidade.

- Propósito - Criar um modelo inovador de participação cidadã
- Aprender fazendo, adaptando à realidade
- A liderança forte é a rede, formada por quem se arrisca para inovar
- Sonho positivo coletivo é fundamental
- Guardiões que buscam o equilíbrio, valores, transformação, honra
- Derrubar muros com comunicação inclusiva e transversal
- Debates permanentes sobre criação de futuros desejáveis
- Buscar a continuidade dos planos de ESTADO em planos de GOVERNO
- Sincronizar com os líderes tradicionais, preservando a autonomia
- Formação de jovens lideranças criativas, situacionais, sistêmicas
- Para acessar a abundância da rede é preciso romper com modelos mentais

Estratégia para a implementação

Etapa 1 - Situação Inicial

Implementação do modelo em áreas que ainda não possuem uma governança instituída e que necessitam de uma organização.

Etapa 2 - Mesclagem do Novo com o Existente

Várias áreas já possuem o modelo de governança instituído por Lei e não é conveniente ignorar. A ideia proposta é trabalhar em conjunto.

Etapa 3 - Maturidade

Quando o modelo de governança estiver maduro, será o momento complementar, aos poucos, os Conselhos Municipais

Etapa 1 - Inicial

Anel Geral.

Anel focado em Gestão Administrativa.

Anel de Divulgação de Eventos Públicos.

Anel de Projetos de Empreendimentos Sociais.

Anel focado em Parceiras.

Etapa 2 – Mesclagem com o Existente

Cidadãos que interagem virtualmente, em rede, com os participantes dos Conselhos instituídos, visando colaborar, apoiar, articular, operacionalizar e principalmente sugerir as prioridades das ações para o desenvolvimento de longo prazo da cidade.

Participantes dos Anéis são estimulados a participarem dos Conselhos Municipais e vice-versa. (Associações, etc.)

A estratégia geral sendo aos poucos transferidas para os Conselhos Municipais através da participação ativa dos conselheiros formais.

Conselhos Municipais

Conselho dos Direitos da Mulher - CMDM.

Conselho Municipal de FUNDEB – CACSFUNDEB.

Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPDA.

Conselho Municipal de Saúde.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.

Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.

Conselho Municipal de Juventude – COMJUVE.

Conselho Municipal de Esportes - CME.

Conselho Municipal da Assistência Social.

Conselho Municipal do Idoso – COMID.

Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.

Conselho Rural.

Conselho Municipal de Educação - CME.

Conselho Municipal Multidisciplinar.

Etapa 3 – Maturidade

Alguns Anéis tratando de assuntos que não envolvem o Poder Público

Anéis que envolvem assuntos já tratados pelos Conselhos Municipais, mas que se tornam mais ativos e mais representativos, podem ter voz própria.

Conselhos Municipais de maior representatividade continuam sendo apoiados pelos Anéis através de conselheiros que também atuam nos Anéis.

Círculos de 1º Nível --- Instituições Operativas

Grupos formais ou não que atuam de forma específica

- Associação de bairros
- Vizinhos solidários
- Associação Comercial
- Associação industrial
- Cidade Criativa Cidade Feliz
- Associações Beneficentes

Círculos de 2º Nível --- Articulações para Propósitos

Formados com participantes dos Conselhos Municipais, visando utilizar a estrutura já formada por Leis e estimular a participação de outros cidadãos atuando em um esquema de rede.

Estes círculos do meio deverão ser formados na seguinte proporção.

- 1/3 de representantes do Poder Público (Prefeitura e Câmara) nos Conselhos Municipais
- 1/3 de representantes Sociedade Civil nos Conselhos Municipais
- 1/3 de representantes de eleitos virtualmente dentre os cidadãos, que não participam nos Conselhos Municipais.

Exemplos de Anéis

Anel do Desenvolvimento Humano

Educação, Talentos, Lideranças ...

Anel da Vida Saudável

Saúde, Esportes, Atividades Sensoriais ...

Anel da Segurança

Física, Patrimonial, Ambiental, Virtual ...

Anel da Assistência Social

Infância, Adolescência, Idoso, Depressão...

Anel da Transformação de Negócios

Novas economias, novos mercados ...

Anel do Ambiente Rural

Apoio, Logística, Preservação ...

Anel da Inovação

Difusão, Visão de Futuro, Integração ...

Anel das Manifestações Culturais

Agenda, Tradição, Capacitação ...

Anel dos Recursos Financeiros

Financiamento, Investimentos, Parcerias...

Anel da Gestão Administrativa

Funcionamento do Comitê...

Círculos de 3º Nível --- Estratégico

O Círculo Geral deverá ser formado por representantes dos conjuntos de líderes máximos de:

- 1. Instituições Beneficentes cadastradas na Prefeitura
- 2. Fundações Educacionais
- 3. Sindicatos Patronais
- 4. Sindicatos de trabalhadores
- 5. Associação dos Amigos de Santa Rita do Sapucaí
- 6. Lojas Maçônicas regulares
- 7. Associação Industrial
- 8. Associação Comercial
- 9. Cooperativas Rurais
- 10. Prestadores de Serviços
- 11. Veículos de Imprensa (Rádios, Jornais, Blogs)
- 12. Órgãos federais de estímulo ao desenvolvimento – Sistema 5S
- 13. Prefeitura
- 14. Câmara Municipal .



Fase 4

**Alternativa de Modelo de Governança
para Santa Rita do Sapucaí**

Comitê de Governança em Rede

20 de Outubro de 2020

RENASCI DADE



S A S R S
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ALTERNATIVAS DE FERRAMENTAS DE AÇÃO PELO CIDADÃO.....	5
2.1. CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO.....	5
2.2. COMITÊ DA CIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	5
2.3. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO.....	5
2.4. ASSOCIAÇÃO GESTORA DO PARQUE TECNOLÓGICO ABERTO.....	5
2.5. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO.....	5
2.6. ESCRITÓRIO DE PROJETOS MUNICIPAIS.....	6
2.7. INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SUSTENTÁVEIS.....	6
2.8. OBSERVATÓRIO DO CIDADÃO E DE VISÃO DE FUTURO.....	6
2.9. COOPERATIVA DE INVESTIMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.....	6
2.10. COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE.....	6
3. MODELO DE COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE.....	7
3.1. CONCEITOS BÁSICOS.....	7
3.2. ESCOPO DE IMPLEMENTAÇÃO EM CONDIÇÕES IDEAIS.....	7
4. IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO.....	9
4.1. FASE 1 – SITUAÇÃO INICIAL.....	9
4.1.1. Anel Geral.....	9
4.1.2. Anel focado em Gestão Administrativa.....	9
4.1.3. Anel de Divulgação de Eventos Públicos.....	10
4.1.4. Anel de Projetos de Empreendimentos Sociais.....	10
4.1.5. Anel focado em Parceiras.....	10
4.2. FASE 2 – MESCLAGEM DO NOVO COM O EXISTENTE.....	10
4.2.1. Conselho dos Direitos da Mulher - CMDM.....	11
4.2.2. Conselho Municipal de FUNDEB – CACSFUNDEB.....	11
4.2.3. Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPDA.....	11
4.2.4. Conselho Municipal de Saúde.....	11
4.2.5. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.....	11
4.2.6. Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.....	11
4.2.7. Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD.....	11
4.2.8. Conselho Municipal de Juventude – COMJUVE.....	12
4.2.9. Conselho Municipal de Esportes - CME.....	12
4.2.10. Conselho Municipal da Assistência Social.....	12
4.2.11. Conselho Municipal do Idoso – COMID.....	12
4.2.12. Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA.....	12
4.2.13. Conselho Rural.....	12
4.2.14. Conselho Municipal de Educação - CME.....	12
4.2.15. Conselho Municipal Multidisciplinar.....	12
4.3. FASE 3 – IMPLANTAÇÃO COMPLETA.....	13
4.3.1. Anel de Desenvolvimento Humano.....	13
4.3.2. Anel de Vida Saudável.....	13
4.3.3. Anel de Segurança.....	13
4.3.4. Anel de Assistência Social.....	14
4.3.5. Anel de Criação e Transformação de Negócios.....	14
4.3.6. Anel de Infraestrutura Urbana e Rural.....	14
4.3.7. Anel de Agronegócio e Ambiente.....	14
4.3.8. Anel de Inovação Tecnológica.....	15
4.3.9. Anel de Manifestações Culturais.....	15

4.3.10. Anel de Recursos Financeiros.....	15
4.3.11. Anel de Governança – Anel Mãe ou Geral.....	15
5. INTEGRANTES DOS CÍRCULOS.....	16
5.1. CÍRCULOS DE 1º NÍVEL – BÁSICO.....	16
5.2. CÍRCULOS DE 2º NÍVEL – INTERMEDIÁRIO.....	16
5.3. CÍRCULOS DE 3º NÍVEL – GERAL.....	16
5.4. ESQUEMA DE TRABALHO.....	17

1. INTRODUÇÃO

O inicio do século XXI será cada vez mais turbulento, com rápidas transições para novos paradigmas e grandes rupturas tecnológicas. Os clientes são cada vez mais exigentes e menos leais às marcas, já observamos uma obsolescência acelerada, rápida evolução das tecnologias, pessoas a procura de seus propósitos e crescentes demandas socioambientais. Praticamente tudo que existe na economia e sociedade está obsoleto e precisa ser transformado. Líderes empresariais, legisladores e sociedade como um todo vão se confrontar com mudanças em muitas frentes: na maneira como os negócios se organizam, como profissões são definidas, como nós usamos tecnologia para interagir com o mundo e com o outro.

O capitalismo está sendo substituído por uma economia baseada no compartilhamento, a criação é cada vez mais colaborativa. Muitos terão dificuldades em compreender como a economia progredirá num mundo onde a maioria dos bens e serviços será praticamente gratuita, o lucro morrerá, a propriedade será algo sem sentido e o mercado supérfluo.

Continuarão ocorrendo grandes surpresas geopolíticas e grandes mudanças climáticas. Os modelos conhecidos não mais se aplicam na nova civilização que está tomando forma. Recriar a cidadania deve ser encarado como uma reviravolta nas práticas urbanas que deram forma à sociedade materialista e consumista da desconfiança, dos comportamentos individualistas depredadores, para começar a construir uma cidade que contenha a sociedade da confiança, servidora da consciência de todos e para todos, do interesse comum e em benefício do público. É falar da cidade da convivência, da convergência, a cidade que, a partir de suas próprias atitudes, consegue dar respostas múltiplas a cada perturbação a que está sujeita. A cidade adaptativa, ou melhor, a cidade evolutiva, que se transforma beneficiamente de maneira permanente, convertendo a dificuldade ou o conflito numa grande oportunidade para evoluir positivamente.

A participação da sociedade na condução do futuro do município é o propósito do Plano 20-30. Já estudamos vários modelos de participação estruturada da sociedade para definir as prioridades de longo prazo para a gestão pública, tomando como base inicial o Conselho de Desenvolvimento de Maringá, com mais de 20 anos de sucesso que fomentou a criação de outros modelos, como por exemplo a Agência de Desenvolvimento de São João da Boa Vista, mais recente.

Descrevemos neste documento uma das 10 ideias que analisamos na Fase 4 do Plano 20-30, o Comitê de Governança em Rede que é um modelo de vanguarda, porque ainda não existe experiência prática, mas que pode ser implementada aos poucos, de baixo para cima utilizando-se do modelo de gestão de Organizações Orgânicas discutido no grupo do Renascidade, um grupo de discussão de transformação de cidades <https://youtu.be/uojfrLh4UIM>

Este documento, referente a uma das sugestões da Fase 4, se baseia nos princípios e nos demais documentos referentes às demais Fases do Plano 20-30 e incorpora conceitos apresentados no Grupo Renascidade.

2. ALTERNATIVAS DE FERRAMENTAS DE AÇÃO PELO CIDADÃO

2.1. Conselho de Desenvolvimento

Foi a ideia inicial, baseada nas experiências de Maringá – PR e em Sinop – MT criados por Lei Municipal em 1996 e em 2009 respectivamente, com os principais objetivos de definir as prioridades municipais. Os membros do Conselho de Desenvolvimento não são remunerados e as despesas administrativas são mantidas por um Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, com recursos do poder público, correspondentes a 2% do total das receitas do município, de pessoas físicas ou jurídicas e de captações de instituições públicas ou privadas.

2.2. Comitê da Cidade para o Desenvolvimento Sustentável

É um modelo similar ao anterior, sendo que os conselheiros são pessoas físicas, formadoras de opinião, de destaque na sociedade, escolhidas por uma forma de escrutínio. Este Comitê de Desenvolvimento pode ser formado por 7 pessoas escolhidas pelo povo, buscando se transformar com o tempo em um modelo similar ao City Council ou City Manager, muito comum atualmente nos Estados Unidos.

2.3. Conselho de Administração do Polo Tecnológico

Em 13 de novembro de 2002 foi declarado de utilidade pública o "Conselho de Desenvolvimento do Polo Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí ", inscrito no CNPJ sob o nº 05.197.073/0001-39. Com a ampliação das formas de atuação deste Conselho, ele poderia servir às necessidades do Vale da Eletrônica como um todo, mas foi descontinuado.

2.4. Associação Gestora do Parque Tecnológico Aberto

Em 2016 foi proposta a implantação do Parque Tecnológico de Santa Rita do Sapucaí (PTSRS) , por iniciativa do SINDVEL, em parceria com AISRS, ACEVALE, INATEL, FAI, ETE e Prefeitura, mas não foi à frente. Parque tecnológico pode ser definido como uma organização gerenciada por profissionais especializados cujo principal objetivo é incrementar a riqueza na comunidade por meio da promoção da cultura de inovação e competitividade de suas empresas associadas e instituições baseadas em conhecimento.

2.5. Agência de Desenvolvimento

É um modelo colaborativo desenvolvido e adotado pela cidade de São João da Boa Vista em 2016, com excelentes resultados, se estendendo a outras cidades dos Estados de São Paulo e do Sul de Minas. Neste modelo participam representantes dos Empresários, Poder Público, Academia e da Sociedade. Os conselheiros são não remunerados, a estrutura física é fornecida pela Prefeitura.

2.6. Escritório de Projetos Municipais

O modelo de PMO, largamente adotado em grandes empresas, poderia ser adaptado para a gestão pública para empreendimentos de longo prazo. Há várias décadas foi feito algo semelhante com outra ferramenta de gestão empresarial que é o Planejamento Estratégico Situacional, largamente utilizado hoje pela Gestão Pública.

2.7. Incubadora de Empreendimentos Sustentáveis

O Planejamento Estratégico Situacional – PES parte do reconhecimento da complexidade, da fragmentação e da incerteza que caracterizam os processos sociais no qual nenhum ator detém o controle total das variáveis que estão envolvidas na situação. Uma Incubadora de Empreendimentos Sustentáveis utilizando o PES e comandada pela sociedade civil tem a função de agir em diversos planos, apoiando o próprio poder público nas articulações com os meios empresariais, acadêmicos e com o povo para o cumprimento do planejamento, com vários grupos especializados.

2.8. Observatório do Cidadão e de Visão de Futuro

O Social Watch (Observatório da Cidadania) se propõe a estabelecer, no âmbito da sociedade civil, mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação do cumprimento da agenda do ciclo social. Surgiu informalmente em 1995 entre ONGs que participavam da Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Social . Uma Câmara de Visão de Futuro tem por finalidade constituir-se numa espécie de guardião da visão de futuro. Deve ser composto por pessoas comuns, capacitadas e treinadas. O objetivo é contar com um número crescente de cidadão comuns da Cidade, dispostos a pensar o futuro e se sentindo, condutores e responsáveis por esse futuro.

2.9. Cooperativa de Investimento para o Desenvolvimento

A ideia de um fundo de investimento em empresas locais possibilita a todos os cidadãos participarem do desenvolvimento do Vale da Eletrônica.

2.10. Comitê de Governança em Rede

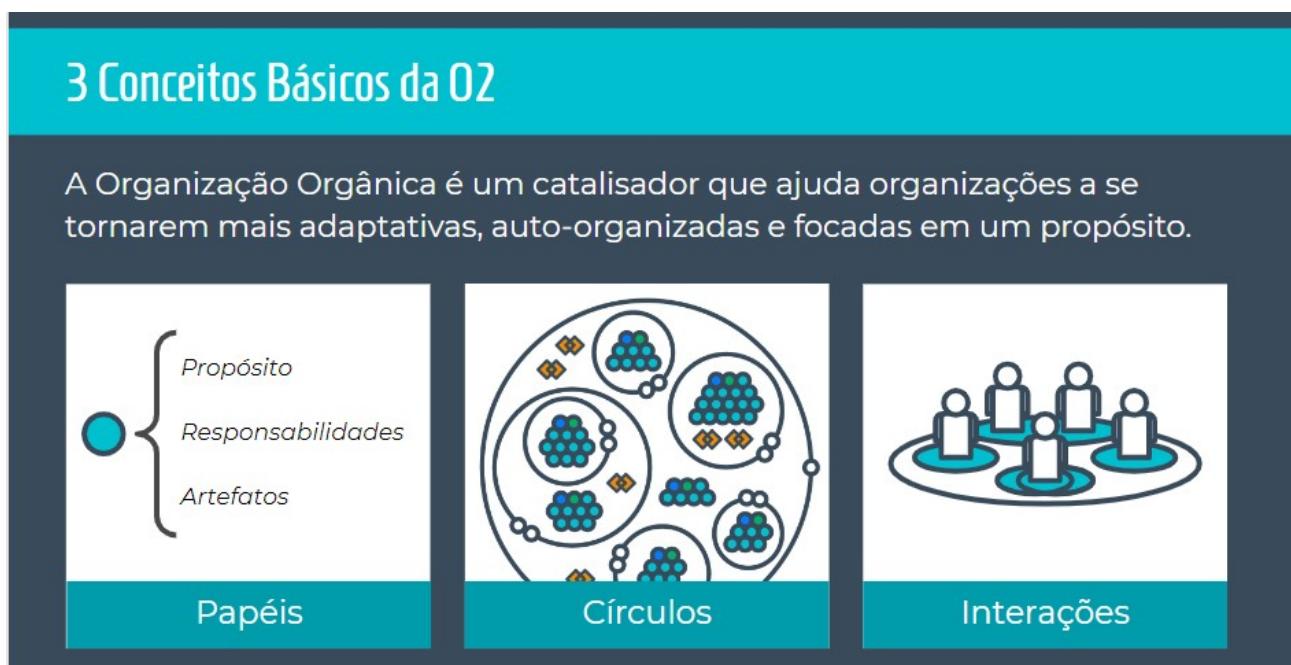
Governança em Rede representa uma forma particular de processo de decisão coletiva, em que é reconhecida a legitimidade de participação a uma grande variedade de atores sociais atuando através de novas ferramentas da tecnologia de informação e comunicação.

3. MODELO DE COMITÊ DE GOVERNANÇA EM REDE

3.1. Conceitos Básicos

O modelo analisado de baseia no modelo de Organizações Orgânicas O2 descrito em <https://targetteal.com/pt/blog/5-estagios-desenvolvimento-organizacional/>

Nas organizações tradicionais, a politicagem e troca de favores são constantes. Na Organização Orgânica, o foco maior é o propósito evolutivo, e por isso buscamos moldar a estrutura em função disso, e não apenas seguir a visão dos diretores. O O2 foi criado essencialmente para auxiliar as organizações nos desafios da autogestão em que os atores da governança atuam em círculos, com lideranças espontâneas e variáveis em função do assunto tratado. Os círculos se conectam por dois elementos que promovem as interações.



3.2. Escopo de Implementação em Condições Ideais

Este novo estilo de governança permite operacionalizar, através de grupos isolados, várias das Oportunidades de Melhorias levantadas pelo Plano 20-30 e paulatinamente ampliar e integrar estes grupos até se chegar a um grupo organizado que abranja toda a cidade.

Círculos de discussão de bairros com o objetivo de segurança, do tipo “vizinho solidário”, poderiam ser estimulados e ampliados ou complementados com outros círculos de discussões comunitárias, como limpeza, arborização de ruas etc. Em uma etapa posterior poderiam ser criados círculos de discussão para reunir os círculos de bairro, com círculos de outros temas até se chegar a um nível que abrace toda a cidade.

Este modelo é dinâmico podendo se alterar ou se adaptar às necessidades ou ao momento, mas forma uma cultura cidadã com sustentabilidade, de modo a buscar um desenvolvimento sólido, estruturado e

de longo prazo para a cidade. Seu objetivo principal é definir as prioridades de desenvolvimento para os Poderes Executivo e Legislativo Municipal.

Papel - elemento que dá clareza ao trabalho e torna as expectativas sobre cada um explícitas. Um papel é composto por nome, propósito, responsabilidades e artefatos.

Propósito - define o que o papel busca e porque ele existe.

Responsabilidades – são as expectativas mínimas sobre o papel.

Artefatos - é algo que o papel ou o círculo controla e regula em nome da organização.

Para cumprir o escopo é necessário subdividir a equipe. O círculo com até 10 pessoas resolve este problema. O círculo é usado para agrupar papéis diversos mas com propósitos e responsabilidades semelhantes.

A Organização possui um "Propósito Evolutivo", que corresponde ao potencial criativo mais profundo que pode expressar de forma sustentável no mundo. O Propósito Evolutivo é o

Propósito do Círculo mais amplo da Estrutura Organizacional.

Os círculos não são representados por todas as pessoas que fazem papéis dentro deles. Ao invés disso, papéis especiais de ligação, chamados de Elos, fazem isso. No O2 existem dois deles: O Elo Externo e o Elo Interno. A estrutura organizacional no O2 é formada por diferentes círculos e papéis, uns dentro dos outros. Círculos aninhados e no escopo mais amplo, temos sempre um grande círculo que representa a organização como um todo.

Cada círculo contém 4 **papéis essenciais**

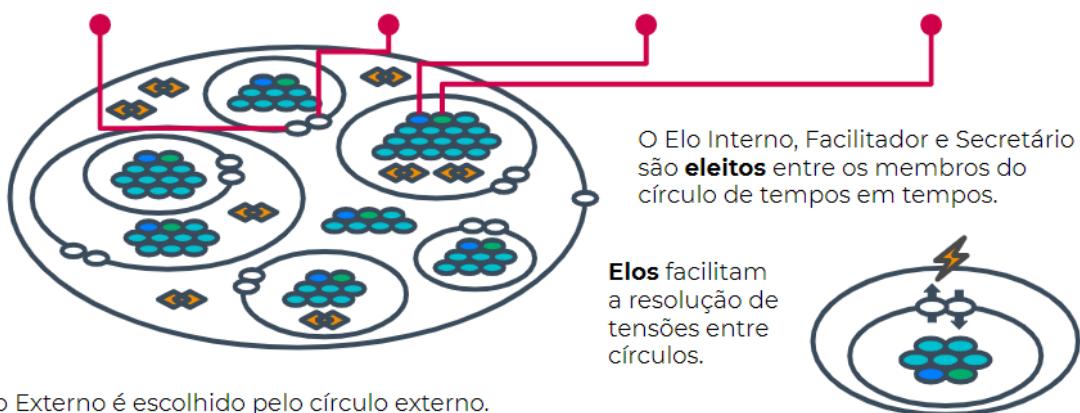
O

Elo Externo é responsável pela energização, priorização e estruturação do círculo.

Elo Interno trata as tensões do círculo menor no círculo maior.

Facilitador conduz as reuniões de círculo com base nos Meta-Acordos.

Secretário marca as reuniões, cuida dos registros e interpreta as regras.



círculo geral da organização, que contém todos os outros é o que faz o contato com o círculo que faz contato com a Câmara Municipal, com o círculo que faz contato com a Prefeitura e com o círculo de Operações que é um círculo interno ao círculo geral que faz contatos com os círculos de Temas. O propósito do círculo mais amplo sempre é igual ao propósito evolutivo da organização. O círculo mais amplo não possui responsabilidades ou artefatos explicitados.

4. IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO

A Organização Orgânica se adapta às necessidades do momento e cresce modularmente. Os círculos podem se dividir ou se juntar conforme a necessidade ou volume de trabalho.

Não podemos nos esquecer da Constituição Federal que já prevê a participação da população na governança da cidade através dos Conselhos Municipais, descritos no item 2. Não se pode ignorar o atual modelo de participação na implantação de um novo modelo completamente diferente do tradicional. A cultura dos cidadãos, agentes das mudanças, só pode ser desenvolvida ao longo do tempo.

Portanto consideramos que a implementação do Comitê de Governança em Rede deve ocorrer aos poucos. Propomos abaixo 3 Etapas de implantação.

4.1. Primeira Etapa – Situação Inicial

Nesta etapa será montado o Comitê de Governança em Rede, com a formação do círculo ou anel central e alguns anéis para cuidarem de atividades de criação de estruturas de gerenciamento para iniciativas que ainda não existem ou que existem mas necessitam de uma coordenação central que garanta sua sustentabilidade.

Neste item sugerimos alguns anéis que poderiam ser criados aos poucos, ao longo desta etapa.

4.1.1. Anel Geral

A montagem do Comitê de Governança em Rede se inicia com o círculo geral cujo papel pode ser definido como a “Definição de Prioridades da Gestão Pública” e o propósito “Promover a participação do cidadão na gestão do desenvolvimento de longo prazo da cidade”. Estes são os atributos do próprio Comitê de Governança em Rede.

Sua responsabilidade é estimular a participação de todos com empatia, promover decisões efetivas, resguardar os princípios e valores, definir estratégias e cuidar da administração do Comitê de Governança em Rede.

4.1.2. Anel focado em Gestão Administrativa

O Comitê de Governança em Rede deve possuir colaboradores remunerados para executar atividades básicas de administração. Sua infraestrutura básica deverá ser constituída de locais de atuação além de estruturas virtual característica de serviços em home-office.

- Compartilhamento de infraestrutura municipal e dos parceiros do projeto para o benefício da cidade e dos seus coletivos.
- Infraestrutura as-a-service para gerar o máximo de valor intangível a partir de todas as infraestruturas compartilhadas com o Comitê de Governança em Rede.

4.1.3. Anel de Divulgação de Eventos Públicos

Existem hoje na cidade muitos eventos promovidos pelo Poder Público e por instituições ou pessoas para participação do público em geral. A comunicação da ocorrência destes eventos não é uniforme ou sistemática, dificultando o conhecimento do público. A existência de uma agenda única, preparada com técnicas de marketing, pode promover o evento e a cidade. Este anel teria as seguintes atividades:

- Comunicação clara, transparente, frequente, significante e não violenta.
- Divulgação de todas as ações via redes sociais o tempo todo.

-
- Democratização da comunicação para que as pessoas entendam gaps e soluções propostas.
 - Comunicação apropriada as diferentes faixas etárias e grupos.

4.1.4. Anel de Projetos de Empreendimentos Sociais

O empreendedorismo social não é atualmente estimulado nas incubadoras da cidade. Este anel poderia estimular o desenvolvimento de projetos de novos empreendimentos sociais já utilizando o modelo de governança em rede buscando a sustentabilidade dos empreendimentos.

- Novos projetos podem dar origem a novos círculos.
- Conhecimento detalhado e transparentes de todos os projetos da cidade, seus atores, releases, informações públicas reunidas em um único lugar.
- Gerência compartilhada de projetos via ferramentas digitais colaborativas.

4.1.5. Anel focado em Parceiras

Empreendimentos que busquem apoio no Comitê de Governança em Rede poderiam ser tratados em um anel focado em parcerias que poderia estimular o intercâmbio de apoios ou parcerias com outros empreendimentos. Citamos uma demanda identificada no desenvolvimento do Plano 20-30 que é o cadastro único de atendimentos de assistência social para evitar duplicidade e complementar ações.

4.2. Segunda Etapa – Mesclagem do Novo com o Existente

Nesta etapa a rede de anéis já formados na etapa anterior é ampliada com a integração pouco a pouco dos cidadãos conselheiros, participantes dos Conselhos Municipais que representam formalmente a população. Novos anéis são formados no Comitê de Governança em Rede respeitando-se a estrutura formal do Poder Público.

Nesta etapa intermediária deverá ser definido o modelo de remuneração para alguns papéis e a fonte de recursos. Caso a fonte de recursos seja do Poder Público, deverá ser feito um Projeto de Lei Municipal para instituir o Fundo Mantenedor e encaminhado à Câmara Municipal para aprovação.

Pessoas do Comitê de Governança em Rede, respeitando as orientações do Círculo Central, deverão ser estimuladas a participarem dos Conselhos Municipais e vice-versa de maneira a moldar um modelo de Governança que leve a situação final.

Paulatinamente o Comitê de Governança de Rede irá tomado forma até sair da estrutura dos Conselhos Municipais, que são os seguintes.

- Conselho dos Direitos da Mulher – CMDM
- Conselho Municipal de FUNDEB – CACSFUNDEB
- Conselho Municipal de Proteção Animal - COMPDA
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA
- Conselho Municipal de Turismo - COMTUR
- Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD
- Conselho Municipal de Juventude – COMJUVE

-
- Conselho Municipal de Esportes - CME
 - Conselho Municipal da Assistência Social
 - Conselho Municipal do Idoso – COMID
 - Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente – CODEMA
 - Conselho Rural
 - Conselho Municipal de Educação - CME
 - Conselho Municipal Multidisciplinar

Cabe ao Conselho Multidisciplinar analisar a viabilidade para a realização de operações urbanas consorciadas, enviando pedido ao órgão municipal de planejamento urbano para que realize os estudos necessários para elaboração de minuta do anteprojeto de lei específica, aprová-la e providenciar sua apresentação e votação na Câmara Municipal.

Se compõe de representantes do Governo Municipal e representantes dos empresários, do setor imobiliário, do setor agrícola e dos demais setores econômicos; representantes dos movimentos sociais, dos movimentos de habitação, do sindicato de trabalhadores urbanos, de sindicato ou cooperativa de trabalhadores rurais; e de representantes de organizações não governamentais ambientais e sociais, entidades técnicas ou profissionais e instituições de ensino ou pesquisa.

4.3. Terceira Etapa – Implantação Completa

Neste item vamos descrever o Comitê de Governança em Rede completo, em sua situação final, ideal, dentro das expectativas de hoje.

É dada abaixo uma sugestão de formação dos círculos ou anéis e respectivos assuntos envolvidos, combinando os 18 Temas do Plano 20-30 agregando-se outros setores tradicionais.

4.3.1. Anel de Desenvolvimento Humano

Educação - Investir na capacitação dos professores e no atendimento de pessoas com maior dificuldade de aprendizado, para desenvolver a educação básica, cívica, profissionalizante e humanística. Inclui Ensino Fundamental – Atitudes Cívicas – Educação Profissionalizante – Formação Profissional na Saúde.

Potencialização de Talentos - Possibilitar o desenvolvimento dos talentos das pessoas da cidade, buscando as capacidades inatas das pessoas, possibilitando oportunidades para praticá-las e melhorá-las visando a inclusão social/econômica sustentável. Inclui Uso de Ferramentas Tecnológicas – Mineração e Tratamento de Dados – Software – Postura Pessoal – Educação Política – Ensino de Empreendedorismo

Formação de Lideranças criativas, situacionais, sistêmicas, políticas preparando os jovens para os desafios do futuro. Criar experiências transformadoras inclusivas baseadas em convergência de tecnologia, ciência, arte e cultura.

Valorização das características tipicamente humanas nas pessoas, que não serão substituídas com facilidade pelas máquinas com automação e inteligência artificial.

4.3.2. Anel de Vida Saudável

Saúde - Possibilitar aos cidadãos o melhor atendimento de saúde pública na rede de saúde local com profissionais capacitados, equipamentos e procedimentos modernos e tornar a cidade um polo de Bioengenharia. Inclui Saúde Pública -

Espor tes - Difundir o esporte como ferramenta para a educação e para o lazer, desenvolver o esporte como negócio e preparar a estrutura da cidade os esportes eletrônicos visando se tronar uma referência nas competições deste novo tipo de esporte. Inclui Esportes na Educação – Esporte de Lazer – Esporte de Alta Performance – Esportes Eletrônicos.

4.3.3. Anel de Segurança

Segurança - Buscar a integração de pessoas com os profissionais de segurança, utilização efetiva de novos produtos, recursos e processos para o aumento da sensação de segurança, física, moral, patrimonial e ambiental.

Inclui Ações da Comunidade – Polícia Militar – Polícia Civil – Guarda Municipal – Defesa Civil – Corpo de Bombeiros – Segurança Nacional – Produtos para apoio à Segurança.

4.3.4. Anel de Assistência Social

Assistência Social - Atender os direitos básicos da população frente às demandas atuais e a novas demandas decorrentes de um reajustamento social que ocorrerá nos próximos anos com o envelhecimento da população, orientação nos primeiros anos de vida, redução de empregos básicos e necessidade de readaptação profissional.

Inclui Estructuras de Assistência Social – Direitos Básicos – Orientação para a Vida Plena – Motivação para a Vida – Atenção ao Idoso e à criança e adolescente – Ressocialização de Apenados

4.3.5. Anel de Criação e Transformação de Negócios

Transformação de modelos de negócios, que ressalte a importância, conforto e satisfação das pessoas em busca de oportunidades e adaptação às novas situações de abundância.

Economias Emergentes- Desenvolver nas pessoas a capacidade para novos negócios e estimular a produção de renda decorrente das economias criativa, compartilhada, circular, colaborativa e dos novos processos de venda e de pagamento. Inclui Economia Criativa – Compartilhada – Colaborativa – Circular – Economia Multivalores

Turismo de Negócios - Desenvolver a cultura do turismo nas pessoas e a estrutura urbana e rural para transformar a cidade em um polo de turismo de negócios.

Empreendedorismo - Difundir a cultura empreendedora nos habitantes da cidade, considerando que ela é fundamental para enfrentar a nova revolução industrial já iniciada, bem como a estruturação das pessoas, empresas, serviços e processos decorrentes. Inclui Apoio a Novas Empresas – Novos Modelos de Apoio ao Empreendedorismo – Atendimento ao Agro Negócio.

Negócios da Saúde – Novos Produtos e Serviços

Desenvolvimento de tecnologia para o ambiente Rural

4.3.6. Anel de Infraestrutura Urbana e Rural

Infraestrutura - Buscar a colaboração dos cidadãos nas atualizações, adequações e cumprimento do Plano Diretor, e demais instrumentos de planejamento público, visando melhores condições de moradia, saneamento e mobilidade, tanto na área urbana quanto na área rural, procurando agir pró-ativamente para adequar as decisões estruturantes para o benefício do município. Inclui Urbanismo – Mobilidade – Saneamento – Área Rural.

Energia - Atender as necessidades de energia da cidade ou dos cidadãos utilizando as novas possibilidades de produção e distribuição com a máxima efetividade (relação custo/benefício). Inclui Energia Solar – Energia do Gás – Abastecimento de Energia.

4.3.7. Anel de Agronegócio e Ambiente

Agro - Buscar o atendimento dos requisitos de qualidade e rastreabilidade dos produtos agrícolas do município utilizando novas tecnologias de produção, controle e automação dos processos, unindo as tradições agrícolas e tecnológicas da cidade para atender principalmente as demandas locais de alimentos com qualidade e preço. Inclui Apoio ao Produtor Rural - Atendimento

Mercado Consumidor – Agregação de Valor – Multifuncionalidade do Espaço – Garantia de Qualidade e Controle Sanitário de Produtos Artesanais.

Meio Ambiente - Difundir a cultura e o controle ambiental e estimular a utilização sustentável dos ricos recursos existentes na cidade para o bem estar da população e para a geração de recursos. Inclui Preservação do Meio Ambiente Rural – Exploração e Preservação de Reservas – Controle da Água e Exploração Sustentada de Nascentes – Cadastro e Controle de Recursos Ambientais.

Incentivo à Cultura Ambiental, turismo ecológico e rural

4.3.8. Anel de Inovação Tecnológica

Tecnologias de Informática e Comunicação – TIC - Articular para que a expertise e as capacidades tecnológicas disponíveis na cidade sejam utilizadas para o benefício da sociedade. Inclui Integração do Desenvolvedor, Produtor e Usuário – Câmara de Visão de Novas Soluções – Desenvolvimento de Fazenda Inteligente Modelo – Inclusão Digital.

Inovação - Desenvolver a criatividade e a iniciativa nas crianças, promover a convivência de pessoas inovadoras e buscar oportunidades para que ideias e as práticas inovadoras permeiem os habitantes da cidade, visando desenvolver negócios inovadores para atender às novas demandas da cidade e do mercado. Criar um Hub de inovação, uma câmara de visão do futuro que promova a convivência/integração de pessoas inovadoras – Incentivar a Pesquisas Básica e Aplicada – Propriedade Intelectual – Banco de Ideias Inovadoras - Pesquisa na Saúde e em Tecnologias Habilidadoras.

4.3.9. Anel de Manifestações Culturais

Tornar perene as iniciativas culturais colaborativas, de enorme sucesso hoje existentes na cidade, e colaborar para a difusão destas iniciativas para todos os bairros. Inclui a Implementação da Lei Municipal da Cultura.

Valorizar a Tradição e melhorar o turismo gastronômico, religioso, esportivo e cultural Valorização dos Pontos Turísticos turismo sensorial.

Desenvolver e manter uma agenda única de informações de eventos e Turísticas

4.3.10. Anel de Recursos Financeiros

Fontes de Financiamento - Desenvolver uma estrutura de apoio a pequenas empresas para a procura, solicitação e controle de utilização de recursos de financiamentos, apoio às iniciativas de criação de recursos locais e para a obtenção de financiamentos internacionais, visando possibilitar a implantação das Oportunidades de Melhorias identificadas pelo próprio Comitê, e algumas Oportunidades de Melhorias identificadas pelo Plano 20-30 que o Comitê julgar adequadas.

4.3.11. Anel de Governança – Anel Mãe ou Geral

Resguardar os princípios e valores, definir estratégias e cuidar da administração do Comitê de Governança em Rede.

Governança - Incluir o cidadão no processo de governar seu destino na coletividade, fornecendo oportunidades para se fazer ouvido e estruturando sua participação nas decisões inerentes ou não ao Poder Público. Inclui Acesso a Informações Confiáveis – Estímulo à Participação do Cidadão - Determinação das Prioridades de Longo Prazo.

5. INTEGRANTES DOS CÍRCULOS

5.1. Círculos de 1º Nível – Básico

Os círculos primários deverão ter conexões com os círculos acima e são os seguintes:

- Associação de bairros
- Vizinhos solidários
- Associação Comercial
- Associação industrial
- Associações Sindicais de Trabalhadores
- Associações Sindicais Patronais

Todos os cidadãos que se interessarem em contribuir com o município deverão se cadastrar, utilizando-se como chave o Título Eleitoral, que deverá ser de uma das Zonas Eleitorais de Santa Rita do Sapucaí.

5.2. Círculos de 2º Nível – Intermediário

Os círculos do meio, entre o Circulo Geral e os Círculos Primários deverão ser formados com participantes dos Conselhos Municipais, visando utilizar a estrutura já formada por Leis e estimular a participação de outros cidadãos atuando em um esquema de rede. Estes círculos do meio deverão ser formados na seguinte proporção.

- 1/3 de representantes do Poder Público (Prefeitura e Câmara) nos Conselhos Municipais
- 1/3 de representantes Sociedade Civil nos Conselhos Municipais
- 1/3 de representantes de eleitos virtualmente dentre os cidadãos, que não participam nos Conselhos Municipais.

5.3. Círculos de 3º Nível – Geral

O Círculo Geral deverá ser formado por representantes dos conjuntos de líderes máximos de:

- 1. Instituições Beneficentes cadastradas na Prefeitura
- 2. Fundações Educacionais
- 3. Sindicatos Patronais
- 4. Sindicatos de trabalhadores
- 5. Associação dos Amigos de Santa Rita do Sapucaí
- 6. Lojas Maçônicas regulares
- 7. Associação Industrial
- 8. Associação Comercial
- 9. Cooperativas Rurais
- 10. Prestadores de Serviços

-
- 11. Academia Santarritense de Letras
 - 12. Veículos de Imprensa (Rádios, Jornais, Blogs)
 - 13. Órgãos federais de estímulo ao desenvolvimento – Sistema 5S
 - 14. Prefeitura
 - 15. Câmara Municipal

Caso o grupo respectivo não indique um representante de maneira inquestionável, os demais componentes indicados para o círculo definirão qual será escolhido, dentre os indicados pelas agremiações.

5.4. Esquema de trabalho

Todos os integrantes dos círculos, a cada ano, deverão fazer uma apresentação, de 20 a 30 minutos de duração, com protagonismo de pelo menos 10 minutos, sobre

- Atualidades e tendências dos assuntos tratados no círculo;
- Casos concretos de experiência no tema apresentado;
- Possibilidades de utilização no Município.

As apresentações transmitida ao vivo e armazenadas para serem acessadas posteriormente e comentadas por todos os integrantes do círculo, até o mês seguinte.

A cada ano todos os integrantes do círculo serão avaliados pelos colegas de seu círculo observando-se:

- Assiduidade englobando frequência nos encontros ao vivo e nos comentários posteriores;
- Pertinência de suas intervenções;
- Dedicação aos assuntos discutidos no círculo.

ANEXO 4

A implementação do
City Manager
nas prefeituras do Brasil



Recebido em 08/02/2017. Revisado em 23/05/2017. Aprovado em 06/06/2017.

Editor: Dr. Ivano Ribeiro

Processo de Avaliação: *Double Blind Review*

e-ISSN: 2359-5876

<https://doi.org/10.5935/2359-5876.20170002>



CITY MANAGER: UMA PROPOSIÇÃO DE UM PROJETO DE LEI NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

João Augusto Wendt Mischiatti¹
Anderson Catapan²

RESUMO

Este estudo tem como objetivo propor a implementação do *City Manager* nas prefeituras do Brasil, visando à profissionalização da gestão municipal e consequentemente à redução nos índices de corrupção. Para isto, como metodologia de pesquisa, foram analisados artigos e legislações internacionais relativas ao *City Manager*. Dentre esses, foram selecionados um universo de 35 artigos, sem limite da data de publicação, os quais atendiam aos critérios usados para a seleção. Da mesma forma, realizou-se buscas em manuais, legislações e organogramas referentes ao cargo pesquisado. As legislações encontradas e o ICMA delineiam o *City Manager* como principal administrador da cidade. Dos 35 artigos, 16 mencionam que este administrador municipal trouxe benefícios no combate a corrupção e/ou aumento da eficiência na gestão, em contraponto nenhum dos artigos selecionados menciona outra forma de governo, sem a utilização do *City Manager*, capaz de trazer resultados melhores ou equivalentes nesses quesitos. Evidenciou-se que esta forma de gestão municipal apresentou resultados de sucesso em várias prefeituras nos Estados Unidos e em outros países, com isto surge esse estudo trazendo como proposta um projeto de lei federal com as diretrizes gerais de implementação, dos poderes e dos deveres do *City Manager* nas prefeituras brasileiras contribuindo com a melhoria da gestão nas organizações municipais.

Palavras-chave: Municípios. *City Manager*. Gestão Pública. Corrupção.

CITY MANAGER: A PROPOSAL FOR A LAW PROJECT IN BRAZILIAN MUNICIPALITIES

ABSTRACT

This study aims to propose a implementation of the City Manager in Brazilian cities, targeting at the professionalization of municipal management and consequently the reduction in corruption rates. For this, as a research methodology, articles and international legislations, related to the City Manager, were analyzed. Among these, a universe of 35 articles were selected, with no publication date limit, which met the criteria selected. In the same way, searches were made on manuals, legislations and

¹ Especialista em Planejamento e Gestão Estratégica e Administração e Finanças pela UNINTER. Analista de Gestão pela Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ. E-mail: joaomischiatti@hotmail.com.

² Pós-Doutor em Gestão pela Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) com período de estágio sanduíche na Universidade do Porto (Portugal). Professor Adjunto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, UTFPR. E-mail: catapan@utfpr.edu.br.

organizational charts related to this position. The legislations found and the ICMA outline the City Manager as the city's main administrator. Of the 35 articles, 16 mentions that this manager brought benefits in the fight against corruption and / or increased efficiency in management, in counterpoint none of the selected articles mentions another form of government, without the use of City Manager, able to bring results better or equivalent in these matters. It was evidenced that this management form presented successful results in several prefectures in the United States and in other countries, with this comes the study bringing as a proposal of a federal law with the general guidelines of implementation, powers and duties of the City Manager in Brazilian municipalities contributing to the improvement of management in municipal organizations.

Keywords: Cities. City Manager. Public administration. Corruption.

CITY MANAGER: UNA PROPOSICIÓN DE UN PROYECTO DE LEY EN LOS MUNICIPIOS BRASILEÑOS

RESUMEN

El objetivo de este estudio es proponer la implementación del *City Manager* en las ciudades brasileñas, enfocándose en la profesionalización de la gestión municipal y consecuentemente en la reducción de las tasas de corrupción. Para ello, como metodología de investigación, se analizaron artículos y legislaciones internacionales, relacionadas con el *City Manager*. Entre ellos, se seleccionó un universo de 35 artículos, sin límite de fecha de publicación, que cumplía con los criterios seleccionados. De la misma manera, se realizaron búsquedas en manuales, legislaciones y organigramas relacionados con la posición de *City Manager*. Las legislaciones encontradas y el ICMA describen al *City Manager* como el administrador principal de la ciudad. De los 35 artículos, 16 mencionan que el Administrador de la ciudad trajo beneficios en la lucha contra la corrupción y / o mayor eficiencia en la gestión, en contrapunto ninguno de los artículos seleccionados menciona otra forma de gobierno, sin la Mejores resultados o equivalentes en estas materias. Se evidenció que el *cargo* presentó resultados exitosos en varias prefecturas en los Estados Unidos y en otros países, con esto viene el estudio aportando como propuesta de una ley federal con las directrices generales de implementación, atribuciones y deberes del *City Manager* en Municipios brasileños Contribuyendo con la mejora de la gestión en las organizaciones municipales.

Palabras clave: Ciudades. *City Manager*. Administración Pública. Corrupción.

1. INTRODUÇÃO

A administração pública possui grandes desafios a serem enfrentados em todas as esferas de governo. Esses desafios englobam a gestão de sua estrutura, a busca de informações relevantes e confiáveis que possam ser utilizadas da melhor forma para o cidadão, e processos que sejam organizados de uma forma econômica e eficiente, além de um controle adequado de toda a gestão pública (Pfeiffer, 2000; Rezende, 2005).

Com o surgimento desses desafios nasceu, na administração pública, um modelo condizente com as técnicas de produção e de gestão da administração privada. Na gestão pública municipal, tal efeito também se propagou, os municípios buscaram utilizar novas tecnologias, novos modelos e meios de modernizar sua gestão como um todo, para que assim conseguissem entregar um melhor serviço aos cidadãos de acordo com os recursos disponíveis, porém não tão bem conduzido como a administração pública federal (Leite & Rezende, 2010).

Estudiosos e políticos buscam constantemente obter ferramentas que melhorem o desempenho governamental. Segundo Demir (2011), nos Estados Unidos e em diversos outros países o papel do *city manager* é muito significativo e foi fundamental para a melhoria na gestão pública. O *city manager* é um funcionário, em regra, com grande experiência em administração pública, e nomeado pela câmara de vereadores de acordo com o seu currículo. Este administrador terá poderes administrativos para gerenciar a prefeitura, por exemplo, nas cidades americanas ele é responsável pela contratação dos funcionários administrativos, supervisão de obras, execução do orçamento conforme planejado, gerar relatórios financeiros e contábeis, entre outras funções (Couperus, 2014).

Os *City Managers* em diversos países desenvolvidos detinham conhecimento técnico de gestão, pois são escolhidos pelo seu currículo e não pelo voto direto, sendo desse modo responsáveis pelo fornecimento de técnicas para um processo de gestão de qualidade e de assessores neutros para os funcionários eleitos (Demir, 2011).

Apesar da implementação dos *City Managers* ter sido um sucesso nos municípios norte-americanos, na América Latina não houve a implementação dessa função (Ammons, 2008; Mischiatti et al., 2016). Os municípios brasileiros não apresentam um quadro diferente do exibido na América Latina, pois a liderança do prefeito predomina em todos os aspectos, tanto administrativo como político, sendo o prefeito responsável pelas funções de gestão política e de gestão administrativa dos municípios (Ammons, 2008).

Este artigo propõe um novo modelo para a gestão pública municipal baseada na forma de governo conselho-gerente. Este modelo traz as diretrizes para implementação do cargo de *City Manager* nos municípios brasileiros com o objetivo de proporcionar uma gestão com maior eficiência, profissionalismo e que consequentemente ajude a inibir os índices de corrupção.

Essa implantação desses gestores municipais faria com que houvesse uma segregação das funções, a qual afastaria a influência política e o controle do prefeito, neste caso, os índices de corrupção seriam reduzidos (Noordegraaf, 2007; Reddick & Demir, 2014).

Um maior profissionalismo e eficiência também são destacados como objetivos da implementação do *City Manager* no processo de administração municipal (Ammons, 2008). Frente a relevância do tema, a questão de pesquisa do presente artigo é: *existe a possibilidade de implementar o City manager nas prefeituras dos municípios brasileiros?*

Segundo Mischiatti et al. (2016), não há nenhum estudo de artigos publicados em periódicos envolvendo a figura do *City Manager* na América Latina. Existe portanto uma lacuna de trabalhos que enfoquem a possível implementação do *City Manager* nos municípios brasileiros. Neste cenário, propõe-se uma forma de governo, ainda não implementada em

nenhum país da América Latina, a qual pode contribuir para um governo mais transparente e profissional nas prefeituras brasileira.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Em praticamente todo os EUA, durante o início do século xx até a década de 50, os procedimentos de governança urbana tinham sido dominados por notáveis ricos, os quais exerciam uma política imposta à comunidade local, através dos chefes locais do partido, de uma administração municipal controlada (dividindo escritórios entre parentes e amigos) em que se conduziam os resultados das eleições (através da compra de votos, particularmente, entre grupos de imigrantes). A partir do final do século XIX a expressão “bom governo” ganhou força em diversas cidades americanas, e para resolver os problemas do governo da cidade começou-se a se refletir sobre uma reforma municipal durante a Era Progressista (Couperus, 2014).

O sistema que apresentava o prefeito como centro de todo o poder criou um vazio de liderança que foi rapidamente preenchido por máquinas partidárias, cujos chefes políticos controlavam e manipulavam a votação. Após a eleição, os chefes políticos comandavam as autoridades eleitas, determinando como essas deviam executar as operações locais. Geralmente de uma forma que eles e seus aliados enriquecessem ainda mais. A administração dos municípios era organizada e conduzida com base em favores pessoais, acordos políticos e lucro privado. Essa máquina política do partido resultou em muita ineficiência e gastos excessivos de dinheiro público local (Couperus, 2014).

Para remediar esta situação, reformadores procuraram aplicar os princípios da administração científica na gestão municipal (Ammons, 2008). Entre esses, o plano de conselho-gerente para as cidades, originado por Richard Childs em 1908. Esse plano procurou trazer um equilíbrio de responsabilidade política democrática e uma administração competente para o governo local (Hirschhorn, 1997).

O plano de Childs era empregar uma pessoa politicamente neutra, um gerente especialista para servir ao município. Esse por sua vez, seria escolhido pelo conselho municipal e, deveria executar fielmente as decisões do órgão eleito, devendo principalmente resguardar o bem-estar dos cidadãos, utilizando-se, para isso, das boas práticas empresariais a fim de administrar de forma eficiente a cidade (Hirschhorn, 1997).

Pensando nessa reforma política para um bom governo, surge a figura do *City Manager* para uma gestão profissional das cidades. Muitos estudiosos referem-se ao primeiro *City Manager* em 1908 na cidade de Staunton, Virginia, através da decisão do Conselho da Cidade (Avellaneda, 2009). Desse modo, os EUA formaram um terreno fértil da gestão municipal. Durante as décadas de 1910 e 1920, muitas cidades americanas adotaram este novo sistema de governo em que um perito nomeado, *City Manager*, cada vez mais se tornará um funcionário fundamental na prestação dos serviços municipais (Adrian 1999; Couperus, 2014).

Nesta época os EUA tornaram-se um laboratório para o mundo no que se refere a administração municipal. Diversas cidades que enfrentavam sérias dificuldades fizeram a referida reforma e foram bem-sucedidas tais como: Nova York, Pittsburgh, Baltimore, Chicago, Cleveland, Detroit, entre outras cidades (Couperus, 2014). Segundo Rightor, (1919) a cidade deveria ser considerada uma grande empresa de negócios cujos acionistas são as pessoas. Os assuntos municipais devem ser geridos por pessoas qualificadas em gestão de negócios ou ciências sociais. O dinheiro do povo gasto com sabedoria e economia, sem desperdício, para o benefício de todos os cidadãos.

Segundo White (1927), não havia dúvida de que os *City Managers* foram um grande



sucesso para as cidades. Claramente, esses gestores foram mais atentos em relação a poupança, planejaram com mais precisão e lideraram as aquisições com eficiência. Implementaram diversas melhorias na gestão municipal e nesta época, constantemente, buscaram resolver os problemas de forma técnica e objetiva.

Na maioria dos municípios americanos, os *City Managers* são escolhidos pelo Conselho municipal eleito pelo povo, tal Conselho possui atividades semelhantes a câmara municipal, visto que seus integrantes são incumbidos da função de supervisionar o poder executivo, aprovar o orçamento da cidade e representar a municipalidade em diversas tarefas. Os *City Managers* supervisionam todas as tarefas administrativas necessárias, procuram resolver problemas administrativos e também aconselham o prefeito e os membros do conselho no intuito de garantir que esses realizem melhores investimentos e escolhas para a população (Morgan & Watson, 1992).

As atividades desempenhadas pelo *City Manager* variam de acordo com o porte e as características da cidade. Na maioria das grandes cidades esses gerentes possuem o auxílio de diversos membros os quais os ajudam nas tarefas de gestão, enquanto em cidades menores a variedade de afazeres aumenta. Contudo, independentemente do tamanho dos municípios os *City Managers* são responsáveis pela execução do orçamento municipal a ser realizada de acordo com as diretrizes municipais, sendo responsável também pela fiscalização dos departamentos, entre outros assuntos internos e externos (Nalbandian, 1999).

A posição do *City Manager* vem aumentando nos EUA, segundo Mikheeva e Kudryavtsev (2015), no ano de 2014, 90% dos municípios dos EUA possuíam o cargo de gerentes em suas prefeituras. Isso também é verificado no estado de Carolina do Norte, onde em 2012, suas 34 maiores cidades haviam designado um *City Manager* para gerir administrativamente o município. Quanto as cidades com mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) habitantes, 85% dessas possuíam o referido cargo em seus municípios (Stenberg, 2014).

3. METODOLOGIA

Este estudo se baseou na revisão da literatura através de uma busca de periódicos, normas, legislação, regras e manuais de diferentes países. Entre os meses de junho a agosto de 2016, foram realizadas buscas de artigos em diversas bases de dados utilizando-se a palavra-chave “*City Manager*”.

Para a seleção dos artigos utilizou-se as bases de dados SciELO, Scopus e Web of Science. A base de dados *Web of Science* é a base de dados de maior relevância internacionalmente e possui mais de doze mil revistas cadastradas, as quais possuem ISI (International Scientific Information) (FAHIMNIA et al., 2015, MISCHIATTI et al., 2016).

A base de dados SciELO possui grande relevância na literatura científica nacional (Mischiatti, et al. 2016). Já a base de dados Scopus foi escolhida por ser o maior banco de dados de periódicos do mundo, sua cobertura inclui dezenas de milhões de artigos revisados por pares (Chicksand et al., 2012; Fahimnia et al., 2015; Mischiatti et al., 2016).

O filtro realizado para a pesquisa em cada uma das bases de dados foi a palavra “*city manager*”. Apenas periódicos publicados em língua inglesa ou portuguesa, e sem limite de data de publicação, foram considerados. Foram retirados artigos repetidos e artigos que não apresentassem relação com a pesquisa. Somente foram classificados para esta pesquisa artigos categorizados nos seguintes tópicos: características da Profissão do *City Manager*, *City Manager* e as questões políticas, e questões éticas e valores presentes na profissão do *City Manager*.



Entre os meses de outubro e novembro foram realizadas buscas através da internet a respeito da legislação, manuais e normas referentes ao cargo de “City Manager”. Encontrou-se o Estatuto Geral da Carolina do Norte, o Estatuto de Wisconsin, Estatuto Revisado de Missouri os quais disciplinam os poderes, deveres e diretos do City Manager, recomendações da *International City/County Management Association (ICMA)* e o organograma da cidade de Austin, Texas.

A próxima fase foi realizar o levantamento de informações para elaborar a pesquisa exploratória. O objetivo deste levantamento foi entender como solucionar o problema de pesquisa e buscar mais informações de como outros países e municípios resolveram problemas similares (Cooper & Schindler, 2003).

Tabelas e quadros foram realizados para mostrar uma melhor ilustração das informações obtidas neste estudo. Com todos esses dados disponíveis foi proposto um projeto de lei referente as diretrizes de implementação, poderes e deveres do *City Manager* nos municípios brasileiros.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta busca inicial de periódicos resultou em um universo de 133 artigos. Após a exclusão de artigos repetidos e considerando os critérios de categorização estabelecidos anteriormente chegou-se a um número de 35 artigos. Conforme a Tabela 01 apresenta, verificou-se que 15 artigos abordam as “Diferenças e similaridades dos *City Managers* e dos oficiais eleitos”; 11 desses trazem informações sobre “*City Manager* e as questões políticas” e 09 artigos explicitam as “Questões éticas e valores na profissão do *City Manager*”.

Tabela 1. Assuntos presentes nos artigos analisados

Assunto	Nº de artigos
Diferença e similaridades dos <i>City Managers</i> e dos oficiais eleitos	15
<i>City Manager</i> e as questões políticas	11
Questões éticas e valores na profissão do <i>City Manager</i>	09
Total	35

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

O Quadro 1 mostra as principais atribuições poderes e deveres do *City Manager* quando utilizada a forma de conselho-gerente. Trazendo como parâmetro a legislação da Carolina do Norte especificado no G.S 153 A-82, o Estatuto de Wisconsin, o Estatuto Revisado de Missouri e o *International City/County Management Association (ICMA)*.

Quadro 1. Atribuições, poderes e deveres do *City Manager*

<u>Atribuições, poderes e deveres do <i>City Manager</i></u>	<u>Legislação da Carolina do Norte</u>	<u>Estatuto de Wisconsin</u>	<u>Estatuto Revisado de Missouri</u>	<u>International City/County Management Association (ICMA)</u>
O <i>City Manager</i> deve ser o principal administrador da cidade e será responsável, perante o conselho, da administração de todos os assuntos municipais colocados sobre sua responsabilidade.	Apresenta	Apresenta	Apresenta	Apresenta

<u>Atribuições, poderes e deveres do City Manager</u>	<u>Legislação da Carolina do Norte</u>	<u>Estatuto de Wisconsin</u>	<u>Estatuto Revisado de Missouri</u>	<u>International City/County Management Association (ICMA)</u>
Nomear e suspender ou retirar todos os oficiais da cidade e os funcionários não eleitos pelo povo, e cuja nomeação ou remoção não for de outra forma prevista em lei, exceto o advogado da cidade, de acordo com as regras gerais de pessoal, regulamentos, políticas ou ordenanças como o Conselho pode adotar. Porém ele é obrigado a nomear os funcionários sempre por mérito.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>
Terá o poder de criar escritórios administrativos menores, posições e descontinuar essas cargos e posições de acordo com o seu julgamento sempre se baseando nas necessidades da cidade.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>
Dirigir e supervisionar a administração de todos os departamentos, escritórios e agências da cidade, sujeito à direção e ao controle do conselho geral, salvo disposição em contrário por lei. Dessa forma os membros do conselho devem lidar com os empregados através do gestor municipal. Princípio da não interferência.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>
Ser responsável por verificar que todas as legislações são fielmente executadas dentro da cidade.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>
Assistir às reuniões do conselho e recomendar quaisquer medidas que ele considere oportuno	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>
Possuir direito a voto nas decisões do conselho	<u>Não apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>
Prestar relatórios e contas mensalmente para o conselho.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>	<u>Não apresenta</u>
Apresentar anualmente ao Conselho e colocar à disposição do público um relatório completo sobre as finanças e atividades administrativas da cidade a partir do final do ano fiscal.	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>
Preparar e apresentar o orçamento anual para o conselho	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>	<u>Apresenta</u>

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Os dados do Quadro 1 demonstram que se apresenta como unânime nas legislações sobre o *City Manager* o poder desse no que concerne a nomeação de todos os seus subordinados. Ressalva-se que as nomeações devem ser puramente de mérito, com vista a assegurar o melhor nomeado disponível para o lugar. A devida consideração deve ser dada à formação, experiência, capacidade, as qualificações gerais e a aptidão para o desempenho das tarefas de escritório, não devendo ser considerados e apresentar nenhum peso características como a residência, a nacionalidade ou filiação política ou religiosa.

Há um consenso em grande parte das atribuições e poderes do *City Manager* tais como: apresentar relatórios financeiros anualmente, preparar e apresentar o orçamento anual para o conselho, executar fielmente a legislação da cidade. Porém, uma das principais divergências explicitadas no Quadro 1 refere-se o *City Manager* possui direito ao voto nas decisões do conselho municipal, sendo o Estatuto de Wisconsin o único a conferir esse poder de voto ao *City Manager*.

Os governos locais nos EUA têm a possibilidade de operar sob diferentes formas de governo: a forma de conselho-gerente; um prefeito-conselho; ou uma forma alternativa que esteja em conformidade com a lei estadual (Couperus, 2014).

A Figura 1 a seguir apresenta o organograma da cidade de Austin, Texas Estados Unidos. Nesta cidade, os prefeitos juntamente com a sua comissão elegem o *City Manager* figurando como forma de governo o Conselho-gerente.

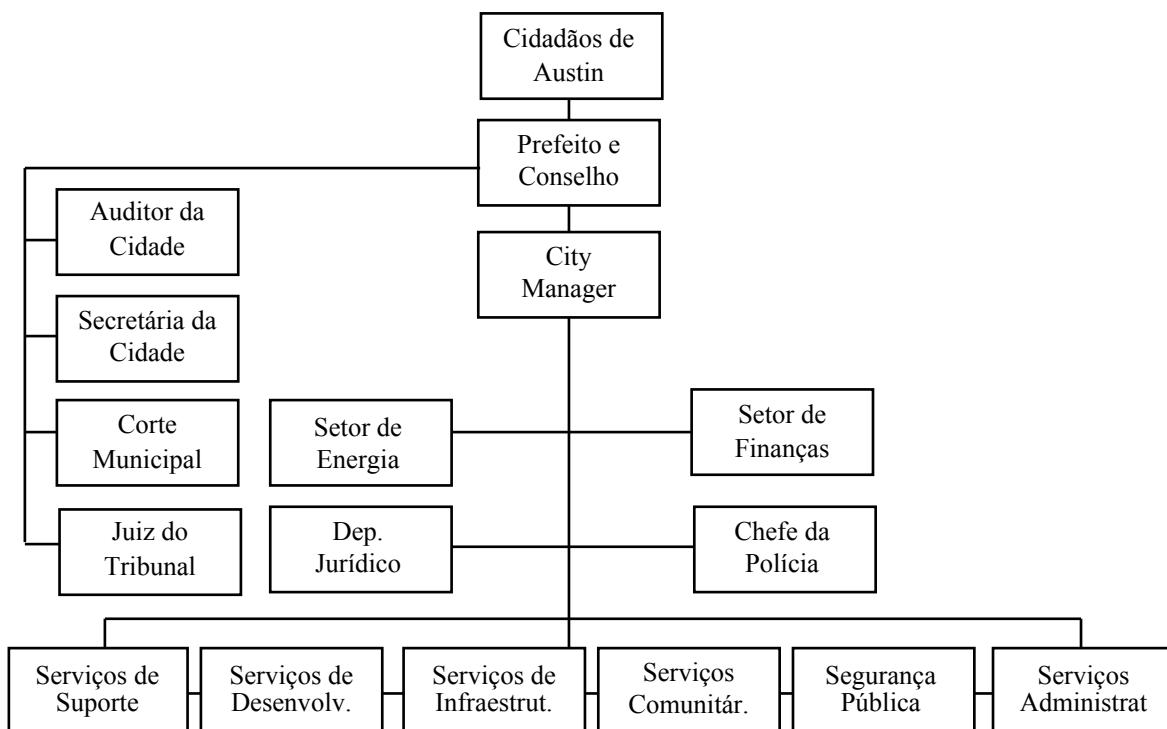


Figura 1. Organograma da Cidade de Austin, Texas, EUA

Fonte: Organograma da cidade de Austin, Texas Estados Unidos, retirado do site: http://www.austintexas.gov/sites/default/files/files/City_Org_Chart_10_04_2016.pdf.

Conforme explicitado na Tabela 2, dentre os 35 artigos analisados, 16 destacaram o *City Manager* como essencial para o combate a corrupção e/ou na eficiência da gestão municipal,

outros 18 artigos não comentam sobre esse tema, e apenas um deles argumenta sobre a inexistência de diferença relevante entre o prefeito e o *City Manager* quanto aos quesitos: corrupção e eficiência. Interessante ressaltar que não foram encontrados artigos que afirmem que o cargo de *City Manager* é mais ineficiente ou que eleve os índices de corrupção da cidade em comparação ao cargo de prefeito.

Tabela 2. Combate a corrupção e melhora a eficiência

Assunto	Quantidade de artigos
Artigos que comentam a favor da forma de governo com <i>City Manager</i> (eficiência e/ou combate a corrupção)	16
Artigos que não abordam esse tema	18
Indiferente se é Prefeito ou <i>City Manager</i>	1
Artigos que comentam que outra forma de governo é mais eficiente e/ou combate a corrupção melhor que prefeituras que adotam o cargo de <i>City Manager</i>	0
Total	35

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

Segundo Nelson e Svara (2012), a forma de governo prefeito-conselho, na qual o prefeito não elege um chefe administrativo com poderes e responsabilidades para conduzir a prefeitura é a forma de governo, das sete estudadas, com uma menor taxa de inovação. Verifica-se que muitos artigos científicos defendem uma forma de governo mais profissional, na qual o responsável administrativo das prefeituras seja escolhido pelo mérito e não por voto direto.

A forma de governo: conselho-gerente (*City Manager*) ou prefeito-conselho são as formas mais comum de governo nos Estados Unidos (Nelson & Svara, 2012). A escolha do profissional *City Manager* pode ser feita das seguintes formas: escolhida pelo conselho, escolhida pelo prefeito, escolhida pelo prefeito e aprovada pelo conselho.

Com base nos resultados colhidos por esta pesquisa, verificou-se que há possibilidade de implementação do *City Manager* nas prefeituras brasileiras. A proposta de lei abaixo se baseou nos artigos científicos e nas legislações internacionais trazidas neste estudo. Algumas alterações foram adaptadas para as características da legislação brasileira e dos municípios brasileiros.

Projeto de Lei federal proposto por este estudo que regulamenta a implementação, os poderes e os deveres do *City Manager* (Administrador Municipal).

Art. 1º Esta Lei tem como finalidade disciplinar as normas gerais da implementação, dos poderes e dos deveres do Administrador Municipal

Art. 2º A câmara dos vereadores após eleita deverá imediatamente contratar por tempo indeterminado um Administrador Municipal;

Art. 3º O Administrador Municipal deve ser eleito exclusivamente por mérito. Ao eleger o Administrador Municipal, a Câmara de Vereadores deve prestar devida atenção à formação, experiência, capacidade executiva e administrativa, eficiência, qualificações gerais e aptidão para desempenhar as funções do cargo. A Câmara não concederá nenhum peso ou consideração à filiação nacional, política ou religiosa, ou a quaisquer outras considerações, exceto mérito e qualificações diretas para o cargo;

Art. 4º Os pedidos, registros, recomendações e qualificações de todos os candidatos ao cargo de

Administrador Municipal devem ser abertos ao exame e à inspeção de todos os cidadãos;

Art. 5º O salário do Administrador Municipal será fixado pela Câmara de Vereadores;

Art. 6º A Câmara de Vereadores tem o poder de remover o Administrador Municipal a qualquer momento em que sua conduta se torne insatisfatória e eleger um sucessor no período máximo de seis meses da mesma forma anterior;

Art. 7º A destituição do Administrador Municipal deve ser fundamentada por escrito e votada em Assembleia, respeitando o direito de defesa do Administrador Municipal;

Art. 8º O Administrador Municipal será o responsável pelos assuntos administrativos da cidade;

Art. 9º O Administrador Municipal é responsável por verificar que todas as legislações sejam fielmente executadas no âmbito municipal;

Art. 10º O Administrador Municipal deve assistir as reuniões da Câmara de Vereadores e recomendar quaisquer medidas que ele considere oportunas;

Art. 11º Apresentar relatórios financeiros e contábeis em conformidade com a Legislação federal, estadual e municipal para a Câmara de Vereadores e seus cidadãos;

Art. 12º Preparar e apresentar o orçamento anual para a Câmara de Vereadores;

Art. 13º Caberá aos Municípios criar normas específicas em conformidade com esta Lei Federal.

Esta proposta de lei tem o objetivo de propor uma nova forma de governo para os municípios brasileiros. O Administrador Municipal é escolhido pelo mérito e será a figura mais importante da cidade, sem prejudicar a democracia, pois o povo ainda elege o Administrador Municipal, indiretamente através dos vereadores eleitos.

Importante ressaltar que o Administrador Municipal fará atividades administrativas a qual atualmente são de responsabilidades do prefeito. Esta proposta de Lei também autoriza aos municípios brasileiros legislarem sobre este assunto de maneira específica, algo muito comum na legislação brasileira. Com isso, além de contribuir para uma gestão profissional, espera-se que os *City Managers* possam construir e facilitar o processo democrático entre a comunidade e o governo de uma forma mais transparente.

5. CONCLUSÕES

Desenvolveu-se este estudo com o intuito de propor uma lei federal que cria e regulamenta as diretrizes da implementação, dos poderes e dos deveres do cargo de *City Manager* nas prefeituras do Brasil. Para isso foram analisadas quatro legislações internacionais, manuais, organogramas de cidades e 35 artigos de periódicos internacionais.

Este estudo propõem a implementação da figura do *City Manager* nos municípios brasileiros. Com está proposição a administração apresentara campos de atividades distintos, sendo tais: político e gestacional. Desse modo, afasta-se da gestão municipal a figura exclusivamente política e valores políticos de cada partido. Na referida proposição, os *City Managers* ficam responsáveis pelo fornecimento de seus conhecimentos técnicos na qualidade de uma assessoria neutra, tendo por finalidade a de auxiliar os vereadores a criarem e votarem as propostas de políticas municipais interessantes ao bem comum.

A proposta de legislação se baseou na forma de governo conselho-gerente, sendo está muito utilizada nos Estados Unidos. A figura do conselho seria representada pela Câmara de Vereadores, a qual é composta por representantes eleitos diretamente pela população municipal. Aos vereadores da cidade incube o papel de eleger os *City Managers* a qual deve ser feita baseada, exclusivamente, em mérito. O *City Manager*, quando possuidor de boa capacidade administrativa e de gestão é capaz de gerir com uma maior eficiência a prefeitura municipal, estando afastados interesses políticos partidários, visto não possuir filiação. Do mesmo modo,

será inibida a defesa de interesses distintos da busca por uma boa gestão e o bem comum, fato que irá colaborar para o cumprimento dos princípios que regem a Administração Pública no Brasil, dentre eles o da impessoalidade.

O presente artigo limitou-se a analisar periódicos já publicados, legislações internacionais, organogramas e manuais sobre o tema. Como sugestão para trabalhos futuros, seriam válidas construções de novas legislações, trazendo também resultados de entrevistas com políticos, servidores e estudiosos da Administração pública afim de melhor adaptar o cargo de *City Manager* nas prefeituras brasileiras.

REFERÊNCIAS

- Ammons, D. N. (2008) City manager and city administrator role similarities and differences: Perceptions among persons who have served as both. *The American Review of Public Administration*, v. 38, n. 1, p. 24-40.
- Avellaneda, C. N. (2009) Municipal Performance: Does Mayoral Quality Matter? *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 19, n. 2, p. 285-312.
- Charles, A. R. (1999) "Forms of Local Government in American History." In *Forms of Local Government. A Handbook on City, County and Regional Options*, edited by Roger L. Kemp. Jefferson: McFarland & Company.
- Chicksand, D., Watson, G. & Walker, H. (2012) Theoretical perspectives in purchasing and supply chain management: an analysis of the literature. *Supply Chain Management* 17, 454–472.
- Cooper, D. R. & Schindler, P. S. (2003) *Métodos de Pesquisa em Administração*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman.
- Couperus, S. (2014) The managerial revolution in local government: municipal management and the city manager in the USA and the Netherlands 1900–1940. *Management and Organizational History*, v. 9, n. 4, p. 336-352.
- Demir, T. (2011) Professionalism, responsiveness, and representation: What do they mean for city managers? *International Journal of Public Administration*, v. 34, n. 3, p. 151-158.
- Demir, T & Reddick, C. G. (2015) Political Orientation and Policy Involvement of City Managers: An Empirical Study of the Value-Activity Relationship. *Public Organization Review*, v. 15, n. 4, p. 581-598.
- Fahimnia, B. et al, (2015) "Green supply chain management: A review and bibliometric analysis," *International Journal of Production Economics*, Elsevier, vol. 162(C), p. 101-114.
- Fonseca, J. J. S. (2002) Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, Apostila.
- Hirschhorn, B. (1997) Democracy Reformed: Richard Spencer Childs and His Fight for Better Government. Westport: Greenwood Press.
- Leite, L & Rezende, D. (2010) Modelo de gestão municipal baseado na utilização estratégica de recursos da tecnologia da informação para a gestão governamental: formatação do modelo e avaliação em um município. *Revista de Administração Pública RAP*.

Mikheeva, T. N. & Kudryavtsev, V. V. (2015) Transparency in the process of formation of the local administration: A comparative legal analysis. *Asian Social Science*, v. 11, n. 19, p. 98-105.

Mischiatti, J. A.W., Moleta, E. J. & Catapan, A. (2016) City Manager: Uma Análise Bibliométrica de 1950-2016. III Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2016, Campos dos Goytacazes. *Anais do III Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento*.

Revised Statutes of Missouri, USA, Chapter 78. Dispõe sobre regulamentação do City Manager no estado de Missouri, EUA. Disponível em: <<http://www.moga.mo.gov/mostatutes/chapters/chapText078.html>>. Acesso em 10 de nov. 2016.

Morgan, D. R.; Watson, S. S. (1992) Policy Leadership in Council-Manager Cities: Comparing Mayor and Manager. *Public Administration Review*, v. 52, p. 438-447.

Nalbandian, J. (1999) Facilitating Community, Enabling Democracy: New Roles for Local Government Managers. *Public Administration Review*, v. 59, p. 187-197.

Nelson, K. L.; Svara, J. H. (2012) Form of Government Still Matters: Fostering Innovation in U.S. Municipal Governments. *American Review of Public Administration*, v. 42, n. 3, p. 257-281.

Noordegraaf, M. (2007) From “pure” to “hybrid” professionalism: Present day professionalism in ambiguous public domains. *Administration & Society*, 39(6), 761–785.

General Statutes of North Carolina, USA Chapter 160 A. Dispõe sobre regulamentação do City Manager no estado de Carolina do Norte, EUA. Disponível em: http://www.ncleg.net/EnactedLegislation/Statutes/HTML/ByChapter/Chapter_160A.html Acesso em 10 de nov. 2016.

Pfeiffer, P. (2000) Planejamento estratégico municipal no Brasil: uma nova abordagem. Brasília: *Enap*.

Reddick, C. G.; Demir, T. (2014) Professional Identification and City Managers: An Analysis of a National Survey. *International Journal of Public Administration*, v. 37, n.3, p.174-182.

Rezende, D. A. (2005) Planejamento de informações públicas municipais: guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades. São Paulo: *Atlas*.

Rightor, C E. (1919) City Manager in Dayton. New York: *Macmillan*.

Stenberg, C. W. (2014) County and City Managers. *UNC Chapel Hill School of Government*, Chapter 4. Disponível em: <https://www.sog.unc.edu/sites/www.sog.unc.edu/files/course_materials/CMG%2004_Managers.pdf>. Acesso em: 10 de nov. 2016.

Vilaça, M. L. C. (2010) Pesquisa e Ensino. Considerações e Reflexões. *Revista E-scrita* Volume 1. Número 2.



White, L. D. 1927. *The City Manager*. Chicago: University of Chicago Press.

State Legislature of Wisconsin, USA Chapter 64. Dispõe sobre regulamentação do City Manager no estado de Wisconsin, EUA. Disponível em:
<<http://docs.legis.wisconsin.gov/statutes/statutes/64>>. Acesso em: 10 de nov. de 2016.



ANEXO 5

A experiência de Maringá - PR

LEI Nº 4275/96

INSTITUI O CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARINGÁ - CODEM

Autor: Poder Executivo.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte:

Art. 1º. Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo plenário.

Art. 2º. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM terá ainda as seguintes atribuições:

I - Buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando a execução da política municipal de desenvolvimento econômico;

II - Gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico - FMD, estabelecendo programas e prioridades para aplicação de seus recursos;

III - Estabelecer diretrizes com vistas as geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;

IV - Criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMD ou outras fontes, programas e linhas de crédito de interesse da economia local;

V - Realizar estudos visando a identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;

VI - Identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;

VII - Firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

VIII - Contratar serviços de instituições ou profissionais no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário, seus objetivos;

IX - Instituir Câmaras técnicas e grupos temáticos, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;

X - Promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;

XI - Identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Maringá, bem como desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XII - Formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando a

atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIII - Divulgar as empresas e produtos de Maringá, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

XIV - Criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

Parágrafo único. O Conselho, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas funções aos Municípios ou entidades da Região.

Art. 3º. O CODEM compõe-se de:

I - Plenário;

II - Câmaras Técnicas.

Art. 4º. Integram o Plenário do CODEM:

I - O Prefeito Municipal, como presidente de honra;

II - Um Secretário Municipal, representando os setores da Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;

III - O Secretário Municipal de Planejamento;

IV - O Secretário Municipal de Fazenda;

V - Um representante do SINDUSCONOR, um do SECOVI e um da APRAS;

VI - O Reitor da Universidade Estadual de Maringá;

VII - Um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas - SEBRAE;

VIII - Quatro representantes da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, sendo o seu Presidente e representantes dos setores do comércio, indústria e serviços, por ela indicados;

IX - Três representantes da Coordenadoria Regional da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

X - Dois representantes do setor agropecuário, sendo um indicado pela Sociedade Rural de Maringá e outro pelo Sindicato Patronal Rural;

XI - Um representante dos sindicatos patronais;

XII - Um representante dos sindicatos de trabalhadores no comércio, indústria e agricultura;

XIII - Um representante dos veículos de comunicação;

XIV - Um representante dos profissionais liberais, eleito dentre as entidades representativas de classe.

Art. 5º. As Câmaras Técnicas serão permanentes ou temporárias.

Parágrafo único. As permanentes são criadas por esta lei e as temporárias poderão ser criadas por deliberação do Plenário, quando necessário.

Art. 6º. Ficam criadas as seguintes Câmaras Técnicas:

I - De Assuntos Comunitários;

II - De Assuntos Universitários;

III - De integração Tecnológica;

IV - De atração de Investimentos;

V - De Agricultura e Agroindústria;

VI - De Comércio e Serviços;

VII - Do Comércio Exterior;

VIII - Da Construção Civil e Setor Imobiliário.

Art. 7º. A Câmara de Assuntos Comunitários será composta por um representante de cada uma das seguintes entidades:

I - Rotary Clubes de Maringá;

II - Lions Clubes de Maringá;

III - Lojas Maçônicas;

IV- Federação das Associações de Bairros de Maringá;

V - Arquidiocese de Maringá;

VI - Ordem dos Pastores Evangélicos de Maringá - OPEM;

VII - Do Conselho da Mulher Empresária e Executiva da ACIM.

Art. 8º. A Câmara Técnica de Assuntos Universitários será composta por:

I - Três representantes da Universidade Estadual de Maringá - UEM;

II - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores de Ensino de Maringá - SINTEMAR;

III - Um representante da ADUEM - Associação dos Docentes da UEM;

IV - Um representante das instituições privadas de ensino superior de Maringá;

V - Um representante de cada um dos Conselhos oficiais de regulamentação de profissionais liberais, como: Ordem dos

Advogados do Brasil - OAB; Conselho Regional de Medicina - CRM; Conselho Regional de Odontologia - CRO; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA; Conselho Regional de Economia - CORECON; Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Farmácia.

Art. 9º. A Câmara Técnica de Integração Tecnológica será composta por:

- I - Um representante da Universidade Estadual de Maringá - UEM;
- II - Um representante do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR;
- III - Um representante do Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET;
- IV - Um representante do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Maringá - SINDIMENTAL, Sindicato da Indústria do Vestuário de Maringá - SINDIVEST, Associação dos Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná - ALCOPAR, Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná - SINDUSCONNOR;
- V - Um representante da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá - COCAMAR.
- VI - Um representante do Conselho Permanente do Jovem Empresário de Maringá.

Art. 10. A Câmara Técnica de Comércio e Serviços será composta por:

- I - Um representante do setor de comércio atacadista;
- II - Um representante do setor do comércio varejista;
- III - Um representante das empresas hoteleiras;
- IV - Um representante das agências de viagens e turismo;
- V - Um representante da Sociedade Médica de Maringá;
- VI - Um representante da Associação dos Hospitais de Maringá;
- VII - Um representante da Associação Paranaense de Consultores de Empresas - APCE..

Art. 11. A Câmara Técnica de Atração d Investimentos terá a seguinte composição

- I - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;
- II - Um representante da Universidade Estadual de Maringá - UEM;
- III - Um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
- IV - Um representante da Associação Maringaense da Imprensa;
- V - Um representante das empresas de mídia;

VI - Um representante de cada um dos bancos oficiais localizados em Maringá;

VII - Um representante da Delegacia Regional da Fazenda Estadual;

VIII - Um representante de cada um dos seguintes órgãos estatais:

Companhia Paranaense de Energia - COPEL;

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR;

Departamento de Estradas de Rodagem - DER;

Instituto Ambiental do Paraná - IAP e

Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR.

IX - Um representante da Associação Paranaense de Consultores de Empresas - APCE.

Art. 12. A Câmara Técnica de Agricultura será composta por:

I - Um representante da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Agricultura;

II - Um representante da Sociedade Rural de Maringá;

III - Um representante da Secretaria de Estado da Agricultura;

IV - Um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná - EMATER;

V - Um representante da Associação dos Agrônomos de Maringá;

VI - Um representante do Sindicato Rural Patronal de Maringá;

VII - Um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá.

Art. 13. A Câmara Técnica de Comércio Exterior será composta por:

I - Dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM;

II - Dois representante da Coordenadoria Regional de Maringá da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - FIEP;

III - Um representante do Centro de Exportação do Paraná - CEXPAR;

IV - Um representante da Estação Aduaneira do Interior;

V - Um representante do Serviço de Assistência às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;

VI - Um representante do setor de comércio exterior do Banco do Brasil S.A.

Art. 14. A Câmara Técnica de Construção Civil e Setor Imobiliário será composta por:

I - Dois representantes do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Região Noroeste do Paraná - SINDUSCONNOR;

II - Um representante do Sindicato das Empresas de Corretagem e Venda de Imóveis - SECOVI;

III - Um representante do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura;

IV - Um representante da Associação Paranaense das Empreiteiras de Obras Públicas - APEOP;

V - Um representante da Secretaria de Planejamento do Município;

VI - Um representante da Associação dos Engenheiros de Maringá;

VII - Um representante da Associação Paranaense de Administração de Imóveis - APADI;

VIII - Um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis - CRECI.

Art. 15. Cada conselheiro e membro das Câmaras Técnicas terá um suplente, sendo ambos indicados pelas entidades a qual representam e tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos.

Parágrafo Primeiro. Os Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos.

Parágrafo Segundo. Durante o período do mandato, o conselheiro e seu suplente poderão ser substituídos pela entidade que o indicou, sendo que o substituto tomará posse na primeira reunião do conselho que se seguir à sua indicação e terminará o mandato do substituto.

Parágrafo Terceiro. Em caso de renúncia, falecimento ou vacância do cargo pelo titular, o suplente substituirá até a indicação de um novo membro pela entidade a qual representa.

Art. 16. As Câmaras Técnicas, no âmbito de suas atribuições, enviarão ao plenário do CODEM propostas, estudos e sugestões para subsidiar tecnicamente as decisões do Conselho.

Art. 17. O Conselho será dirigido por mesa diretora composta de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Cada Câmara Técnica permanente terá um Presidente eleito entre seus membros para um mandato de um ano, permitida a reeleição.

Art. 18. O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário, por convocação de seu Presidente.

Parágrafo único. O Conselho, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá convocar-se, mediante assinatura de dois terços de seus membros, presidido pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 19. Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo único. As deliberações do Conselho serão tomadas em plenário, por maioria simples.

Art. 20. O mandato dos Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 21. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá - CODEM elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei Municipal Nº. [3.335](#)/93.

Paço Municipal, 16 de setembro de 1996.

Said Felício Ferreira
Prefeito Municipal

CONTRIBUIÇÕES DO CODEM

1997-2009

Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá – CODEM
www.codem.org.br

COLETÂNEA DAS PRINCIPAIS PROPOSTAS, PROJETOS, AÇÕES E CONTRIBUIÇÕES DO CODEM AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARINGÁ NO PERÍODO 1997-2009

Mesa Executiva do CODEM

Presidente de Honra: Prefeito Municipal Silvio Magalhães Barros II

Presidente: Carlos Alberto Tavares Cardoso

Vice-Presidente: Luis Fernando Wunderlich Ferraz

Secretário: Benedito Prado Dias Filho

Elaboração:

Secretaria Executiva do CODEM

João Celso Sordi – Secretário Executivo do CODEM

Gilberto Cézar Pavanelli – Assessor Técnico

Àlvaro Gilmar Estavam de Araújo – Gerente de Sistemas – Câmaras Técnicas

Beatriz Aparecida Poletto – Gerente de Sistemas - Gestão

Glória Mayara Michelassi – Estagiária

REALIZAÇÕES VINCULADAS A PROPOSTAS DO CODEM OU COM A SUA PARTICIPAÇÃO

O Codem, como órgão consultivo e deliberativo composto por entidades da sociedade civil, não tem competência para implantar ou executar projetos ou propostas de políticas de desenvolvimento econômico. Suas proposições são submetidas aos poderes constituídos, do executivo, do legislativo e até do poder judiciário, do Município, do Estado ou da União

Um exemplo de estudo proposto ao Poder Legislativo de Maringá foi o que versou Sobre a Contaminação do Subsolo, Lençol Freático e Córregos de Maringá, que culminou com a Audiência Pública realizada pelo Poder Legislativo e com a alteração de leis e códigos. Esse estudo cumpriu parte da diretriz de desenvolvimento sustentável definida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maringá, no documento Maringá 2020.

O propósito deste documento é o de fazer o registro de iniciativas ou de participação do CODEM que resultaram em proposições de ações ou projetos submetidos à execução por autoridades e instituições competentes. Vários registros foram perdidos ou se encontram na memória de poucas pessoas, fatos estes que se pretende evitar doravante.

Portanto, as **páginas que seguem não esgotam o rol de realizações**, estudos e projetos de proposições do CODEM, ou resultantes de trabalhos conjuntos com outros órgãos e instituições ou com o Município, mas, exemplificam a gama de estudos e projetos que se transformaram, ou se transformarão em propostas do Conselho às autoridades competentes, que as implantarão quando julgaram convenientes. O CODEM, no entanto, no uso de suas atribuições articula sua representação institucional para zelar pela realização de suas proposições.

A exposição a mais sintética possível, não guarda ordenamento nem cronológico e nem de grau de importância. É simplesmente um registro do fato.

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE MARINGÁ CODEM
SECRETARIA EXECUTIVA**

Maringá, 2009

Zona de Processamento Aduaneiro (ZPA): Executado. Elaboração dos estudos de viabilidade técnica, legal e econômica, envolvimento da representação política e das forças locais em torno do projeto. Apresentação da proposta, defesa e negociação junto às várias autoridades do governo do Estado, inclusive, junto ao governador, até a sua transformação em decreto e posteriormente em Lei. O projeto beneficiou 22 empresas, das quais 14 foram efetivamente instaladas. Até 2.002 foram gerados mais de 1.000 empregos diretos e criadas novas atividades em Maringá. Por essas empresas foram gerados, até março de 2002, últimos dados quantificados, R\$ 298,0 milhões de impostos, dos quais R\$ 147,7 milhões federais e R\$ 150,8 milhões estaduais. Desse total R\$ 30,2 milhões foram pagos a vista e R\$ 120,6 milhões correspondem a ICMS postergado. Em razão da ZPA, Maringá ultrapassou, ainda no ano de 2000, a cidade de Londrina como arrecadadora de tributos federais. Só no exercício de 2000, o fundo de participação do Município no ICMS foi engordado em R\$ 1,4 milhão e a arrecadação do ISS foi ampliada em muito mais. O projeto demandou a realização de, aproximadamente, 35 estudos de impacto econômico e social das propostas de empreendimento apresentados pelas empresas. Foi este projeto que viabilizou financeira e economicamente o funcionamento da EADI e a mantém aberta até hoje, constituindo-se num dos atrativos para novos empreendimentos em Maringá.

PRODEM – Programa de Desenvolvimento Econômico de Maringá-. Projeto de Lei aprovado pela Câmara Municipal; Programa de benefícios fiscais e de infra-estrutura oferecidos pelo Município para a atração de novos empreendimentos, e é executado pelo Executivo Municipal. O programa já sofreu duas alterações efetuadas por Lei Municipal.

Incubadora Tecnológica de Maringá. Projeto de iniciativa da Câmara Técnica de Integração Tecnológica consistiu no estudo da viabilidade da implantação, auto-sustentação, articulação institucional e definição das parcerias institucionais, criação, e edificação para instalar a primeira fase da incubadora, para incubar projeto de software. A Incubadora foi implantada no câmpus da UEM com base em estatuto elaborado pelo CODEM e evoluiu, por seus próprios meios, para outras áreas de conhecimento, constituindo-se numa das que mais cresce no País. No início de 2009 a Incubadora será transferida para nova área de, aproximadamente, 18.000 m² cedida pelo Patrimônio Público da União, no Armazém 01 do antigo IBC.

Hotel de Projetos para o CTM. O CODEM elaborou estudo de viabilidade e projeto de implantação de um Hotel de Projetos para o CTM. As características do CTM estão voltadas para a formação e capacitação profissional nos níveis médios e pós-médios, mas com uma grande carga de treinamento prático e o enfrentamento de desafios práticos para a busca de solução de problemas apresentados pela indústria. Alguns desses desafios poderão se transformar em atividades de interesse da indústria e do aluno, nascendo, assim, um projeto de desenvolvimento de tecnologia. Diante disso, e face ainda ao elevado nível de risco envolvido em cada um dos projetos, foi idealizado uma

espécie de hotel de projetos de maneira a atribuir-lhes um caráter formal e legal, inclusive de utilização das instalações do CTM, de modo que, superada a fase mais crítica de risco, poder se transformar num projeto de incubação de empresa na Incubadora Tecnológica de Maringá.

Reflorestamento das Matas Ciliares. Iniciativa do CODEM, mas não logrou o êxito esperado, uma vez que dependia de articulação entre entidades públicas e privadas, o que deixou a desejar, principalmente em razão do pequeno interesse destas.

Reciclagem de Embalagens de Agrotóxicos nas Propriedades Rurais. Estudo de caráter técnico e econômico, indicando a possibilidade de aproveitamento desse tipo de embalagem, criando, com isso, um maior interesse pelo seu recolhimento, armazenamento e destinação adequados.

Apoio ao Executivo Municipal e Estadual, na Atração de Investimentos (Ex: Solabiá, GVT, Alcatel, Empresas da ZPA e a várias dezenas de outras empresas). Fundamentado nos convênios firmados pela municipalidade com o IDR, são realizados estudos que atendem a demandas especificamente identificadas pelas empresas interessadas em empreender, tais como, tratamento tributário, disponibilidade e treinamento de mão-de-obra, fornecedores, rede de distribuição, sistemas de comunicação, logística, benefícios fiscais, fontes de financiamento, etc.

Maringá é Qualidade de Vida. Executada a primeira fase, não tendo prosseguido por falta de recursos financeiros. O objetivo foi o de criar um ambiente de cumplicidade entre o cidadão maringaense com sua cidade e o envolvimento das entidades com os problemas da cidade. Foi criado um selo que, voluntariamente, passou a ser adotado por empresas em seus impressos e embalagens, transmitindo, por meio desses materiais, o grande atrativo de Maringá pelo Brasil a fora.

Apoio a Coopercicla. Viabilizou sua implantação. O projeto consistiu na realização de campanha para alocar recursos destinados ao financiamento da aquisição de carrinhos para equipar os catadores de lixo reciclável ligados à Cooperativa.

Apoio à UEM para obtenção de financiamento junto à instituição financeira e aval do Governo do Estado para construções no câmpus universitário. A operação financeira não foi efetivada. No entanto, por conta disso, o Governo do Estado assumiu, com recursos do tesouro estadual, a construção das edificações pleiteadas no financiamento.

Respaldo institucional para a decisão de criação de 11 novos cursos na Universidade Estadual de Maringá. Em todos os exercícios financeiros o CODEM articulou suas instituições no sentido de garantir junto ao governo do Estado, os recursos para a implantação dos cursos criados pela Universidade, sem autorização governamental. Esta ação foi conduzida, com êxito, até o final da implantação de todos os cursos, inclusive do

aumento de vagas para o curso de Medicina. Este trabalho representou um grande salto não só para a Universidade, que há mais de dez anos não criava um novo curso, mas principalmente para a Cidade e para a Região.

Tornar Maringá um centro universitário era um dos objetivos da Maringá 2020. Com relação ao curso de Medicina, uma das condições para aumentar as vagas era a de aumentar a capacidade dos laboratórios de biologia, o que foi viabilizado pelo CODEM junto a entidades, principalmente com significativa doação da FIEP.

Intermediação junto ao Governo do Estado na grande greve dos servidores da UEM no ano de 2000, a qual deixou reflexos no funcionamento da Universidade por muitos anos adiante. Em ocasiões posteriores, novamente o CODEM, junto com outras instituições e representação política, foi convocado para intermediar tal impasse, alcançando-se um acordo entre as partes.

Fomento a formação de empreendedores pelas Universidades. Executado com a parceria do SEBRAE, o objetivo do projeto de iniciativa da Câmara Técnica de Assuntos Universitários, é o de adicionar à formação técnico-científica tradicional do graduando, os conhecimentos que permitam transformá-lo em empreendedor. Atualmente há uma consciência coletiva, não só por parte das IES, mas também por parte dos alunos, da necessidade desse tipo de formação, alcançando, inclusive, os níveis mais baixos de ensino.

Casa de Microcrédito: Banco do Povo. Projeto desenvolvido pelo CODEM e implantado pelo Executivo Municipal, no ano de 2001. O projeto foi uma das primeiras propostas do CODEM, ao Executivo Municipal, que implicou na realização de pesquisa de mercado, estudo de viabilidade, definição de parceria, caracterização institucional, etc., e que, finalmente, se tornou realidade. Por meio do Banco do Povo é possível a geração e a manutenção do auto-emprego e do nascimento de micro-empresas. É a maior relação benefício/custo na geração de emprego que se pode utilizar. O Banco do Povo deveria contar sistematicamente com aportes de capital do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Selo de Qualidade e de Controle Sanitário de Produtos Artesanais para Consumo Humano, de Origem Animal ou Vegetal. Proposto mas não logrou êxito, principalmente pela resistência dos órgãos estaduais da área. Foi retomado com o projeto do Agropólo. O objetivo era criar um sistema de credenciamento dos métodos de vigilância sanitária municipais no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, para que os produtos de origem animal e vegetal produzidos artesanalmente pudessem ser comercializados em qualquer município do Brasil. A motivação para o projeto decorre do fato de que, pela legislação, isto não seria possível, impedindo o surgimento de uma indústria artesanal, e fixando homem no campo, a exemplo do que acontece na Europa.

Pólo da indústria têxtil e da confecção. Proposto pelo CODEM, como decorrente da Lei Estadual de criação do Pólo Têxtil de autoria do Deputado Joel Coimbra. O objetivo do projeto foi o de transformar a indústria de confecção local e regional, de indústria de roupa para indústria de moda. Para tanto, foi submetido ao Governo do Estado, programa de ações e Regulamento da Lei que Cria o Pólo Têxtil. No entanto, o governo do Estado jamais regulamentou a Lei. Ainda assim, com o concurso direto do CODEM e de outras entidades, vários avanços nesse sentido foram obtidos, como a criação de Curso de Moda pelo Cesumar, a elaboração de um planejamento estratégico do segmento realizado pelo SINDIVEST e, na sua primeira edição, com a participação do CODEM, contemplando várias das proposições feitas pela CODEM, à criação de curso de formação profissional pelo CTM, a criação e implantação do Curso de Engenharia de Produção com ênfase em Confecção, criado pela UEM, a realização do evento Paraná Fashion, os cursos de qualificação e requalificação da mão-de-obra realizados anualmente, maior integração dos empresários na busca de solução para os problemas do setor, entre outros. Em razão desta iniciativa ou não, o fato é que Maringá é um centro produtor de moda e, segundo o segmento, este ainda não sentiu o efeito CHINA em suas atividades e, provavelmente, estará livre da concorrência meramente de preço.

Marketing de Maringá (Folder, Vídeos, CD-ROM, Web Page, etc.) Executado em duas edições. Edição atualizada deverá ser realizada em 2009. O objetivo do projeto foi o de propor ao Executivo Municipal, um conjunto de materiais de multimídia, que tivesse a função de mostrar as vantagens de localização que Maringá oferece para abrigar investimentos em vários setores de atividade econômica, fornecendo, para isso, as informações pertinentes para facilitar a função de atração de empreendimentos. O projeto foi iniciativa da Câmara Técnica de Atração de Investimentos e consistiu na programação do conteúdo, no levantamento e tratamento de informações, na produção dos textos dos conteúdos e das narrativas em várias línguas (português, inglês, francês e espanhol), na programação e execução das matrizes em multimídia e na programação visual. A impressão e a reprodução dos materiais são executadas pelo Poder Executivo.

Levantamentos de demandas para cursos de treinamento e requalificação profissional (SERT/FAT). Trabalho iniciado por articulação do CODEM que ampliou os recursos aplicados em Maringá, mediante a realização de estudo de demanda de treinamento e capacitação técnica para Maringá. Anualmente era realizado com a participação do CODEM, que articulava os vários segmentos produtivos com essa finalidade. Posteriormente esse processo ocorreu de modo independente já sem a participação do CODEM, conduzido pelo Conselho Municipal do Trabalho. No entanto, no final de 2008, atendendo à demanda dos segmentos formadores e demandadores de mão-de-obra qualificada, o CODEM criou uma Câmara Técnica Temporária com o objetivo de propor um sistema organizacional que possibilite a articulação total do setor de modo a haver perfeita integração entre formadores e demandadores com as agências de colocação de mão-de-obra, assim como para a captação de recursos públicos para o financiamento da atividade de formação, treinamento e qualificação.

Solucionar e conter os Condomínios Rurais. O projeto de iniciativa da Câmara Técnica da Construção Civil e Setor Imobiliário, consistiu no levantamento e na comprovação documental, que mostrou os prejuízos que tal prática estava provocando ao planejamento urbano da Cidade e forneceu os elementos documentais ao Ministério Público para as providências cabíveis. Tal iniciativa redundou na paralisação de tal prática no Município de Maringá.

Estudo sobre a contaminação do subsolo, lençol freático e córregos de Maringá por rejeitos primários que culminou na realização da Audiência Pública pela Câmara Municipal de Maringá para a formulação e aprovação da Lei de Zoneamento Ecológico de Maringá.

Elaboração de propostas para os Planos Plurianuais de Investimentos do Governo Federal, período Fernando Henrique Cardoso. Obras de infra-estrutura para a região. A proposta foi submetida à bancada paranaense do Congresso Nacional. Algumas foram transformadas em emendas, apresentadas pela bancada paranaense, tais como: termelétrica do eixo Londrina-Maringá, Hidrovia do Ivaí, conclusão do Aeroporto de Maringá, contorno rodoviário Norte de Maringá, ferrovia Porto Camargo - Campo Mourão, ferrovia Cianorte - Umuarama - Guaíra, ferrovia Campo Mourão – Roncador.

Documentos e Seminários: “O que Maringá espera do Novo Governo” - propostas de ações Maringá e Região aos candidatos ao governo do Estado -. Desde a criação do CODEM documentos nesse sentido vêm sendo elaborados e apresentados em todos os pleitos eleitorais a quase todos os candidatos ao Governo do Estado, bem como a todos os candidatos a Presidência da República que estiveram em nossa cidade, fazendo campanha. Documentos semelhantes foram submetidos também aos candidatos ao poder legislativo federal e estadual. A grande maioria dos candidatos ao Governo do Estado, bem como a senadores e deputados estaduais e federais, participaram de eventos promovidos pelo CODEM, objetivando lhes dar conhecimento sobre as proposições da Cidade ao seu plano de Governo, bem como buscando obter comprometimento destes com tais propostas.

Escola de Jardinagem. Projeto de auto-sustentabilidade e de iniciativa da Câmara Técnica de Assuntos Comunitários que tem por objetivo definir organização não-governamental para gerir a Escola e estruturar um sistema de auto-sustentação para o seu funcionamento, visando dar formação profissional, criar oportunidade de trabalho e de implantar e zelar pelos jardins de Maringá. O empreendimento funcionou por alguns anos e foi desativado por falta de interesse do governo municipal.

Projeto Via Empresa. Cooperação para a execução pela SEICT. O projeto foi de iniciativa da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município a qual contou com a cooperação do CODEM, para o acompanhamento dos projetos, seleção dos proponentes

e elaboração dos Planos de Negócios de cada micro-empresário, tendo sido elaborados 13 planos de negócios no primeiro ano, resultando na implantação de 13 empresas. Posteriormente este projeto evoluiu para o projeto Bairro-Empreendedor e caminha mediante coordenação da SEICT em parceria com outras entidades, e vem produzindo significativos avanços tanto na preparação do empreendedor quanto no nascimento e sustentação de micro-empresas.

Participação na defesa do projeto do Arenito Caiuá. Projeto de iniciativa da Cocamar junto com órgãos estaduais e federais de assistência técnica, em qual o CODEM se engajou para a sua defesa junto ao Governo do Estado para transformá-lo em programa da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado, fato este que ocorreu e possibilitou na transformação e recuperação de milhares de hectares da região Noroeste, tornando-os economicamente competitivos.

Proposta de extensão do Projeto Arenito Caiuá para as regiões de arenito dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Proposta ao Governo do Estado. O projeto objetivou transformar, também, essas regiões dos estados vizinhos em produtos de soja, milho e carne, no sistema de produção do projeto do Arenito, e, diante da condição de que desfruta a nossa região, de dispor de infra-estrutura de logística de transporte, de tecnologia de produção e, principalmente, de indústria processadora com capacidade ociosa (Ex. Ceval desativada em nossa cidade) esta se tornaria na grande beneficiária. A proposta transformaria essas regiões em fornecedoras de matérias-primas para o processamento local e regional. Portanto, estaríamos criando instrumento de retomada da vocação regional de agroindústria. Representaria um instrumento de vantagens para a região Noroeste, de geração de emprego e riqueza.

Proposta de reocupação do Projeto do Novo Centro. Estudos e propostas relativos ao Novo Centro foram apresentados ao Executivo Municipal e levados à Audiência Pública pelo CODEM. Os estudos foram desenvolvidos, em atendimento a solicitação formalizada pelo Poder Executivo, para que o CODEM pudesse apresentar alternativas que superassem as dificuldades impeditivas de continuidade do projeto Novo Centro. Para tal finalidade foi criada pelo Plenário do CODEM uma Câmara Técnica Especial para o Novo Centro e o Antigo Aeroporto. A proposta relativa ao Novo Centro foi acatada pelo Poder Executivo e submetida ao Poder Legislativo para apreciação e aprovação. Todo o plano de ocupação e de uso do solo foi redesenhado, implicando na alteração do sistema viário e até na realocação de propriedades. Foi somente a partir desses estudos e propostas é que o Novo Centro pôde ser retomado como projeto, as obras de infra-estrutura puderam ser retomadas e os empreendimentos privados puderam ser iniciados. Mas o grande mérito do projeto não são os milhões de investimentos públicos e privados que puderam ser ali realizados, nem a elevada quantidade de empregos que tem gerado, com imensuráveis ganhos para a cidade e sua comunidade, mas, sim, o fato de todos os problemas terem sido resolvidos sem nenhum conflito. Quanto ao Aeroporto Antigo e diante do fato de a Justiça Federal ter reconhecido em última instância ser a área de propriedade da União, a

proposta apresentada ao Executivo Municipal foi de, mediante parceria com o Governo Federal, transformar aquela área no Centro Cívico de Maringá, fundamentado no poder de que possui o Município de definir o Parcelamento, o Uso e a Ocupação de qualquer área dentro de seu território. A parceria vem evoluindo e envolvendo também proprietários privados lindeiros e ali já está sendo edificado o Fórum da Justiça do Trabalho e no último dia 12/12/08 foi feita a transferência da União para o Poder Judiciário do Paraná de uma área para edificar nela o Centro Judiciário de Maringá, obra que tem início em 2009.

Revitalização da ZPA. Proposta elaborada e negociada com o Governo do Estado. Com a criação do Programa de Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Social do Paraná - PRODEPAR - pelo Governo do Estado, abriu-se a possibilidade de retomada do programa da ZPA, em condições diferenciadas do anterior. Nesse sentido, o CODEM negociou com o Governo com o propósito de apresentar propostas de empreendimentos para enquadramento.

Amigos da Escola. Numa parceria entre o CODEM e a Rede Globo de Televisão, TV Cultura de Maringá, foi realizado em Maringá, o **Dia Temático Amigos do Esporte**, evento de duração de um dia inteiro de atividades o qual envolveu todos os estabelecimentos de ensino de Maringá, todos os equipamentos esportivos e toda a estrutura funcional, administrativa e logística dos órgãos públicos, principalmente municipais, todas as entidades esportivas de Maringá, uma quantidade significativa de voluntários, as universidades e IES isoladas, e uma quantidade razoável de entidades e clubes de serviços, evento que contou com elevada participação de alunos, professores e pais.

Projeto de abordagem estratégica para a reciclagem do lixo de Maringá – Projeto Quati. Proposto ao Município e não implantado. Projeto de iniciativa da Câmara Técnica de Assuntos Comunitários consistiu na proposição de um conjunto de estratégias para tratar do problema do lixo urbano da cidade, agravado pelas condições do Lixão, focando os vários tipos de lixo reciclável e um sistema de aproveitamento econômico.

Censo Econômico em Maringá. O projeto foi executado sob a coordenação da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município, com a parceria do IDR, ACIM, FIEP/IEL, CESUMAR e SEBRAE, além do apoio de SIMATEC, HAUER, MARINGÁ CRÉDITO SOLIDÁRIO, TCCC e TELEPAR. Constitui-se num importante instrumento para o planejamento econômico, pois permitiu um conhecimento real e não dedutivo ou indutivo da economia local. Além disso, é importante fonte de identificação de vazios econômicos e de informações para análise de viabilidade de novos empreendimentos por parte da iniciativa privada. O CODEM participou, na definição técnica dos questionários, na alocação de fontes dos recursos financeiros para a sua realização, tanto para a aplicação de questionários, processamento e análise, quanto para a necessária campanha publicitária e continuou participando do acompanhamento da realização, na implantação do banco de dados e na sua constante atualização e na utilização das informações para o

planejamento econômico global e setorial. Todos os recursos foram alocados junto aos parceiros e aos apoiadores. O município entrou somente com um grupo de funcionários que desempenharam o papel de recenseadores.

Projeto do Agropólo para a Região da AMUSEP. É um projeto de iniciativa da Câmara Técnica de Agricultura e Agroindústria, que resultou de proposição aprovada em plenário de seminário realizado envolvendo todo o segmento regional ligado ao Agronegócio e promovido pelo CODEM, com a participação de 120 participantes de 8 localidades diferentes. O projeto do Agropólo é um instrumento de desenvolvimento estratégico de uma região, neste caso definida como a região da AMUSEP e tem por característica a Integração Regional, Cadeias Produtivas Definidas, Integração Institucional, Inovação Tecnológica, Objetivos Comuns e Agente Catalisador. Envolve todos os segmentos técnicos, administrativos, de organização social, e de produção. Foram definidas, como prioritárias, as cadeias produtivas de Aves, Gado de Corte, Gado de Leite, Grãos (Programa Paraná Agroindustrial), Hortifrutigranjeiros, Turismo Rural, Flores, Sericicultura, Fitoterápicos, Cana-de-açúcar e Madeira. O desdobramento dos estudos realizados com os segmentos e com os municípios da região resultou nos seguintes subprojetos: criação do Selo de Qualidade para Produtos Regionais; criação de um Serviço de Inspeção Regional - Sanidade; criação de curso técnico de nível médio em agronegócios, qualificação de mão-de-obra, com recursos do FAT, com 11 cursos identificados, 91 turmas e 3500 alunos envolvidos; apoio institucional para as cadeias produtivas escolhidas; estímulo às Associações de Produtores e Incentivo a Criação de Outras; criação de Unidades Pilotos de Produção: panificação, polpa de frutas e legumes, açúcar mascavo, melado, doces e bebidas, queijo, doce de leite e chocolatados; montagem de programas de produção e comercialização em vilas rurais nos setores de stevia, flores, hortifrutigranjeiros e açúcar mascavo; e elaboração do Projeto Estratégico de Desenvolvimento Regional para o Agronegócio. Foi definida a necessidade de 20 projetos temáticos e foram identificadas as fontes de financiamento para cada um deles, dependendo a sua execução da negociação, alocação e envolvimento da administração estadual. O projeto do Agropólo não conseguiu atingir os seus objetivos por absoluta falta de apoio por parte do Governo do Estado o qual contava não só com recursos financeiros do Banco Mundial que poderiam ser destinados ao projeto, como de estrutura executiva (Sec. de Agricultura, Emater, etc), mas que, como sempre acontece, o projeto não vinha ao encontro de suas estratégias. Diante disso, e por iniciativa de parceiros institucionais com apoio do CODEM, do IDR e de outros, alguns projetos foram efetivamente implementados e continuam evoluindo, como por exemplo: Apoio Direto à Inovação – ADI-, deste derivando os projetos para a cadeira da uva de Marialva, os projetos para a cadeia da mandioca –fécula e farinha-, de Paranavaí, o projeto de fitoterápicos – Cooperervas-, de Maringá, o projeto de horticultura para a região da Amusep, e os projetos desenvolvidos com os segmentos produtivos como o projeto do novilho precoce de Nova Esperança, o projeto de Turismo Rural da Região e o projeto da pecuária leiteira da Amusep.

Eventos sobre Agronegócios. Como desdobramento dos trabalhos relacionados ao Agropólo da Região da Amusep, o CODEM promoveu o Encontro Regional da Cadeia Produtiva de Horticultura, realizado na Sociedade Rural de Maringá, com a presença de 150 participantes entre técnicos e produtores; o CODEM promoveu também a atração para Maringá da realização do 4º Encontro Internacional de Agropólos como Estratégia de Desenvolvimento, no ano de 2002; realizou também o Seminário do Agropólo da Amusep.

Programa de Desenvolvimento Regional –PDR. Elaboração do projeto objetivando a alocação de recursos para o Programa de Desenvolvimento Regional, contendo o diagnóstico econômico e social da região como fundamentação para a intervenção regional. O programa foi conduzido mediante parceria entre a UEM e o IDR.

Natal, Tempo de Grandes Emoções. Por iniciativa do CODEM, as entidades representativas foram articuladas para a realização do projeto e realização do primeiro grande evento de Natal de Maringá que pudesse orgulhar o maringaense e atrair visitantes para a nossa cidade. Participaram entidades como ACIM, SIVAMAR, PMM (Várias Secretarias), FIEP entre outras. O impacto foi bastante positivo. Para esse evento além da participação na elaboração do projeto, na atração de patrocinadores, o CODEM destinou recursos do FMD –Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico-, para viabilizar a participação do Município no financiamento parcial do evento. Atualmente é de modo irreversível a parceria entre a PMM e entidades de classe, clubes de serviços, instituições religiosas, instituições de ensino superior, entidades culturais, etc., é realizado anualmente um dos maiores eventos de natal do Estado, fato que engrandece, encanta e orgulha o maringaense.

Centro Regional de Tecnologias Emergentes da Grande Área de Maringá. O projeto consistiu na proposição da implantação de um Centro Regional de Tecnologias Emergentes para acelerar o ciclo de desenvolvimento tecnológico da região e identificar e acionar as fontes para a sua implantação e funcionamento. Este projeto serviu como modelo inspirador para o desenvolvimento do projeto da Tecnópole e do TECNOPARQ.

Via Turística Rural. O projeto consistiu na criação de espaço turístico rural para uma das vias rurais de Maringá, que envolvia atrativos gastronômicos, passeios, lazer, etc., e que promovesse a geração de renda na atividade rural pela criação de um mercado com possibilidade de agregação de valor à produção agrícola, pecuária, hortifrutigranjeiros, e de uso do solo. O projeto continua à disposição do poder executivo para a sua implantação.

Cursos Profissionalizantes de Nível Pós-Médio. Centro Tecnológico de Maringá –CTM-. O projeto foi desenvolvido a pedido do poder executivo municipal o qual solicitou ao CODEM definição de alternativas operacionais e funcionais ao antigo CEFET, construído e não ativado. O primeiro passo foi a criação da Fundação Tecnópolis Maringá, com a participação do poder público municipal, como entidade mantenedora do centro. Passo

seguinte foi a criação do Centro Tecnológico de Maringá –CTM- e, em seguida, com a cooperação do SENAI e da UEM foram desenvolvidos os projetos dos cursos a serem ofertados, bem como projeto de alocação de recursos financeiros para serem obtidos recursos no Ministério da Educação, no valor de R\$ 2,38 milhões para instalação de laboratórios, para atender aos cursos projetados. Um acordo entre o CTM –Fundação Tecnópolis-, Município de Maringá e o SENAI-PR, este assumiu a gestão, a oferta e a operação dos cursos de formação profissional de níveis médio e pós-médio e de treinamento e qualificação profissional e o Município concede a utilização das instalações do CTM. O SENAI à suas custas procedeu a reformas e adaptações do edifício, instalou os laboratórios e assumiu a operação do CTM. Com isto Maringá é a única cidade do Paraná a contar com duas unidades do SENAI. Além da formação profissional o CTM permitirá o suporte laboratorial para o desenvolvimento de tecnologia por empresas privadas. Assim, Maringá ampliou suas vantagens de localização de empreendimentos, por meio de um instrumento forte de capacitado e de formação de recursos humanos para a cidade e para a Região.

Avaliação da adequação dos currículos dos cursos superiores em Maringá. Para isto foi realizada uma ampla pesquisa junto aos formados pelas IES locais no período de 1995 a 2000. O projeto de iniciativa da Câmara Técnica de Assuntos Universitários consistiu na realização de pesquisa de opinião com formados nos cursos de graduação da UEM e do CESUMAR, no período de 1995 a 2000 (as demais instituições não ainda não graduavam alunos nesse período), visando avaliar a adequação da formação acadêmica frente às necessidades profissionais do mercado. A amostra pesquisada foi de 1.611 formados de um universo de 5.130 no período de 1995-2000 pela UEM e o CESUMAR, em 27 cursos de graduação. O Objetivo ulterior foi o de interagir com as instituições de ensino superior de Maringá, com vistas a adequar as estruturas curriculares às demandas do mercado, face ao novo paradigma de desenvolvimento econômico. O projeto ainda produz efeito junto às IES locais as quais buscam privilegiar a formação profissional, notadamente nos trabalhos de conclusão de curso, nos estágios obrigatórios ou voluntários e na formação empreendedora.

Agência de Desenvolvimento Regional. Proposto sob o título de ZPA 2, um desdobramento com um passo à frente, ao Governo do Estado, mas ainda não prosperou. O projeto consistiu na criação de uma Agência de Desenvolvimento Regional, com autonomia administrativa, objetivando incentivar investimentos de segunda geração para as empresas beneficiadas pelo Programa ZPA ou pelo Programa Paraná Mais Emprego, criando novos mecanismos de fomento a mais investimentos na região e gerar mais empregos e aumentando a renda na região. A agência seria capitalizada mediante a transferência, pelo Estado, dos créditos que tem do ICMS postergado pelas empresas beneficiadas pelo programa ZPA ou pelo Programa Paraná Mais/Bom Emprego. Pela proposta, 50% do ICMS postergado, poderiam ser amortizados pela empresa devedora mediante desconto pela TJLP, mais 4% ao ano. Esse recurso formaria o fundo de financiamento da Agência para financiar novos empreendimentos e, até, participar

societariamente em empreendimentos produtivos. Os outros 50% da dívida das empresas seriam amortizados mediante a realização de novos empreendimentos que gerem recolhimento de ICMS. Para cada R\$ 4,00 de ICMS efetivamente recolhido pelo novo empreendimento - 2ª geração - a empresa teria R\$ 1,00 de abatimento da dívida junto a Agência. Portanto, no final do processo, para cada R\$ 1,00 que o Governo transferisse de crédito para a Agência, receberia R\$ 2,00 de recolhimento de ICMS e, além disso, viabilizaria um fundo de fomento para o desenvolvimento regional. O projeto não foi acatado pelo Governo do Estado e, pela sua concepção, poderia beneficiar todo o Estado e não só a Região de Maringá, mas continua à disposição das autoridades para a sua apreciação e acatamento.

Programa de Industrialização do Interior do Paraná. Infra-Estrutura Internacionalmente Competitiva. O programa de abrangência temporal de médio e de longo prazo consiste em tentativa de reinserir a região no contexto do mercado internacional com vantagens competitivas. Deve-se considerar que a infra-estrutura disponível na região tem mais de 30 anos de idade (ferrovia de bitola estreita e de traçado antigo, rodovias que ainda passam por cidades, de pista única e traçados sinuosos) introduzida na época da revolução verde e cujos ganhos competitivos já foram absorvidos pelo mercado internacional. Portanto, dispomos de estrutura de custo caro, o que redunda em pouca atratividade para empreendimentos. O Estado vizinho São Paulo, já providenciou essa modernização e, numa linha com distância aproximada de 250 Km de nossa divisa e ao longo dela, dispõe, da Hidrovia Paraná-Tietê, um gasoduto em sua margem e farta rede de distribuição de energia, produzida por termelétricas em implantação e programadas e por hidroelétricas do próprio sistema Paraná-Tietê. A tendência natural é que os empreendimentos agro-industriais sejam direcionados a esse eixo que proporciona baixos custos de energia e de transporte. A falta de infra-estrutura internacionalmente competitiva na nossa região, a transformará em mera fornecedora de matérias-primas, para o parque industrial que surgirá ao longo do sistema Paraná-Tietê. Diante disso, o CODEM definiu várias linhas de atuação, voltadas a modernização da infra-estrutura regional, compreendendo:

- ✓ Gasoduto: Projeto em andamento e com licença prévia concedida;
- ✓ Termelétrica: Em proposição em todas as pautas de reivindicação apresentadas pelo CODEM a autoridades e a candidatos;
- ✓ Hidrovia do Ivaí: Há projeto executivo de engenharia. A reivindicação de sua execução é sistematicamente apresentada pelo CODEM. Nova tentativa será feita em 2009, visando sua inclusão no PAC;
- ✓ Hidroelétrica de Três Figueiras: Proposta submetida à ANEEL e à COPEL. Este projeto viabiliza economicamente a Hidrovia do Ivaí;
- ✓ Duplicação das Rodovias: Sistematicamente apresentada as reivindicação para integrar os PPAs do Governo Federal;
- ✓ Extensão da Ferrovia de Cianorte a Guaíra: Sistematicamente é apresentada reivindicação para integrar os PPAs do Governo Federal. O Plano do Governo do Estado do Eixo Londrina-Guaira, em elaboração em

2008, se apresenta como oportunidade clara de ver tal proposta concretizada.

Região Metropolitana de Maringá – RMM -. O projeto consistiu no trabalho de articulação das gestões dos municípios integrantes da Região Metropolitana de Maringá, visando à negociação e a formatação de projeto de regulamentação da Lei de criação da RMM, para submeter às autoridades competentes. Este trabalho realizado no longo prazo ultrapassou mandatos de prefeitos, tendo, várias vezes a necessidade de retomá-lo. Foram, a partir dos entendimentos mantidos com os chefes dos executivos dos municípios da Região Metropolitana, como por exemplo, definição das funções de interesse comum, da estrutura organizacional e administrativa da RMM, é que foram elaborados os projetos de Lei, os projetos de Decretos de Regulamentação e as várias outras peças legais necessárias. O CODEM procurou o envolvimento maior possível de autoridades constituídas, tais como presidentes de legislativos, deputados estaduais e federais, senadores. As propostas foram sistematicamente apresentadas ao Governo do Estado e a todos os candidatos a governador no decorrer do período. As regiões metropolitanas de Maringá e de Londrina se encontram implantadas e ao CODEM se deve creditar o mérito de ter mantida acesa a chama durante longos anos até que se efetivasse o cumprimento do objetivo. No entanto, há a necessidade de rearticular os prefeitos e autoridades da região para que seja dada à RMM a estrutura funcional para que esta assuma as funções a ela destinadas.

Cidade Industrial de Maringá e Distritos Industriais das Cidades da Região Metropolitana, parques temáticos. Os distritos industriais da Região Metropolitana devem constituir-se em tema da pauta de assuntos que envolvem a negociação para o projeto de regulamentação da RMM. A Cidade Industrial de Maringá, proposta pelo CODEM, foi, até o momento, viabilizado pelo Executivo Municipal, somente a localização no plano diretor e a desapropriação e aquisição de pequena área onde foram recentemente executadas obras de arruamento e de infra-estrutura elétrica. Faltaria para ele, um projeto que identifique e defina toda a infra-estrutura a ser colocada na área, assim como estrutura de facilidades de uso comum pelas empresas da Cidade Industrial. No entanto, na atualidade são mais atrativos os conceitos de parques temáticos ou business park, os quais podem ser implantados na própria área da Cidade Industrial. As propostas orçamentárias do FMD - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – têm previsto recursos para essa finalidade.

Aeroporto Internacional de Maringá: aeroporto indústria, aeroparque e business park. O projeto, de iniciativa do CODEM, chegou até uma avançada fase de consolidação, com edital de licitação internacional para concessão da operação publicado e em vigor. O processo licitatório foi interrompido três dias anteriores à data prevista para abertura das propostas, pelo governador do Estado em final de mandato, atendendo pedido do governador recém eleito, sob o argumento de que havia proposta melhor para o aeroporto de Maringá. Projeto que teve como objetivo criar oportunidade de tornar o

aeroporto regional, o qual se encontrava em fase de construção, em verdadeira fonte de geração de riqueza e renda. Deve-se ter em mente que, via de regra, aeroporto regional, é um equipamento deficitário e não havia nenhuma vontade por parte da Infraero em assumir a sua operação, diante da perspectiva de déficit. Este aspecto foi confirmado quando da operação do Aeroporto pela empresa Municipal. A idéia foi transformá-lo em portal da América do Sul para o Mundo, articulando-o com a rede mundial de logística de transporte aéreo internacional, implantando em seu sítio, os conceitos de aeroporto indústria, aeroparque e business park. O projeto nesse sentido e com o propósito de conceder a exploração comercial do Aeroporto foi submetido à Audiência Pública pelo CODEM. O objeto da licitação foi de, justamente, transformá-lo em portal da América Latina, devendo o ganhador fazer a sua operação e todos os investimentos demandados e pré-definidos em plano de expansão. As ações demandadas e amplamente discutidas no CODEM e na sociedade, consistiram basicamente em: a) elaboração de um plano de negócio com base num plano de expansão e internacionalização do aeroporto; b) obtenção da concessão do Governo Federal para que o Estado promovesse sua concessão mediante licitação internacional e sua internacionalização; c) elaboração de estudo de viabilidade econômica; d) elaboração do Estudo de Mercado Potencial de Transporte Aéreo Internacional para o Aeroporto Internacional de Maringá, e) identificação de operadores internacionais para apresentar-lhes o projeto básico visando atraí-los para o concurso licitatório; f) elaboração em conjunto com o Governo do Estado do edital de licitação internacional, tendo por base a versão preliminar do Edital de Concorrência Internacional para a concessão da exploração do Aeroporto Internacional de Maringá, elaborada pelo CODEM; g) participação na comissão de licitação formada pelo Governo do Estado por meio do Diretor Executivo do CODEM; h) acompanhamento da evolução do processo. Em razão da frustração do projeto original provocada por vontade alheia aos interesses de Maringá, o CODEM e a administração municipal, em comum acordo, e considerando que consultando os operadores estes manifestaram desinteresse em participar de novo concurso licitatório, foi mudada a estratégia de condução do projeto. Em razão de que, dificilmente haveria o concurso de um novo investidor privado, o projeto foi re-concebido, em termos de metas, funções, atividades, concepção do aeroporto, entre outros aspectos. Resolveu-se, então, na nova estratégica que primeiro seria feita a internacionalização para operação de cargas aéreas e, em função dessa condição, atrair empreendedores para atividades correlatas a aquelas inicialmente imaginadas. A administração municipal abraçou a causa e, com o suporte do CODEM viabilizou a internacionalização do aeroporto. O passo seguinte foi o seu alfandegamento, fato este que ocorrerá ainda neste ano de 2008, inclusive com o início de operação de cargas internacionais, no início de 2009. O CODEM agora trabalha em conjunto com a administração do Aeroporto na concepção de projetos de investimentos para o entorno do aeroporto nas atividades inicialmente definidas, bem como em projeto paralelo visando ampliação, modernização e transformação do aeroporto num hub nacional e internacional de cargas e passageiros.

Trem de passageiros Maringá/Londrina (VLT). É um projeto proposto pelo BNDES, o qual identificou o transporte interurbano entre Maringá e Londrina, como o segundo maior fluxo no território brasileiro. O CODEM iniciou trabalho de articulação com as administrações municipais no sentido de discutir a conveniência do projeto e, se fosse o caso, estruturar o sistema para a sua implantação. O CODEM transformou a proposição inicial do BNDES de Maringá-Londrina, para o trecho Paiçandú/Ibiporã. Promoveu com todos os entes envolvidos no processo, ou seja, todas as autoridades dos municípios do trecho, as autoridades estaduais responsáveis pelo sistema de transporte interurbano, as autoridades federais da área de transporte, os órgãos de fomento e bancos de desenvolvimento, todas as empresas de transporte coletivo, entre outros, Seminário sobre o Transporte de Massa por VLT entre Paiçandú e Ibiporã, para discutir o projeto e definir uma pauta de trabalho objetivando a execução do projeto. Até então o projeto vinha sendo mantido na pauta por esforço isolado do CODEM em toda a região. A partir do Seminário e como uma das decisões da pauta de trabalho, a condução do processo passou para a Terra Roxa, com a representação do CODEM na comissão de trabalho. Entendeu-se que por ser a Terra Roxa um órgão regional de promoção do desenvolvimento, justamente no eixo do trajeto do trem, ela se apresentava como mais adequada para conduzir o processo. O CODEM acompanha pari passo todas as ações da comissão e, inclusive, participa de reuniões com autoridades estaduais e federais para levar o apoio da comunidade maringaense no projeto. As ações da Terra Roxa fizeram com que o Ministério dos Transportes assumisse o projeto, agora com o apoio do Governo do Estado, obtido mediante reivindicação apresentada pela Comissão da Terra Roxa, e o Ministério está tentando formalizar os convênios com o Estado para realizar os estudos finais e complementares para, a partir daí, iniciar a concessão para a operação do trecho. Deve-se frisar que Maringá, em função justamente de sua liderança no processo, se preparou para o projeto, inserindo-o no projeto do Novo Centro.

Construção e Análise do Indicador de Atividade Econômica –IAEMGA-. O projeto é desenvolvido pelo CODEM em parceria com o Departamento de Economia/Mestrado da UEM e, mais recentemente, também com a ACIM. Consiste na criação e implantação de um indicador de atividade econômica para o Município de Maringá, por meio de modelo econométrico de séries temporais. O objetivo é editar mensalmente o indicador da evolução da atividade econômica de Maringá, detectar os fatores sazonais e estruturais de recessão e de crescimento econômico, formar expectativas com base em cenários econômicos evolutivos, fazer projeções de crescimento da atividade econômica e, principalmente, orientar as decisões de curto e de longo prazo dos agentes econômicos de Maringá (empresas, pessoas e governo). O modelo e a estrutura de banco de dados e de busca de informações permitem que se faça avaliação mensal da economia com defasagem de 7 dias dos fatos ocorridos, bem como produzir projeções para o próprio mês da divulgação. Atualmente é realizado semestralmente, mas com um pequeno aumento da equipe encarregada, é possível elaborar mensalmente. São mais de 50 variáveis que são coletadas mensalmente mediante convênios firmados com institutos, órgãos públicos e empresas concessionárias de serviços públicos, especificamente para

essa finalidade. Todos esses dados estão disponíveis no banco de dados do CODEM. É um projeto de caráter instrumental para o planejamento e a decisão. É um instrumento de avaliação conjuntural e de formação de expectativa. **Maringá é a única cidade brasileira, além de São Paulo, a dispor de tal instrumento de avaliação e de projeção permanentes de sua economia.**

Matriz Insumo-Produto para a região Metropolitana. Projeto desenvolvido em parceria entre o CODEM e o Departamento de Economia/Mestrado da UEM é um projeto que permite disponibilizar para a Região Metropolitana de Maringá importante instrumento para o planejamento do Desenvolvimento Econômico. A Matriz capta as transações econômicas realizadas entre os vários setores de atividade da economia da região metropolitana e, com isso, identifica os graus de dependência ou de interdependência inter-setorial. Ela proporciona condições de avaliar impactos, diretos e indiretos de novos investimentos sobre a economia da Região Metropolitana de Maringá, e proporcionar visão a respeito de quais seriam os possíveis pontos de estrangulamento ao crescimento econômico e quais os vazios e oportunidades de investimentos existentes que não estão sendo ocupados. É um instrumento de planejamento estrutural à disposição de todos os agentes econômicos de Maringá e da sua Região Metropolitana. A Matriz de Insumo-Produto pode ser construída ou atualizada a cada 5 ou 10 anos, dependendo da periodicidade dos sensores econômicos elaborados pelo IBGE. A sua atualização, portanto, está na dependência da atualização dos sensores. **A Região Metropolitana de Maringá é a única do Brasil a dispor de tal instrumento de avaliação e de planejamento.** Como derivação deste instrumento o Departamento de Economia/Mestrado da UEM vem sendo estimulado para desenvolver um Modelo de Equilíbrio Geral para Maringá e para o Paraná, instrumento muito mais forte e preciso de avaliação de impactos e de previsão econômica, podendo ser avaliadas antecipadamente todos os efeitos de medidas e políticas econômicas sobre a economia local, estadual, nacional e internacional.

Índice de Confiança do Consumidor de Maringá –ICCM- Projeto desenvolvido em parceria entre o CODEM, a ACIM e o Departamento de Economia/Mestrado da UEM. Ele consiste no desenvolvimento de metodologia, levantamento de informações amostrais, tratamento dos dados, análise e interpretação e divulgação. O índice de confiança do consumidor de Maringá –ICCM- é composto por outros cinco indicadores, construídos a partir de dados levantados de amostra representativa para cada caso, que são: Indicador de Expectativa de Renda; Indicador de Expectativa de Emprego; Indicador de Expectativa de Consumo; Índice de Satisfação Financeira; e Expectativa sobre a Economia Nacional. Esses indicadores são produzidos, apresentados aos parceiros e aos seus membros da ACIM e do CODEM e divulgados mensalmente, desde o seu início. O Índice de Confiança do Consumidor é um importante indicador utilizado para orientar as decisões de curto prazo dos agentes econômicos. Nos Estados Unidos, por exemplo, é utilizado pelo FED – Federal Reserve- para definição de sua política monetária de curto prazo. **Maringá é uma das poucas cidades do mundo a dispor desse importante instrumento de avaliação econômico e de tomada de decisões.** O indicador é construído nos últimos dias do mês,

válido para o mês da pesquisa e publicado até o final do mesmo mês. Em todo novo mês é adicionado, pelo menos, um novo levantamento de interesse dos agentes econômicos, como por exemplo, quanto e o que será vendido nos dias das mães, como foi o grau de satisfação com a campanha Maringá Liquida, qual a tendência de gastos no próximo natal.

Índice de Sensação de Segurança do Maringaense. Projeto desenvolvido em parceria entre o CODEM, a ACIM e o Departamento de Economia/Mestrado da UEM. É um projeto experimental que pretende definir um indicar seguro sobre a sensação de segurança do Maringaense e depois colocar à disposição das autoridades da área.

Índice de Felicidade. Projeto desenvolvido também em parceria entre o CODEM, a ACIM e o Departamento de Economia/Mestrado da UEM. Projeto consiste no desenvolvimento de metodologia, levantamento e tratamento de dados amostrais, quantificação do índice e sua divulgação. O indicador é produzido mensalmente e procura identificar o sentimento de felicidade ou de infelicidade expresso pelo cidadão maringaense. Identifica também os motivos da felicidade ou da infelicidade. Desde o início da série histórica o maringaense tem sido identificado como um povo feliz. É um novo conceito apregoado por corrente de pensamento do desenvolvimento econômico de que todos os outros indicadores de desenvolvimento e de bem-estar se resumem no grau de felicidade de uma comunidade. Antigamente o nível de desenvolvimento era representado pelo PIBh – PIB per capita; depois esse indicador foi substituído pelo IDH –Índice de Desenvolvimento Humano; atualmente alguns países mais avançados vêm adotando o índice de felicidade como representativo do desenvolvimento e do bem-estar. **Maringá é a única cidade do mundo que dispõe de um indicador de felicidade.**

Propostas para o PAC da Região de Maringá. Indicação de um conjunto de projetos infra-estruturais para integrar o PAC –Programa de Aceleração de Crescimento- do Governo Federal, capazes de preparar a região Noroeste do Estado para o desenvolvimento econômico, notadamente, relacionados à logística de transporte, à comunicação, e à produção e distribuição de energia. A proposta foi apresentada à coordenadora do PAC, ministra-chefe da Casa Civil do Governo. O mesmo conjunto de propostas foi submetido por meio do Executivo do Município ao Plano do Eixo Londrina-Guaira, plano este em fase de detalhamento.

Negociação de Dívida do Município junto ao Banco Itaú. Quando da venda do Banestado para o Banco Itaú, este adquiriu o direito de receber os chamados créditos em liquidação –moeda podre- em carteira no Banestado. Mediante ação de uma empresa para a qual o Itaú transferiu tais créditos ela ganhou o direito de receber do Município o valor de R\$ 14.000.000,00, mediante bloqueio dos repasses do Fundo de Participação do Município, do Governo Federal. Na ocasião o Município passava por grave dificuldade de liquidez e tal ação além de agravá-la representava a sua quase paralisação da prestação de serviços à comunidade. Procurado pela Administração Municipal para ajudá-la na busca de uma

solução para o problema em caráter de urgência uma vez que os repasses já estavam bloqueados, o CODEM liderou um movimento junto as entidades representativas de Maringá, entre elas, a ACIM, a FIEP –com a participação direta do presidente desta-, o SIVAMAR, Sindicatos patronais e laborais. Foi estabelecido acordo entre todas as entidades o qual foi apresentado à Direção do Banco Itaú de que se este não suspendesse o bloqueio dos repasses do FPM, as empresas de Maringá não mais aceitariam cheques do Itaú. Percebendo a força de articulação política da sociedade organizada de Maringá, a Direção do Itaú entrou em negociação com o Município, por meio da qual, não só foram suspensos os bloqueios, como foi renegociado um valor possível para ser pago pelo Município. A dívida inicial de R\$ 14.000.000,00 foi reduzida para o seu valor histórico de R\$ 1.200.000,00 e, ainda assim, amortizável em prestações de R\$ 60.000,00. Além desse enorme ganho financeiro, o Município foi, ainda, contemplado com uma doação de mais de duas centenas de micro-computadores por parte do Banco.

Parque Tecnológico de Maringá –TECNOPARQ- e Maringá Tecnópolis. Interpretando as propostas construídas para MARINGÁ 2020, as políticas de desenvolvimento econômico implantadas e a implantar, à luz do marco teórico de desenvolvimento econômico definido e aprovado para o CODEM no sentido de orientar suas propostas de política de desenvolvimento, concluiu-se que a cidade de Maringá deveria se transformar numa tecnópoli, um ambiente de inovação que sustenta o processo de desenvolvimento. Esta proposta discutida no seio do Conselho indicou a necessidade de se criar uma Missão à Europa com o objetivo de conhecer as experiências européias na área. Uma cooperação institucional viabilizou tal missão. Imediatamente após, foi constituída uma comissão formada pelo Diretor Executivo do CODEM, pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Município e por um representante do SEBRAE, com o objetivo de conceber a Tecnópoli Maringá. Além da concepção, o estudo identificou a necessidade, além dos ambientes tecnológicos já existentes, de criação de um espaço que conseguisse reunir e articular ativos e equipamentos tecnológicos colocando em convivência com empresas de base tecnológica. Chegou-se então na proposta de criação do Parque Tecnológico de Maringá –TECNOPARQ-. A proposta foi imediatamente assumida pela Administração Municipal e o projeto vem sendo conduzido em conjunto. Numa parceria entre o CODEM e o Departamento de Economia da UEM, com apoio do SEBRAE, foi desenvolvido um estudo que objetivou identificar e quantificar os acervos tecnológicos disponíveis em Maringá e Região, estudo este que embasaria a definição das áreas de atuação do TECNOPARQ. Um anteprojeto foi contratado pelo Município, contendo as definições básicas, como áreas de atuação, laboratórios, centros de desenvolvimento, instalações auxiliares, áreas físicas, tipos de indústrias, etc. Com base nesses estudos foi solicitada a contratação pelo Município de um anteprojeto arquitetônico para o TECNOPARQ, seguido da construção de uma maquete eletrônica. A partir disto o projeto passou a exigir uma estrutura própria institucional e independente para gerir o projeto tomando as decisões necessárias à sua continuidade. Foi, então, mediante ação do CODEM, criado o Instituto Tecnópole de Maringá –ITM-, formado por, além do Município de Maringá, entidades e instituições vinculadas e/ou interessadas na promoção e no desenvolvimento da ciência,

da tecnologia e da inovação. Do ITM participam os representantes dos instituidores, fazendo trabalho voluntário. Não dispõe de quadro técnico e nem administrativo e não tem meios de auto-sustentação, fato este que somente ocorrerá a partir da implantação e funcionamento do Parque Tecnológico. Então do mesmo modo como o CODEM procedeu com relação às outras entidades que criou, a sustentação técnica e administrativa do ITM é dada pelo pessoal disponibilizado para o CODEM. Todos os projetos de captação de recursos para o TECNOPAR, as ações administrativas e legais, a gestão dos projetos, a captação de recursos, a elaboração e proposição de convênios, o controle, gestão e prestação de contas, viagens de representação, contratação de serviços técnicos e de consultorias, entre outros, são executados pelo CODEM. Os projetos executivos para a construção do Parque Tecnológico foram contratados pelo Município e se encontram concluídos. Todos os demais estudos e programas visando a sua implantação se encontram em fase final de conclusão e foram desenvolvidos com recursos captados na FINEP e da SERT/PR com contrapartida do Município, sendo que parte desta contrapartida foi deslocada de recursos destinados ao CODEM. Estão sendo ultimados os mecanismos para levantamento de fundos para a aquisição de terrenos para o TECNOPARQ, como a alienação de terrenos livres do Município, a formação de fundo de terras formado por parte das áreas loteadas.

Aeroporto Gastão Vidigal. Por solicitação do Executivo Municipal o CODEM criou uma Câmara especial para estudar a utilização do Aeroporto Gastão Vidigal. Até aquele momento discutia-se sobre a propriedade definitiva da área do Aeroporto. Algumas interpretações davam como propriedade ao Município entendendo que a doação inicial feita pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná já havia cumprida a sua finalidade, com a construção do aeroporto novo. Outros, e aí se incluía a própria companhia, entendiam que haveria reversão de propriedade, com a alteração do uso de sua destinação. De outro lado, estava a União que defendia em juízo a propriedade do aeroporto. Para antecipar o desfecho final via judicial e de modo a permitir negociação e entendimento entre as partes envolvidas o Executivo propôs ao CODEM encontrar solução que fosse de interesse de todos os envolvidos. Foi então desenvolvido estudo de uso e ocupação do espaço, envolvendo a área do aeroporto, área contínua pertencente ao Município e área contínua pertencente à Companhia Melhoramento. O objetivo foi de criar atrativos suficientemente fortes de modo que a proposta de uso e ocupação feita para os entornos bem como para o Aeroporto fossem de tal modo favoráveis que tanto a Companhia quanto a União pudessem abrir mão de suas postulações uma vez que todos estariam igualmente satisfeitos: Companhia, Patrimônio da União e Município. Proposta neste sentido foi elaborada e submetida ao Executivo Municipal o qual acatou a proposição do Conselho. As negociações entre o Município e a Companhia tiveram início e evoluíram de modo satisfatório. Nesse meio tempo o STJ deu provimento à União Federal, definindo a área do Aeroporto Gastão Vidigal como sendo de propriedade do Patrimônio da União. Diante dessa decisão definitiva, o Executivo Municipal solicitou, então que o CODEM encontrasse nova estratégia de uso e ocupação para a área de modo, agora, que fosse de interesse tanto do Município quanto da União. O estudo sobre a área

contínua e pertencente à Companhia deveria ficar vinculado à solução para a área do aeroporto. Como solução estratégica que pudesse ser de interesse do Município e da União, o CODEM propôs que a área fosse utilizada para a instalação de um Centro Cívico, levando para esta área todos os poderes públicos do município, do estado e da união, bem como órgãos e entidades de interesse público, entidades de grande acesso ao público, cartórios, despachantes, etc. Submeteu, então, uma proposta básica de plano de ocupação ao Executivo Municipal a qual foi acatada. O detalhamento do Plano vem sendo elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, procedendo, inclusive, a alocação individual para cada uma das instalações que para ali se destinarão. A proposição do CODEM vem cumprindo o objetivo. O fato é que a União vem cedendo áreas dentro do sítio do antigo Aeroporto Gastão Vidigal, para instalações de órgão da administração federal, da justiça federal e da justiça estadual. Portanto, o CODEM, soube encontrar um caminho de como o Município pode usar sua prerrogativa de definir a utilização de uma área, visando ao benefício coletivo.

Revitalização da Avenida Brasil. A revitalização da Avenida Brasil, antes de representar uma reivindicação de comerciantes e prestadores de serviços estabelecidos ao longo dessa via, se constituiu num projeto detalhado a partir dos objetivos estabelecidos para Maringá 2030, de transformar Maringá num Pólo Regional de Comércio e Serviço de Excelência. A proposta vem sendo reiteradamente submetida ao Executivo Municipal para integrar os planos de investimento da gestão municipal. Diante do grande montante de investimento demandado, evidentemente os gestores do Município buscavam encontrar oportunidade para iniciar o projeto que atendesse ao objetivo pleiteado. A oportunidade surgiu com o Programa de Modernização do Sistema de Transporte de Massa de Maringá, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento –BID-. Como importante corredor de movimentação de pessoas no sentido Leste Oeste que exerce a Avenida Brasil em Maringá, o Executivo Municipal incluiu a Avenida Brasil no Programa do BID atendendo, ao mesmo tempo, aos objetivos de transporte de massa e o de modernizar a Avenida Brasil. O projeto vem sendo conduzido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação e, dada à sua complexidade, contará com um gestor dedicado e se encontra em fase final para fins de contratação do financiamento, no início de 2009. A revitalização da Avenida Brasil é, agora, parte de um contexto mais amplo, o que busca solução para o transporte de pessoas em Maringá, e num médio prazo, a meta da MARINGÁ 2030 estará sendo cumprida, beneficiando direta e indiretamente uma proporção da população muito maior do que se imaginada no início. A definição do projeto, de suas diretrizes, dos detalhes de execução foram todos amplamente discutidos entre a Administração Municipal, o CODEM, a ACIM e os representantes dos proprietários da Avenida Brasil, alcançando-se soluções conciliadoras de interesses divergentes.

Transposição da Avenida Colombo. Com o crescimento urbano da Cidade mais intensamente para a Região Norte e o consequente adensamento populacional naquela região, a Avenida Colombo se tornou, com o passar do tempo, num verdadeiro divisor da

Cidade entre as Regiões Norte e Sul. O sistema viário negligenciou o adensamento do Norte e não providenciou as vias que facilitasse o deslocamento de grande quantidade de pessoas no sentido Norte Sul e vice-versa. E, aquilo que há mais de 30 anos foi pensado como equipamento periférico, na atualidade é um equipamento quase que central na Cidade. O câmpus da UEM se constituiu numa barreira natural e dificultadora da execução de um sistema viário nos sentidos Norte-Sul e Sul-Norte. As populações ao Norte do câmpus precisam se deslocar primeiro nos sentido leste ou oeste para então se deslocarem para o sul e vice-versa, sobrecregando as poucas vias que atravessam a Avenida Colombo. De outro lado, as condições precárias de tráfego do contorno Sul e a fuga das praças de pedágio praticada por motoristas de caminhões além de equipamentos destinados a veículos de grande porte instalados na Avenida Moranguera, acabaram sobrecregando as Avenidas Colombo e Moranguera com veículos longos e pesados, dificultando ainda mais a vida daqueles que necessitam se deslocar do norte para o sul e vice-versa. Portanto, **transpor a Avenida Colombo, passou a ser um dos grandes problemas de tráfego e de mobilidade populacional de Maringá**. Diante disso, o Executivo Municipal solicitou ao CODEM o desenvolvimento de estudos e a apresentação de propostas que pudesse dar solução ou minimização ao problema da Avenida Colombo. Para atender a tal solicitação foi criada pelo CODEM uma Câmara Técnica Provisória de Transposição da Avenida Colombo, formada por representantes de todos os segmentos envolvidos e interessados no assunto, além de representantes dos comerciantes da Avenida Colombo, da UEM e da Administração Municipal. As propostas resultantes foram submetidas à Administração Municipal e compreendiam medidas de curto prazo, de médio e de longo prazo, mas indicava como a medida de maior impacto para o problema a construção do contorno Norte da Cidade, o contorno ou a transposição do câmpus universitário, a execução de trincheiras que facilitassem o trânsito de transposição da Colombo, a complementação da construção de avenidas projetadas no sistema viário de Maringá o que permitiria a criação de anéis de circulação dentro da cidade de modo a desviar o tráfego da Avenida Colombo, da Avenida Moranguera e de outras vias sobrecregadas, como as Avenidas XIX de Dezembro e Mandacarú. A partir de tais proposições o Contorno Norte passou a receber da administração municipal prioridade para a sua execução, fato este que passa a se tornar realidade ainda no ano de 2008. A priorização da obra do Contorno Norte pelo Executivo Municipal e o envolvimento dos representantes políticos locais e regionais, sob a liderança destes, viabilizou a inclusão da obra como uma emenda de bancado do Estado no Orçamento da União. Facilitaram também o fato de existirem projetos do contorno elaborados pelo Município e de grande parte das áreas necessárias à construção da via já pertencerem ao Município. A execução da obra está viabilizada para ser executada em dois anos. O empreendimento prevê investimentos de R\$ 142 milhões, dos quais R\$ 42 já foram liberados. No dia 12/12/08 com a presença do Ministro do Planejamento, foi assinada a ordem de serviços e a transmissão de propriedades do Município para serem ocupadas pela obra. O passo seguinte será a inclusão da obra no PAC para torná-la de execução automática, não necessitando de indicação de dotações por parte do Ministério do Planejamento. Esta ação já vem sendo conduzida pelos representantes políticos locais no Congresso Nacional. As

proposições relacionadas à transposição do câmpus universitário passaram a integrar como uma das prioridades do Programa de Modernização do Sistema de Transporte, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano com recursos do BID e em fase próxima de execução, devendo o início das obras ocorrer no primeiro semestre de 2009.

Rodovia Sincler Sambati. Sistematicamente o CODEM vem pleiteando a transformação da Rodovia Sincler Sambati, numa rodovia estadual. A motivação decorre do fato de o Município não dispor de condição para manter a via em perfeito estado de uso. As suas condições estão bastante deterioradas e o custo para restauração é bastante elevado. De outro lado, é uma via que mais serve ao transporte de passagem do que uma via estrutural para o trânsito de Maringá. Portanto, nada mais coerente que o seu custo de manutenção não seja arcado pelo Município. Além de transferência de manutenção, contempla a proposta, a indicação de sua duplicação e a alteração de seu traçado. Pela proposta a rodovia deve derivar a partir da Cidade Alta em linha reta no sentido pós Sarandi. Com isto estaria sendo criado um novo corredor de desenvolvimento industrial, beneficiando, sobretudo, esse Município da Região Metropolitana. É um projeto sem definição de meta, mas é encarado como um instrumento que atende a dois objetivos: a) alivia parte do carregamento do trânsito da Avenida Colombo, caso a via esteja em boas condições de trânsito; b) promove o desenvolvimento industrial da Região Metropolitana de Maringá, bem como a desconcentração de atividades da Cidade de Maringá, para municípios da RMM.

Atração de Vôos Comerciais para Maringá. A atração de vôos comerciais regulares com aeronaves de médio e grande porte tem se constituído numa ação quase que permanente do CODEM. Quando houve a transferência do Aeroporto Gastão Vidigal para o Aeroporto Regional de Maringá, operava vôo regular somente a Varig/Nordeste com um ERJ 147. No ano de 2002, começou a operar a TRIP com vôos para Curitiba, Cascavel, Centro Oeste e Norte do País, e mais tarde, com vôos diretos para Brasília, este mais tarde suspenso por falta de aeronaves. A comunidade, no entanto, entendia que o Aeroporto Regional de Maringá era insuficientemente atendido em termos de oferta de vôos e alternativas de destino. Quando a Gol começou a operar no Brasil, iniciou-se um processo de articulação institucional liderada pelo CODEM, com a participação direta do Chefe do Poder Executivo Municipal, visando negociação com a companhia para a operação de vôos regulares de Maringá para Curitiba e São Paulo. Para dar robustez à proposta, as entidades, representadas pela ACIM, FIEP, SIVAMAR e AMAV, garantiram a compra dos bilhetes que viabilizasse a ocupação mínima de operação dos vôos. A vinda da GOL para operar em Maringá foi bastante comemorada pela sociedade e as entidades que se comprometeram financeiramente em viabilizar o vôo nunca precisaram desembolsar nenhum recurso financeiro, uma vez que a operação mostrou-se viável desde o seu primeiro dia de operação. O aumento da oferta de vagas pela GOL, acabou forçado a VARIG/NORDESTE a aumentar também a sua oferta de assentos, passando a operar em Maringá com aeronaves Boing ampliando em mais de 100% os assentos até então oferecidos pela operação com o ERJ 145. A VARIG/NORDESTE algum tempo depois

entrou em crise financeira e uma das medidas de seu programa de recuperação era a suspensão de seus vôos operados em Maringá. Novamente, diante do anúncio de tal medida, o CODEM articulou a sociedades que juntamente com o poder público e a representação política de Maringá passou a negociar a suspensão da medida anunciada. Desta vez e para apresentar argumentação incontestável aos dirigentes da Companhia, o CODEM elaborou um estudo de mercado potencial para vôos partindo e com destino a Maringá, indicando o potencial de forte crescimento de mercado e que, portanto, a medida anunciada pela Companhia era um equívoco, inclusive, para os propósitos que anunciava, ou seja, não fazia sentido suspender a operação de vôos que além de rentáveis indicavam aumento sustentável de rendimento. Em face disto e ao poder de articulação da sociedade demonstrado por Maringá, a Companhia reviu sua posição e continuou operando em Maringá. O estudo de mercado elaborado pelo CODEM foi levado também à GOL a qual ficou convencida de que deveria aumentar a oferta de assentos em Maringá. Em menos de um mês depois de apresentado o estudo, a Companhia passou a operar com mais um vôo o qual em pouco tempo se consolidou. O mercado potencial indicado no estudo necessitava de oferta para que ele se realizasse. Não só o segundo vôo da GOL se consolidou, como a própria Companhia conclui que deveria aumentar a oferta com mais um vôo. Percebendo o mercado cada vez maior e consolidado, a TAM por decisão própria, atendendo a um pedido de apreciação de viabilidade do Chefe do Executivo Municipal, passou a operar em Maringá, inicialmente com avião FOKER 100. Isto ocorreu em 2005. Em 2006 a grave situação da VARIG levou-a a suspender suas operações em Maringá e em várias outras localidades do Brasil. Imediatamente e percebendo a oportunidade de ocupar o mercado disponível, a TAM aumenta sua oferta de assentos, passando a operar com avião A-319. Logo após aumentou a oferta e disponibilizou mais um vôo com A-319. Para responder à demanda crescente essa companhia passou a operar com aviões A-320, aumentando significativamente a oferta de assentos. Por razões estratégicas da Companhia, inesperadamente parou de operar seus vôos em Maringá, indo contra uma lógica de mercado. Mais uma vez o CODEM articula a sociedade junto com o poder executivo municipal para remover a direção da companhia de sua decisão . Esta empreitada não logrou sucesso, embora seja entendimento geral que mais cedo ou mais tarde a posição da Companhia será revista. Iniciou-se então, por meio de trabalho coordenado pela Superintendência do Aeroporto, ação visando: a) o aumento da oferta de assentos pela GOL que passou operar alguns de seus vôos com aeronaves Boing 737-800 com 180 assentos; b) o aumento de oferta de assentos pela TRIP deve ocorrer ainda em 2008; e c) a busca de novas companhia para ocupar a lacuna deixada pela TAM.

Organização do Sistema de Saúde de Maringá. O assunto saúde pública sempre foi, é e, certamente será, um assunto complexo e sem a definição de um modelo ideal, que seja capaz de, com os recursos que se dispõe vir ao encontro de todos os anseios da população. Diante de tal constatação o Chefe do Poder Executivo municipal solicitou ao CODEM que estudasse alternativas que pudessem contribuir com a eficiência do sistema de modo a atender melhor à população, mas sem contar com os milagrosos recursos

adicionais, o que, normalmente, são adicionados nas novas propostas de solução. O estudo vinha ao encontro do plano de ação do CODEM, na medida em que, nos objetivos da MARINGÁ 2020, constava o de transformar a cidade num pólo de excelência em serviços de saúde. O CODEM desenvolveu, então, o estudo e propôs um sistema com gestão unificada feita por uma Fundação Privada com participação pública e que envolvia todos os ativos públicos –estaduais, municipais e, eventualmente, federais- e filantrópicos. O projeto foi submetido à administração municipal para apreciação. Nesse ínterim houve alteração na administração municipal e a nova gestão entendeu que o modelo proposto não atendia à sua proposta de gestão municipal. O estudo encontra-se disponível no CODEM para ser consultado por qualquer interessado.

Centro de Eventos. Foi definido no documento Maringá 2020 como um dos objetivos, o de transformar Maringá num centro de turismo de eventos. Várias carências existiam na cidade para esse objetivo se concretizasse. Entre elas a de maior significado era a falta de ambientes para a realização de eventos, notadamente de caráter técnico, científico, temático e/ou de classe. Diante desse quadro o CODEM começou difundir junto à classe de empresários o potencial mercadológico para investir em centro de eventos, objetivando identificar grupos de empreendedores que pudessem empreender nesse novo tipo de negócio. A partir de então, vários novos ambientes começaram a surgir em Maringá. Falta ainda identificar grupo que possa investir em centro de evento de maior porte que possa, ao mesmo tempo, abrigar eventos que envolvam palestras, rodadas de negócios e exposições de caráter comercial. Uma das possibilidades já detectada é o de se direcionar para o plano de uso e ocupação do solo da ZONA 10, área específica para essa finalidade, aspecto este contemplado no anteprojeto elaborado pelo Executivo Municipal com o objetivo de reurbanização e modernização daquela área. Outra alternativa contemplada no Anteprojeto e no Plano de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, é a localização de uma estrutura de eventos no Tecnoparq.

Participação do CODEM em outros órgãos e entidades. A finalidade para a qual o CODEM foi criado, a sua firme atuação no desempenho de suas funções, a sua lisura de condução, a sua independência e sua isenção político-partidária, entre outros aspectos, passaram a dar ao CODEM reconhecimento da sociedade e respeito de todas as entidades da sociedade organizada e dos poderes constituídos. Assim, o Conselho passou a ter assento em vários outros conselhos públicos, privados ou de deliberação interna de Instituições, tais como: Conselho Comunitário de Segurança de Maringá; Conselho Municipal Antidrogas; Conselho Municipal do Meio Ambiente (criado por proposição do CODEM); Conselho de Administração da Casa de Crédito Popular (Banco do Povo, criado por proposição do CODEM); Conselho de Clientes da Brasil Telecom; Conselho Municipal do Orçamento Popular; Conselho Municipal de Turismo; Conselho de Administração da Universidade Estadual de Maringá, representando a comunidade; Conselho Universitário da Universidade Estadual de Maringá, representando a comunidade. No ano de 2008, houve reestruturação da administração superior da UEM, sendo criado um Conselho Comunitário, de qual o CODEM passou a integrar, não integrando mais, portanto, os

mencionados conselhos de Administração e Universitário; Conselho Municipal de Gestão Territorial e Urbana.

Convention and Visitors Bureau. Ainda dentro do propósito de transformar Maringá num centro de turismo de eventos, o CODEM entendeu que deveria ter uma organização que se encarregasse de oferecer a cidade e de atrair eventos para Maringá. Articulou as várias entidades, empresas do *trade* turístico e a administração municipal para discutir a proposta e para formalizar a criação de um Convention Bureau. A proposta foi acatada pela administração municipal e o processo de criação e implantação foi conduzido pela Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, tendo o CODEM participado de todos os grupos de estudos e de todas as fases até a criação e implantação do MC&VB. Desde então a quantidade de eventos realizados em Maringá aumentou de modo significativo. Para o início de funcionamento e para os primeiros passos do Convention Bureau, o CODEM destinou recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico para subsidiar o Convention Bureau.

Fórum Ambiental de Maringá. O CODEM promoveu, organizou e realizou o 1º Fórum Ambiental de Maringá. Como resultado desse evento e da conscientização dos participantes foi criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Barracões Industriais. Barracões industriais foi um programa do Governo do Estado do Paraná que procurou disponibilizar barracões no interior do Estado, como instrumento que facilitassesem o nascimento de pequenas empresas objetivando a industrialização do interior. Em Maringá o Governo iniciou a construção de 4 barracões e os abandonou ainda na fase de alvenaria. Mediante ação conjunta do CODEM e a administração Municipal e contanto com a efetiva participação da FIEP –Federação das Indústrias do Estado do Paraná-, os barracões inacabados foram transferidos para a gestão municipal a qual providenciou a conclusão de suas obras e possibilitou que os objetivos iniciais fossem cumpridos.

Gasoduto para a Região de Maringá e Norte do Paraná. A construção de um ramal do gasoduto GASBOL passando por Maringá e atendendo a todo o Norte do Paraná sempre esteve contemplada na pauta de condições infra-estruturais para promover o desenvolvimento industrial de Maringá e Região, dentro do rol de políticas de médio prazo detalhado a partir do documento MARINGÁ 2020. O projeto vem sendo, desde então, estudado e conduzido em parceria com a COMPAGAS, subsidiária da COPEL. O CODEM fez o estudo de demanda potencial para fundamentar os estudos de engenharia, bem como as providências ambientais necessárias. Alternativamente ao Gasoduto GASBOL foi feito estudo preliminar de aproveitamento das jazidas de Mato Rico, cujas prospecções apresentavam indícios de viabilidade econômica de sua aplicação e, portanto, se apresentar como uma alternativa mais econômica para o abastecimento da região. O CODEM juntamente com a COMPAGAS além de realizar trabalho de sensibilização das administrações municipais ao longo da linha projetada para o ramal do

GASBOL e do gasoduto de Mato Rico, realizaram as audiências públicas em cada uma das cidades objetivando a obtenção da licença prévia do IAP tanto para a rede de distribuição no trecho Maringá Londrina, quanto para a rede derivativa do gasoduto procedente de Mato Rico, com *gate way* e termelétrica nas proximidades de Apucarana. A licença prévia da rede de distribuição do trecho Maringá Londrina já foi concedida e as frustrações com relação à viabilidade econômica de exploração das jazidas de Mato Rico levaram ao abandono dessa alternativa de abastecimento. A rede do GASBOL passou a contemplar o programa de investimento do governo federal para a infra-estrutura energética da região, mas que deverá ser novamente revista em função das dificuldades surgidas com a fonte de abastecimento da Bolívia e das descobertas gigantescas de jazidas de gás natural no litoral brasileiro.

Elaboração de EVTEs, Planos de Negócios e Propostas de Benefícios Fiscais. No interesse público de atrair e estruturar empreendimentos econômicos para Maringá e região capazes de contribuírem com o desenvolvimento econômico, o CODEM tem elaborado Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica e Planos de Negócios para empreendimentos cooperativos e/ou comunitários, bem como elaborado propostas de obtenção de benefícios fiscais do governo do Estado, para empresas que procuram a cidade para estudar a possibilidade de realização de investimentos. Alguns desses estudos e trabalhos têm se revertido em empreendimento econômico para a Cidade, outros se frustraram e outros ainda se encontram em processo de tomada de decisão.

Projeto de Geração de Emprego e Renda. Elaboração do Projeto Geração de Emprego e Renda, por meio do qual foi captado R\$ 60.000,00 junto ao SEBRAE para a sua execução por meio de entidades.

Anteprojeto de Orquestra Sinfônica ou de Câmara de Maringá. Elaboração de estudos para órgãos oficiais de Maringá, IES e outras entidades, de viabilidade de implantação em Maringá de orquestra sinfônica, filarmônica ou de câmara, objetivando o atendimento de anseio da comunidade. O assunto ainda não recebeu um desdobramento satisfatório apesar do surgimento independente da Orquestra Filarmônica do Cesumar.

Criação e Implantação da Câmara Técnica Especial de Turismo. Uma das diretrizes prioritárias para Maringá 2020 foi a de desenvolver o turismo, principalmente, de eventos em Maringá, tornando-o num instrumento de promoção do desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural de Maringá. A criação da Câmara teve a função primordial de proporcionar condições para o atendimento de tal diretriz. Como resultado, fora reorganizado e promovidas as condições de funcionalidade ao Conselho Municipal de Turismo, o desenvolvimento de estudos e levantamentos estatísticas sobre o turismo, bem como a elaboração dos estudos e projetos de implantação do Maringá Convention and Visitors Bureau, com a finalidade de ser o organismo de captação de eventos para a cidade de Maringá, formado por instituições e por empresas do *trading* turístico.

Criação e Implantação da Câmara Técnica de Serviços da Saúde. Outra grande diretriz da proposta de Maringá 2020 foi a de transformar Maringá num centro de excelência em serviços de saúde. O objetivo principal da criação da câmara foi de identificar instrumentos e de fornecer orientações ao setor privado de saúde visando tal objetivo. Um dos primeiros trabalhos foi a realização de pesquisa para caracterizar, quantificar e qualificar o setor de saúde de Maringá. Por meio dessa pesquisa foram identificados vazios de atividades que poderiam e deveriam ser preenchidos. Tais informações serviram e estão servindo para a tomada de decisões privadas por empresários do setor. Desde então, uma quantidade significativa de novos serviços de saúde e de grau de complexidade mais elevado surgiu em Maringá.

Aumento dos Recursos Orçamentários para a UEM. A UEM entrou num processo de perda de dinamismo de crescimento, deixando, com isto, parte substancial da demanda da Cidade e da Região por ser atendida. No ano de 2002 o CODEM articulou os meios políticos e as lideranças institucionais para pleitear junto ao Governo do Estado melhorias nas dotações orçamentárias destinadas a UEM. Como resultado de tal ação a dotação originalmente definida pelo Governo no montante de R\$ 84 milhões, foi ampliada para R\$ 104 milhões naquele ano, possibilitando melhorias e cumprimento de seu plano de expansão.

Mostras Tecnológicas. Inicialmente, mediante parceria entre o CODEM e o IDR foram realizadas as duas primeiras mostras tecnológicas de Maringá, objetivando promover encontro entre inventores e empreendedores. Esses eventos foram realizados no ambiente do CTM e reunia inventos desenvolvimentos em Instituições de Ciência e Tecnologia, como da UEM e de inventores independentes. Para dar suporte às negociações delas decorrente o CODEM apoiava a realização de estudos de viabilidade, como por exemplo, o Plano de Negócio elaborado para a empresa Fundamental nascida como consequência do 2º Encontro. Em 2007, o CODEM promoveu parceria entre ele, o ITM, a UEM, o CESUMAR, o SINDMETAL, a SETI/PR e o SENAI/FIEP e realizou juntamente com a Feira Metal Mecânica de Maringá e a Olimpíada do Conhecimento do SENAI/PR, a 3ª Mostra Tecnológica de Maringá, com repercussão e resultados bastante significativos, a ponto de estar definida, mediante parceria entre o CODEM, ITM, UEM, CESUMAR, SINDMETAL, SEBRAE e provavelmente a SETI/PR, no recinto da Feira Metal Mecânica de Maringá, a realização da 4ª Mostra Tecnológica de Maringá, com a introdução de novas metodologias de abordagem de modo a promover um relacionamento mais intenso e duradouro entre inventores e empreendedores. Com exceção da SETI/PR os demais parceiros promoveram e realizaram a 4ª Mostra Tecnológica junto com a Feira Metal Mecânica, com projetos inéditos desenvolvidos no período entre a 3ª e a 4ª mostra, demonstrando ser Maringá um campo fértil para o desenvolvimento tecnológico e o consequente desenvolvimento econômico. Tais ações integram o plano estratégico de implantação do Parque Tecnológico de Maringá – Tecnoparq.

Eventos e Palestras. Além dos eventos sobre Agronegócios mencionados no item 35, o CODEM tem promovido incentivado ou participado conjuntamente da realização de inúmeras palestras e eventos em temas de interesse para o desenvolvimento econômico de Maringá, dos quais, somente para exemplificar, cita-se o Seminário sobre Transporte Ferroviário de Massa no Eixo Paiçandu Ibirapuã; Hidrovia do Ivaí; Logística de Transporte; Relatórios Conjunturais apresentados por Deputados Federais e Estaduais; Avaliação de Desempenho da Economia Local e Projeções de Crescimento; Indicadores de Confiança do Consumidor de Maringá; Indicador de Felicidade do Maringaense; e a Utilização do Gás Natural como fonte de Geração de Calor para a Indústria.

Contorno Norte. O Contorno Norte de Maringá tem pautado sistematicamente todas as propostas de infra-estrutura de transporte e de desenvolvimento urbano submetidas a autoridades pelo CODEM. Voltou a ser identificado como obra prioritária para a minimização dos problemas que a cidade encontra para a transposição da Avenida Colombo, sentido Norte-Sul e vice-versa, nos estudos desenvolvidos pela Câmara Especial criada pelo CODEM a pedido da administração municipal. Finalmente esse importante equipamento infra-estrutural começa a ser executado, contanto já com recursos liberados no montante de R\$ 43 milhões para o ano de 2008, de um valor estimado para a execução de obra, de R\$ 142 milhões. A partir da proposição, a articulação da administração municipal com os representantes políticos da Cidade e da Região para pleitear e garantir os recursos junto ao Governo Federal foi fundamental e decisiva para a viabilização da obra. No início do ano de 2009, esforço político e institucional será empreendido para incluir a obra no PAC de modo a tornar a sua execução e conclusão uma garantia programática.

O que Maringá Espera do Governo Federal. No último pleito para a Presidência da República, em 2006, o CODEM teve a oportunidade de submeter aos candidatos que visitaram a nossa cidade as propostas de promoção do desenvolvimento local e regional, objetivando buscar o comprometimento dos candidatos com o desenvolvimento de Maringá e de sua Região.

Pleitos Municipais. Em todos os pleitos municipais, o CODEM tem oportunizado aos candidatos a prefeito apresentar às lideranças institucionais que integram o CODEM suas plataformas políticas, notadamente, aquelas voltadas para o desenvolvimento econômico da cidade. Nessas oportunidades são apresentadas aos candidatos as diretrizes de longo prazo para o desenvolvimento da cidade, como as constantes da Maringá 2020 e para, as da Maringá 2030. O nível de comprometimento espontâneo obtido dos candidatos com as políticas de longo prazo da cidade, bem como o envolvimento e esforço pessoal de sua execução na condição de Prefeito, tem se mostrado excepcional, com significativos resultados para a Cidade e sua população.

Armazém do IBC. A cidade de Maringá conta com três unidades de armazém do IBC. Essas unidades estão subutilizadas, decorrência do desaparecimento da grande

cafeicultura regional. Há algum tempo o CODEM vem pleiteando uma dessas unidades para transformá-la em incubadora de empresa, hotel de empresas, em espaço para mostras tecnológicas permanentes, sede provisória do ITM e de outros órgãos de fomento. É uma espécie de espaço provisório de preparação para o Tecnolparq. A partir da implantação do Tecnoparq, exercerá o importante papel de hotel de empresas, de projetos e de incubadora. A proposta de utilização do espaço foi desenvolvida pelo CODEM para o ITM que se constituiu em pleiteante junto aos Ministérios da Agricultura e do Planejamento, Departamento do Patrimônio Nacional. Para viabilizar a sua disponibilização o Município teve que se constituir em seu pleiteante oficial, o que ocorreu por meio da Administração Municipal que é quem deverá receber o armazém em comodato. Para a sua utilização deverão ser realizados investimentos em adaptações e em algumas reformas. Desde o último mês de dezembro de 2008, o Município já está autorizado a tomar posse do Armazém. A partir do início de 2009 serão iniciadas as obras de reformas e adaptações para se implantar efetivamente a Incubadora, o ITM e o Hotel de Empresas.

Agenda Prioritária do Governo do Estado. Elaboração de proposta contendo projetos de investimentos e de ações governamentais, por área e com prioridades, para integrar a agenda prioritária do Governo do Estado para a promoção do desenvolvimento de Maringá e Região. As propostas após apreciação do Governo do Estado deverão ser incluídas em seu programa de investimentos, bem como em seu plano de ação para o Estado do Paraná.

Congresso da Cidade. Mobilização da comunidade objetivando participar do Congresso da Cidade realizado em 2003/2004. Esta ação foi coordenada pela Câmara de Assuntos Comunitários com a participação direta das entidades que a compõe. Outras entidades do CODEM foram mobilizadas para que se garantisse representação da comunidade nas Assembléias do Congresso da Cidade. Tal mobilização e participação culminaram com a eleição de mais de 90 delegados oriundos de entidades integrantes do CODEM as quais propuseram posteriormente ações e projetos para o Plano Diretor de Maringá, concernentes com as propostas de Maringá 2020. Novamente em 2008 o CODEM teve uma participação significativa no Congresso da Cidade, realizado no ambiente do CESUMAR.

Projeto Multifrido. Elaboração de projeto e de estudo de viabilidade Técnica e Econômica para implantação de um abatedouro de suínos, ovinos, avestruzes, peixes e bovinos, apoiando 5 associações de pequenos produtores da região as quais individualmente não teriam capacidade e viabilidade técnica e econômica para tal investimento. O conjunto das 5 associações envolve aproximadamente 200 pequenos produtores da região os quais passarão a viabilizar suas atividades de criadores. A área destinada à implantação da unidade industrial com 5 alqueires foi cedida pela Prefeitura de Mandaguacú. O projeto de financiamento foi submetido à apreciação de várias instituições financeiras e órgãos de fomento objetivando a alocação de recursos para a realização dos investimentos.

Neste ano de 2008, os promotores do projeto e diante das dificuldades para alocar os recursos de financiamento, redefiniram a estratégia, iniciando a implantação do empreendimento por uma unidade de processamento, de modo a reduzir os investimentos iniciais e abrir os mercados consumidores. Para o abate deverão ser utilizadas as estruturas disponíveis na região.

Projeto Multiervas. O estudo de viabilidade técnica e econômica foi realizado pelo CODEM e envolve a formação de cooperativa de produtores de plantas medicinais e aromáticas, objetivando a extração de princípios ativos e óleos essenciais. Foram estudadas e avaliadas as alternativas de produção, as oportunidades e dimensionamento de mercado interno e externo e a viabilidade de implantação de uma unidade de processamento, entre outras. Foi também estruturado o sistema de parcerias entre a UEM e o IDR assim como iniciadas as negociações de parcerias comerciais, objetivando a cooperação técnica e mercadológica ao projeto durante a após implantação e criada a Cooperervas dos produtores para conduzir o projeto de empreendimento industrial. A partir desse estágio o projeto vem sendo conduzido pela própria Cooperervas.

Replicação da Experiência do CODEM. As notícias sobre o êxito do modelo adotado pelo CODEM se espalharam rapidamente por quase todo o Brasil. Muitas cidades brasileiras desejam ter um sistema similar ao adotado em Maringá, mas não dispõem de conhecimento e experiência para tal. Em razão disso o CODEM recebeu comitivas de mais de 60 (sessenta) cidades brasileiras, algumas com mais de 40 líderes de suas cidades, dos estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco, Goiás e Espírito Santo. Todas essas comitivas foram recebidas pelo CODEM, por outras entidades de Maringá, como, por exemplo, a ACIM, o CONSEG, o Observatório e o IDR, bem como pelo Prefeito da Cidade. Nessas ocasiões foram realizadas palestras, apresentações, foram distribuídos materiais ilustrativos, narrados depoimentos de maringaenses e de cidadãos de outras localidades. O modelo do CODEM está disseminado em várias localidades brasileiras, fato este que orgulha não só a entidade, mas, por certo, a própria cidade de Maringá. Somente para exemplificar, cita-se o exemplo de Santa Catarina: Em 2007 foi firmado convênio de Cooperação com a Fundação Empreender de Joinville, por meio do qual já foi implantado Conselho de Desenvolvimento do Município nas cidades de Guaramirim e Araquari e estão sendo estudadas a implantação em mais 11 cidades do Estado. Fato a ressaltar é o de que esses conselhos vêm sendo implantados com a designação de CODEM –Conselho de Desenvolvimento do Município-, como forma de indicar a boa origem. Algumas cidades até solicitaram autorização para a utilização da logomarca do CODEM. A mais recente replicação do CODEM ocorreu no final de 2008 no município paranaense de Assis Chateaubriant.

Alternativas para os Resíduos de Lavanderias da Região de Maringá. Em parceria com a UEM foram realizados estudos e elaborado projeto para a destinação dos resíduos de lavanderias de confecções, indicando o tratamento para tais resíduos, bem com as

alternativas de utilização. Para a implantação do projeto foram alocados recursos da FINEP e o projeto foi executado mediante parceria entre a UEM e o IDR. Por meio dessa ação foi resolvido um sério problema de poluição ambiental do setor de confecções de Maringá, indo ao encontro das diretrizes definidas para a Maringá 2020 e 2030, de promoção do desenvolvimento de modo sustentável.

Câmara de Visão de Futuro de Maringá. Entendo haver a necessidade de uma maior participação popular no CODEM e, principalmente, um maior compromisso da sociedade com o futuro da Cidade, o CODEM criou, em 2007, a Câmara de Visão de Futuro de Maringá, a qual tem por finalidade constituir-se numa espécie de guardião da visão de futuro de Maringá. Prevê a composição com pessoas comuns da sociedade organizada por organizadores de grupos e conduzidos por condutores de encontros. Esses organizadores e condutores em número aproximado de 90 já foram treinados pelo CODEM por meio de cursos especialmente organizados e realizados. O objetivo é contar com um número cada vez maior e crescente de cidadão comuns da Cidade, dispostos a pensar o futuro de Maringá e, principalmente, se sentindo, condutores e responsáveis por esse futuro. Essas pessoas serão orientadas a formular suas visões com perspectiva futura de 20, 30 ou 50 anos, de modo a se dispor de embasamento para a definição das diretrizes de desenvolvimento econômico pelo CODEM, como, por exemplo, a Maringá 2030. Faz parte da estrutura da Câmara, um Grupo de Inteligência formado por voluntários de elevado nível de conhecimento e experiência de modo a reunir num único órgão, visões e embasamento que representam os quatro pilares do conhecimento, ou seja, a ciência, a filosofia, a teologia e a arte. Esse Grupo terá como uma das missões a de identificar o papel que caberá a Maringá no mundo dos próximos 30 ou 50 anos de maneira a servir de fonte de inspiração para a construção das visões de futuro para a Cidade. Outro importante papel será o de validar, sob a óptica do conhecimento embasado nos seus pilares, as visões construídas para o futuro de Maringá. Este grupo já foi formado e implantado devendo ter o seu funcionamento efetivo a partir de 2009.

Shoppings de Atacado de Maringá. O CODEM prestou apoio técnico para a estruturação do setor de atacado de moda de Maringá, promovendo as reuniões e estabelecendo uma agenda mínima de temas e de propostas conjuntas para o setor.

Terra Roxa Investimentos: Agência de Desenvolvimento do Norte do Paraná. O CODEM foi um dos articuladores das forças políticas e econômicas do Norte do Paraná para a criação e implantação da Terra Roxa Investimentos. Participou de todas as fases de seu planejamento, estruturação, implantação e viabilização financeira da instituição. É um de seus membros e participante ativo de todas as suas atividades. Participou, no início, por meio de seu representante da gestão da entidade. Quando credenciada como OSCIP e sendo o CODEM um órgão público teve que deixar de participar da gestão e passou, por meio de seu representante, integrar o Conselho Consultivo. Mas isto não interferiu no estreito relacionamento entre a Terra Roxa e CODEM e no papel deste como um dos principais parceiros e mais atuantes da Entidade.

Revitalização do Porto Seco. A ocorrência simultânea de alguns fatos tornou o Porto Seco de Maringá economicamente inviável. Entre esses fatos se destacam a eliminação das vantagens fiscais por parte do governo do Estado e a criação de benefícios ainda mais vantajosos para operações nos portos de Paranaguá e Antonina; e a Operação Dilúvio da Polícia Federal envolvendo empresa instalada em nossa cidade. O primeiro contribuiu para eliminar as vantagens competitivas oferecidas por Maringá levando empresas aqui já instaladas se deslocarem para operar junto aos portos marítimos do Estado. O segundo provocou um descrédito moral para a Praça de Maringá, aspecto este de significativa importância para os operadores do comércio internacional. A queda das atividades foi rápida e significativa a ponto de a empresa operadora do porto seco ter anunciado o seu fechamento e requerido o descredenciamento como área alfandegada junto à receita federal. O CODEM entendendo que a concretização de tal iniciativa estaria comprometendo de modo irreversível todas as estratégicas de desenvolvimento econômico, definidas e perseguidas pela cidade, tais como a internacionalização do aeroporto e a implantação do parque tecnológico, entre outras. Diante de tal situação o CODEM se articulou com todos os segmentos envolvidos, reuniu um grupo de empresários locais e operadores experientes de outras praças com o objetivo de empreenderem na manutenção das atividades do Porto Seco e de retomar os níveis de atividade. Intermediou todos os contatos entre as partes bem como com as autoridades alfandegárias e com a administração municipal que se empenhou significativamente com o mesmo propósito. Como resultado de tal intervenção a gestão do Porto Seco foi transferida para uma nova composição societária evitando a interrupção das operações e retomando e recuperando as atividades. Isto permitiu, por exemplo, que a SBMG pudesse licitar a operação do terminal de cargas do Aeroporto, objetivando as operações de cargas internacionais e obteve êxito no processo licitatório, o que seria improvável sem a existência de um Porto Seco. As operações da alfândega primária do Aeroporto será feita pela mesma empresa que opera o Porto Seco, criando, assim, uma sinergia que potencializa as atividades de comércio exterior em Maringá, contribuindo para a consolidação da diretriz de transformar a cidade num portal do mundo para o Mercosul.

Plano Diretor de Maringá. Quando da elaboração do novo Plano Diretor de Maringá, em 2004, o CODEM articulou todas suas entidades de modo a garantir uma efetiva e democrática participação no processo de elaboração do Plano Diretor para que as diretrizes de desenvolvimento de longo prazo fossem contempladas nesse instrumento legal de planejamento. O CODEM participou efetivamente em todas as fases do processo com um contingente de mais de 90 representantes de suas entidades e compôs com um contingente significativo a Comissão Central de elaboração, revisão e redação final da proposta do projeto de Lei do Plano Diretor de Maringá encaminhado ao Legislativo para apreciação e deliberação.

Apoio aos Produtores de Hortifrutigranjeiros da Região de Maringá. Projeto que objetiva apoiar e melhorar as condições de competitividade e de comercialização dos produtores

da Região de Maringá no galpão do produtor no Ceasa de Maringá, de modo a atrair mais produtores e compradores. Vem ocorrendo uma distorção no processo de comercialização, implicando numa pequena participação de produtores locais e regionais e, as redes de supermercados, na busca de produtos de melhor qualidade, passaram a adquirir e se abastecer no Ceasa de Londrina, onde há uma maior participação de produtores locais. O projeto vem sendo implantado e alguns resultados satisfatórios já foram alcançados.

Diagnóstico da Capacidade de Inovação de Empresas. Inserido no projeto de implantação do Tecnoparq, conduzido pelo ITM, o CODEM recrutou e participou de um treinamento de aplicação de Metodologia para Diagnosticar a Capacidade de Inovação por Empresas. Foram treinados 5 técnicos de diferentes formações e experiências, os quais, executaram além do treinamento teórico, a aplicação prática do método em uma das empresas da APL de software de Maringá. O método será aplicado em todas as empresas de software no decorrer dos próximos dois anos, como primeira fase do projeto, e ficará à disposição assim como a equipe treinada, de qualquer empresa de Maringá que queira fazer um diagnóstico para identificar sua capacidade de inovação.

ANEXO 6

A experiência de Sinop - MT

CODESIN- CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE SINOP

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sinop – CODESIN, com o caráter deliberativo e consultivo, para formular e fazer executar as políticas de desenvolvimento econômico, atuando nos termos desta Lei e do Regulamento a ser aprovado pelo Plenário.

Art. 2º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sinop – CODESIN – terá ainda as seguintes atribuições:

- I – buscar o intercâmbio permanente com os demais órgãos municipais, estaduais e federais, organismos internacionais e instituições financeiras, visando à execução da política municipal de desenvolvimento econômico;
- II – gerir o Fundo Municipal de Desenvolvimento – FMD -, estabelecendo programas e prioridades para aplicação dos seus recursos;
- III – estabelecer diretrizes com vistas à geração de empregos e desenvolvimento econômico do Município;
- IV – criar, no âmbito de sua competência e com os recursos disponíveis do FMD ou outras fontes, programas e linhas de crédito de interesse da economia local;
- V – realizar estudos visando à identificação das potencialidades e vocação da economia do Município;
- VI – identificar problemas e buscar soluções para a geração de emprego, fortalecimento da economia e atração de investimentos;
- VII – firmar convênios, acordos, termos de cooperação, ajustes e contratos com instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
- VIII – contratar serviços de instituições ou profissionais no âmbito público ou privado, para atender, quando necessário, seus objetivos;
- IX – instituir câmaras técnicas e grupos temáticos, para a realização de estudos, pareceres e análises de matérias específicas, objetivando subsidiar suas decisões;
- X – promover fóruns, seminários ou reuniões especializadas, com o intuito de ouvir a comunidade sobre os temas de sua competência, quando for necessário, a juízo do plenário;
- XI – identificar e divulgar as potencialidades econômicas de Sinop, bem como desenvolver diretrizes para a atração de investimentos;

XII – formular diretrizes para o estabelecimento de uma política de incentivos fiscais, tributários e outros, visando à atração de novos investimentos, além da expansão, modernização e consolidação dos existentes;

XIII – divulgar as empresas e produtos de Sinop, objetivando a abertura e conquista de novos mercados;

XIV - criar um sistema de informações, para orientar a tomada de decisões e a avaliação das políticas de desenvolvimento econômico do Município;

Parágrafo único: - O Conselho, no exercício das atribuições previstas nesta Lei, poderá estender suas ações aos municípios ou entidades da região.

Art. 3º - O CODESIN compõe-se de:

- I – Plenário;
- II – Câmaras Técnicas.

Art. 4º - Integram o Plenário do CODESIN:

- I – O Prefeito Municipal, como Presidente de honra;
- II - o Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, representando os setores da indústria, comércio, turismo e agro-negócios;
- III – o Secretário Municipal de Finanças;
- IV – o Secretário Municipal de Planejamento;
- V – um representante da Câmara dos Vereadores de Sinop;
- VI – um representante do SINDUSMAD;
- VII – um representante das Lojas Maçônicas de Sinop;
- VIII – um representante da Igreja Católica;
- IX – um representante da Ordem dos Ministros Evangélicos de Sinop – OMES;
- X – um representante da Associação Comercial e Industrial de Sinop – ACIS;
- XI – um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
- XII – um representante da Associação dos Criadores do Norte do Estado de Mato Grosso – ACRINORTE;
- XIII – um representante do Sindicato Patronal Rural;
- XIV – um representante da Associação dos Engenheiros do Norte de Mato Grosso – AENOR;
- XV – um representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;
- XVI – um representante dos Rotary Clubes;
- XVII – um representante dos Lions.

Art. 5º - As Câmaras Técnicas serão permanentes ou temporárias.

Parágrafo único: - As permanentes são criadas por esta Lei e as temporárias poderão ser criadas por deliberação do Plenário, quando necessário.

Art. 6º - Ficam criadas as seguintes Câmaras Técnicas:

- I – de assuntos Comunitários;
- II – de assuntos de Educação, Esporte e Cultura;
- III – de Integração e Tecnológica;
- IV – de Atração de Investimentos;
- V – de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Agronegócios;
- VI – de Comércio e Serviços;
- VII – do Comércio Exterior;
- VIII – da Construção Civil e Setor Imobiliário.
- IX – de Turismo e eventos.

Art. 7º - A Câmara de Assuntos Comunitários será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- II – um representante da Câmara de Vereadores de Sinop
- III – um representante do Rotary Clubes de Sinop;
- IV – um representante do Lions Clubes de Sinop;
- V – um representante das Lojas Maçônicas;
- VI – um representante das Associações de Bairros de Sinop;
- VII – um representante da Igreja Católica de Sinop;
- VIII – Ordem dos Ministros Evangélicos de Sinop - OMES;
- IX – um representante do Ministério Público de Sinop;

Art. 8º - A Câmara Técnica de Educação, Esporte e Cultura será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Esportes;
- III – um representante da Coordenadoria Municipal de Cultura;
- IV – um representante de cada Universidade;
- V – um representante do Polo Regional de Educação;
- VI – um representante de cada um dos Conselhos oficiais de regulamentação de profissionais liberais, como: Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Conselho Regional de Medicina – CRM; Conselho Regional de Odontologia – CRO; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA; Conselho Regional de Economia – CORECON; Conselho Regional de Psicologia e Conselho Regional de Farmácia.

Art. 9º - A Câmara Técnica de Integração Tecnológica será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento
- II – um representante de cada Universidade;
- III – um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;

IV – um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
V – um representante de Associação Comercial e Industrial de Sinop – ACIS;
VI – Associação dos Produtores de Arroz do Mato Grosso – APA.

Art. 10º - A Câmara Técnica de Comércio e Serviços será composta por:

I - um representante da Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Turismo;
II - um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
III – um representante do setor de comércio atacadista;
IV – um representante do setor de comércio varejista;
V – um representantes do Sindicato dos hoteleiros, moteleiros, restaurantes, bares e similares;
VI – um representantes da agências de viagens e turismo;
VII – um representante das empresas de transportes Urbano;
VIII – um representante da Associação dos Médicos de Sinop;
IX – um representante da Associação do Odontos de Sinop;
X – um representante da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil;
XI – um representante do Sindicato dos Bancários;
XII – um representante do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Sinop;
XIII – um representante dos Corretores;
XIV – um representante do Sindicato de Despachantes de Veículos.

Art. 11º - A Câmara Técnica de Atração de Investimentos será composta por:

I – um representante da Secretaria Municipal de Industria, Comércio e Turismo;
II – um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
III – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento.
IV – um representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
V – um representante da imprensa;
VI – um representante da Delegacia Regional da Fazenda Estadual;
VII – um representante de cada um dos seguintes órgãos estaduais: REDE/CEMAT, SAE, DER, EMBRAPA, EMPAER, CIAS TELEFONICAS;
VIII – um representante da Associação Comercial e Industrial de Sinop – ACIS;
IX – um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL;
X – um representante da AENOR;
XI – um representante das empresas de informática;
XII – um representante da Câmara de Vereadores de Sinop;

Art. 12º - A Câmara Técnica de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Agronegócios, será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Industria Comércio e Turismo;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- III – um representante do Sindicato Rural de Sinop;
- IV – um representante da ACRINORTE;
- V – um representante da Secretaria Estadual de Agricultura;
- VI – um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Mato Grosso - EMPAER;
- VI – um representante da AENOR;
- VII – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop;
- VIII – um representante de Clube Hípico de Sinop;
- IX – um representante da FEMA;
- X – um representante do IBAMA;
- XI – um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;
- XII – um representante do Ministério Publico;
- XIII – Associação dos Produtores de Arroz do Mato Grosso.

Art. 13º - A Câmara Técnica do Comércio Exterior, será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Industria Comercio e Turismo;
- II – um representante da Associação Comercial e Industrial de Sinop - ACIS;
- III – um representante da Câmara de Dirigentes Lojista – CDL;
- IV – um representante do Serviço de Assistência às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- V – um representante do setor de comércio exterior do Banco do Brasil S/A;
- VI – um representante da imprensa;
- VII – um representante da Câmara de Vereadores de Sinop.

Art. 14º - A Câmara Técnica da Construção Civil e Setor Imobiliário será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Obras;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Planejamento;
- III – um representante da AENOR;
- IV – um representante das empresas da Construção Civil de Sinop;
- V – um representante das Imobiliárias de Sinop;
- VI – um representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA;
- VII - um representante do Conselho Regional de Corretores de Imóveis – CRECI;
- VIII – um representante da empresa fundadora da Cidade de Sinop;
- IX – um representante do Conselho de Urbanismo;
- X – um representante da FEMA;
- XI – Sindicato dos Trabalhadores na Industria e Comercio da Construção – SITICOM.

Art. 15º - A Câmara Técnica de Turismo e eventos será composta por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Industria Comércio e Turismo;
- II - um representante do Sindicato dos hoteleiros, moteleiros, restaurantes, bares e similares;
- III – um representante das agências de viagens e turismo;
- IV – um representante da ACRINORTE;
- V – um representante do Serviço de Assistência às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE;
- VI – um representante da imprensa;
- VII – um representante do taxistas de Sinop;
- VIII – um representante da guarda municipal;
- IX – um representante das empresas de transporte Urbano;
- X – um representante do Clube da Melhor Idade.

Art. 16º - Cada conselheiro e membro das Câmaras Técnicas terá um suplente, ambos indicados pelas entidades as quais representam e que tomarão posse na primeira sessão a que participarem, sendo os titulares substituídos por seus suplentes nas suas faltas, ausências e impedimentos.

§ 1º - Os Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas terão mandato de dois anos.

§ 2º - Durante o período do mandato, o conselheiro e seu suplente poderão ser substituídos pela entidade que os indicou, sendo que o substituto tomará posse na primeira reunião do Conselho que se seguir à sua indicação e terminará o mandato do substituído.

§ 3º - em caso de renúncia, falecimento ou vacância do cargo pelo titular, o suplente o substituirá até a indicação de um novo membro pela entidade a qual representa.

Art. 17º - As Câmaras Técnicas, no âmbito de suas atribuições, enviarão ao Plenário do CODESIN propostas, estudos e sugestões para subsidiar tecnicamente as decisões do Conselho.

Art. 18º - O Conselho será dirigido por mesa diretora composta de um Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre os seus membros, com mandato de um ano, permitida a reeleição.

Parágrafo Único – Cada Câmara Técnica permanente terá uma Presidente eleito entre seus membros para um mandato de um ano, permitida a reeleição.

Art. 19º - O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente quando for necessário, por convocação do Presidente.

Parágrafo Único – O Conselho, na ausência ou escusa de seu Presidente, poderá autoconvocar-se, mediante assinatura de dois terços de seus membros, presidido pelo Conselheiro mais idoso.

Art. 20º - Para a instalação de reunião e deliberação será exigido o quorum mínimo de metade mais um de seus membros.

Parágrafo Único – As deliberações da Conselho serão tomadas em Plenário, por maioria simples.

Art. 21º - O mandato dos Conselheiros e membros das Câmaras Técnicas será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 22º - O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sinop – CODESIN – elaborará o seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta Lei.

Art. 23º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24º - Revogam-se as disposições em contrário.

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FMD

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD, destinado à capacitação e à aplicação de recursos, visando o desenvolvimento econômico do Município de Sinop.

Art. 2º - Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão provenientes de:

I – 2% (dois por cento) do total das Receitas do Município de Sinop, resultantes de todos os impostos, bem como das transferências dos Governos Federal e Estadual, excetuados as decorrentes de empréstimos com finalidade específica;

II – doações e transferências de pessoas físicas ou jurídicas, públicas e privadas;

III – captações junto à instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico – FMD – é criado com personalidade contábil, podendo, para tanto, proceder à execução orçamentária no âmbito de sua competência.

§ 2º - A receita a que se refere o inciso I será automaticamente depositada `a conta do Fundo, tão logo a receita ingresse nos cofres do Município.

Art. 3º - Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão destinados a financiamentos ou para apoio a investimentos produtivos, geridos, mediante convênio por instituição financeira estatal de fomento, observados os seguintes princípios básicos:

I – preservação da integridade patrimonial do Fundo;

II – maximização do retorno econômico social.

Art. 4º - Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico serão destinados para:

I – financiamento de atividades nas áreas industrial, comércio e de serviços do Município, observadas as prioridades aprovadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

II – custeio de elaboração de projetos técnicos de viabilidade econômico-financeira;

III – estudos e pesquisas que orientem programas setoriais para a expansão de oportunidades de investimentos;

IV – contratação de pessoas para dar suporte técnico e administrativo às decisões do Conselho;

V – Outras despesas não previstas, sempre voltadas ao interesse social e econômico do município.

Parágrafo único – São enquadráveis todas as operações previstas em normas operacionais específicas, previamente submetidas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PAUTA ESTRATÉGICA PARA SINOP - MT

Carta aberta à sociedade sinopense

A União das Entidades de Sinop (UNESIN), associação civil, sem fins lucrativos, que reúne 21 (vinte e uma) entidades representativas e tem por missão “contribuir para a defesa dos interesses de Sinop e promoção do seu desenvolvimento sustentável através da articulação e atuação efetiva da sociedade civil organizada”, vem dar ampla publicidade e conhecimento sobre sua Pauta Estratégica para Sinop, um documento que reúne 16 (dezesseis) objetivos considerados, pelas suas entidades-membro, como de grande relevância para o fortalecimento e desenvolvimento do município.

Este documento é fruto de uma ampla pesquisa e debate realizados entre as suas entidades-membro e tem por finalidade nortear a atuação da UNESIN junto à sociedade civil organizada e os entes públicos instituídos a fim de realizar a visão da associação de “contribuir para fazer de Sinop uma das melhores cidades para investir e viver no Brasil”.

A presente pauta está alicerçada nos princípios da UNESIN de que: a união faz a força; o desenvolvimento sustentável é responsabilidade de todos; o futuro que queremos depende de nossa atuação efetiva hoje; o poder emana do povo; a transparência e a busca da verdade são valores imutáveis e as melhores decisões são aquelas tomadas com base em informações técnicas e decididas de forma democrática.

A UNESIN entende que a realização dos objetivos elencados em sua pauta estratégica poderão impactar de forma positiva e muito significativa o futuro de Sinop e, além de resolverem problemas de ordem estrutural, econômica, social e ambiental, serão capazes de alçar o município a um novo patamar de crescimento e desenvolvimento, tornando-o referência nacional e até internacional, por conta do melhor aproveitamento de suas vocações. Os frutos deste trabalho poderão ser colhidos por toda a sociedade sinopense e suas próximas gerações, fazendo deste instrumento uma “bandeira” a ser defendida por todos os seus cidadãos.

Para que esta pauta estratégica seja, de fato, executada, a UNESIN está organizando-se através de comissões de trabalho, as quais serão formadas por membros das entidades associadas e profissionais com notórios conhecimento e experiência nos temas relacionados. Essas comissões terão por finalidade elaborar estudos e planos de ação acerca dos objetivos estratégicos e promover, junto às partes interessadas, os debates e articulações necessários para que tais objetivos sejam realizados.

A participação de toda a sociedade sinopense e das suas lideranças comunitárias, empresariais e políticas são de extrema importância para que estes objetivos sejam implementados e o futuro do município impactado pelos seus benefícios. Por isso, a UNESIN convida todos os sinopenses a engajarem-se nesta pauta. A união, verdadeiramente, faz a força!

Sinop, 12 de outubro de 2020.

PAUTA ESTRATÉGICA:

Os temas a seguir são considerados de grande relevância para o crescimento e desenvolvimento de Sinop - MT e configuram-se em objetivos estratégicos a serem realizados a partir de um trabalho estruturado da sociedade civil organizada em conjunto com os entes públicos instituídos. A realização destes objetivos gerará benefícios para toda a sociedade sinopense e sua participação ativa neste projeto é essencial para a construção da Sinop desejada: uma das melhores cidades para investir e viver no Brasil.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA SINOP-MT:

1. Atrair investimentos públicos e privados:

Sinop tem destacado-se, constantemente, como uma das melhores cidades do Brasil para se investir e fazer negócios. O município apresenta uma taxa anual de crescimento bem acima da média brasileira e a melhoria da sua infraestrutura logística, um de seus maiores entraves de desenvolvimento até então, tende a colocar a cidade em uma posição cada vez mais privilegiada neste ranking.

Aproveitar todo esse potencial é uma tarefa que precisa ser realizada de forma organizada e proativa e, para isso, a criação de uma comissão permanente ou de uma agência de desenvolvimento local, que tenha por finalidade a atração de investimentos públicos e privados para o município, é de grande importância para sua consolidação como polo gerador de riquezas para uma região que abrange mais de 700.000 (setecentas mil) pessoas. Também é importante, neste contexto e entre outras coisas, realizar uma revisão do código tributário municipal, visando uma cobrança justa de tributos e taxas, e criar mecanismos que ampliem a liberdade econômica local. É preciso estabelecer, em Sinop, um ambiente mais propício e favorável para a criação e implantação de novos negócios e a manutenção e consolidação dos já existentes.

2. Criar um polo agrotech:

O agronegócio foi, é e continuará sendo o grande motor de crescimento e desenvolvimento de Sinop e região. O município está inserido em uma das principais zonas agropecuárias do mundo e vivenciando a transformação do agronegócio através do desenvolvimento e aplicação de infinitas tecnologias voltadas ao setor. Nunca antes, na história da humanidade, teve-se tantas startups em desenvolvimento e o futuro do agronegócio passa, sem sombra de dúvida, pelas soluções que estão sendo criadas hoje, em alguma pequena, mas incrivelmente inovadora, agrotech (termo utilizado para designar startups voltadas ao setor agropecuário) localizada em algum lugar qualquer.

É preciso aproveitar a vocação e as inúmeras instituições de ensino e pesquisa localizadas no município para criar um polo para a instalação, financiamento e fomento ao desenvolvimento de Agrotechs. Tal polo poderá ser fruto de uma parceria público-privada, inclusive considerando a possibilidade da criação de uma espécie de zona franca para o segmento. Inúmeras novas empresas e instituições, relacionadas ao setor, poderão ser atraídas para Sinop com a criação deste polo agrotech. Um esforço que poderá fazer de Sinop uma referência mundial em tecnologia agropecuária, gerando benefícios para toda a sociedade.

3. Implantar um distrito industrial madeireiro:

A indústria madeireira foi primordial para a fundação de Sinop e seu crescimento desde então. O município é referência nacional e internacional neste segmento e sua indústria vem passando por grandes transformações para atender um mercado cada vez mais exigente e rigoroso quanto às questões ambientais. A indústria madeireira local tornou-se referência em sustentabilidade ambiental e continua sendo de grande relevância para a economia do município.

Boa parte do parque industrial madeireiro de Sinop acabou sendo “engolido” pelo forte crescimento da cidade e, atualmente, muitas das suas indústrias encontram-se dentro do perímetro urbano, gerando um limitador para seu desenvolvimento, devido às limitações logísticas e ambientais, impostas.

É preciso buscar um local onde as indústrias madeireiras possam continuar, de forma cada vez mais profissional e sustentável, contribuindo para a geração de riquezas e empregos para o município. A criação de um distrito industrial madeireiro, além de solucionar os problemas atuais, como, por exemplo, o intenso trânsito de caminhões “toreiros” em perímetro urbano, permitirão o fortalecimento deste setor tão importante para a economia de Sinop.

4. Atualizar o plano diretor municipal e suas leis complementares:

Conforme os artigos 39º e 40º do Estatuto da Cidade, o plano diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”. É ele quem deve promover o diálogo entre os aspectos físicos/territoriais e os objetivos sociais, econômicos e ambientais para a cidade. O plano deve ter como objetivo distribuir os riscos e benefícios da urbanização, induzindo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

O Plano Diretor de Sinop e suas leis complementares (código de obras, sistema viário etc.) encontram-se defasados diante do contínuo e forte crescimento do município, exigindo sua completa revisão e atualização para que estejam adequados às necessidades impostas pelas transformações pelas quais a cidade vem sofrendo.

Também há de ser acompanhada a possível declaração de constitucionalidade das Leis Complementares nº 177/2019 e 178/2019, as quais, conforme já deliberado pela UNESIN, geram uma nova e gigante área de expansão para loteamentos sem nenhuma infraestrutura urbana (sem a obrigatoriedade de pavimentação e rede de água e esgoto, por exemplo). Tais Leis já foram consideradas inconstitucionais pela Procuradoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso, que ajuizou ação contra o município para que sejam suspensas.

É necessária a criação de um grupo de trabalho, envolvendo representantes da sociedade civil organizada e dos poderes executivo e legislativo municipal, para realizar a revisão e atualização do Plano Diretor de Sinop e de suas leis complementares, preparando o município para crescer e se desenvolver de forma organizada e econômica, social e ambientalmente sustentável.

5. Tecnificar as secretarias e reestruturar os conselhos municipais:

Administrar é conduzir o pensamento à ação por meio de decisões que envolvam pessoas e recursos de maneira eficiente e eficaz. Uma administração de qualidade exige profissionais com competências técnicas e comportamentais capazes de gerar os resultados condizentes com a função que exercem. Administrar secretarias e conselhos municipais é uma tarefa que precisa ser realizada por profissionais altamente capacitados e focados no bem comum.

O compromisso da administração pública com a profissionalização da sua gestão e a reestruturação dos conselhos municipais, de forma que possam melhor cumprir com seus propósitos, é imprescindível para o desenvolvimento social, ambiental e econômico de Sinop e deve ser um compromisso de todo gestor municipal.

6. Resolver os problemas relacionados aos serviços de concessão pública:

Rede de água e esgoto, energia elétrica, coleta e tratamento de lixo, transporte público, aeroporto e rodoviária são alguns dos serviços sob concessão pública que apresentam constantes problemas e que precisam ser solucionados para um melhor atendimento às necessidades da população de Sinop.

É preciso atuar, de forma organizada e sistemática, para, junto às empresas concessionárias, mitigar os problemas existentes e adequar os serviços para um padrão elevado de qualidade. Esta ação precisa ser realizada pelos poderes públicos instituídos em parceria com a sociedade civil organizada e requer monitoramento permanente para a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

7. Ampliar a cobertura verde do perímetro urbano:

Além de manter a cidade mais verde e mais bonita, as árvores também têm outras funções: elas ajudam a controlar as tempestades, absorvem a poluição, reduzem o ruído das ruas e deixam o ar mais fresco, ajudando a umidificá-lo. Dados mostram que a temperatura em uma região não arborizada pode ser, em média, cinco graus mais alta do que em uma região arborizada (ao meio-dia, por exemplo, na Praça Plínio Callegaro pode estar até nove graus mais quente do que no parque florestal). Outro dado importante é que uma árvore adulta pode liberar, diariamente, até cem litros de umidade no ar, fazendo o papel de até dez umidificadores, contribuindo, significativamente, para a qualidade do ar que respiramos.

É preciso ampliar a cobertura verde de Sinop, através do plantio e manutenção adequada de árvores e da criação, ampliação e conservação de parques e bosques, para melhorar a qualidade de vida e a saúde da população. Ações de conscientização, orientação e educação também precisam ser realizadas para toda a sociedade. Assim como é preciso estabelecer um código florestal urbano que atenda as necessidades impostas pelo nosso clima e solo e criar políticas públicas para a arborização urbana. A proposta de uma cidade mais verde é importante para toda a população e precisa ser tratada de forma estratégica e profissional.

8. Resolver os problemas de mobilidade urbana:

Mobilidade urbana é definida como a facilidade de deslocamento das pessoas e bens na cidade, com o objetivo de desenvolver atividades econômicas e sociais no perímetro urbano. O tema contempla, entre outras coisas, o adequado planejamento de ruas, avenidas, ciclovias e calçadas.

Sinop, apesar de ter sido criada de forma planejada e com foco em seu crescimento futuro, já apresenta diversos problemas de mobilidade que precisam ser tratados, dentre os quais, destacam-se: a falta de equipamentos (trevos, viadutos e passarelas) adequados para a travessia no perímetro urbano da BR 163; o “estrangulamento”, em horários de pico, de alguns cruzamentos urbanos, a exemplo o que acontece na rotatória do cemitério municipal e o trânsito inadequado de veículos pesados de grande porte em vias urbanas de fluxo intenso.

É preciso estabelecer e implementar um plano municipal de melhoria da mobilidade urbana a fim de solucionar os problemas existentes e preparar a cidade para continuar crescendo e desenvolvendo-se de forma organizada e fluida.

9. Melhorar e manter a qualidade das estradas vicinais:

Apesar da forte diversificação que a economia de Sinop sofreu nas últimas duas décadas, o município continua, e deverá continuar, tendo no agronegócio o seu principal motor de crescimento e desenvolvimento econômico. Este contexto é sustentado pelas

inúmeras propriedades rurais existentes no município, responsáveis pela sua produção agropecuária, e que demandam uma infraestrutura de estradas vicinais de qualidade para sua operação, pois delas dependem para o transporte de seus insumos e produtos.

Pode-se afirmar que grande parte da economia de Sinop passa por essas estradas e é preciso "mantê-las" em bom estado de conservação para o fortalecimento da sua produção agropecuária. Para isso, é importante a criação de um parque de máquinas e a estruturação de uma equipe de trabalho exclusivos para essa finalidade. Estradas vicinais de qualidade significam mais dinheiro circulando na economia e mais riqueza e empregos sendo gerados.

10. Duplicar a BR 163 (trecho Cuiabá-Sinop):

A BR 163, trecho Cuiabá-Sinop, compreende aproximadamente 480 Km de rodovia e é um dos mais importantes corredores logísticos do país. Foi concedida à iniciativa privada em março de 2014 e seu contrato de concessão tem sido alvo de debates e ações judiciais em razão do não cumprimento de diversas cláusulas acordadas. O grande fluxo de veículos leves e pesados em uma pista "simples", com apenas uma faixa de circulação em cada sentido, e acostamento reduzido, gera inúmeros acidentes e mortes todo ano. São incontáveis as tragédias ocorridas nesta rodovia e que poderiam ter sido evitadas se a mesma tivesse uma infraestrutura adequada ao seu tráfego e importância.

É preciso atuar fortemente na busca de uma solução para este problema. A duplicação do trecho Cuiabá-Sinop da BR 163 é uma questão de saúde pública mais do que de economia e precisa ser tratada com total seriedade e empenho pelos agentes públicos instituídos em conjunto com a sociedade civil organizada.

11. Implantar a Ferrogrão e o porto seco no município:

A EF-170, também chamada de Ferrogrão, visa consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao Estado do Pará, desembocando no Porto de Miritituba. O corredor a ser consolidado pela EF-170 e a rodovia BR-163 consolidará uma nova rota para a exportação da soja e do milho no Brasil.

O projeto da EF-170 é um importante fator de desenvolvimento da infraestrutura logística das áreas agricultáveis localizadas no Estado de Mato Grosso, possibilitando à região uma maior eficiência no escoamento da produção, a menor custo logístico, promovendo ganhos significativos de produtividade e reduzindo a necessidade de abertura de novas áreas.

A construção da Ferrogrão gerará, também, a oportunidade de implantação de um porto seco em Sinop, para armazenamento e baldeação de cargas. A soma da Ferrogrão com um porto seco poderá alçar Sinop a um novo patamar de crescimento e

desenvolvimento econômico, tornando este, um projeto de grande relevância para a sociedade sinopense.

É preciso atuar fortemente para a consolidação desta ferrovia e de seu porto seco e, para isso, é necessária uma atuação organizada e estratégica da sociedade civil e dos seus entes públicos.

12. Fortalecer Sinop como pólo regional de saúde:

Sinop é referência na área de saúde para uma região que abrange mais de vinte municípios, entre o norte do MT e o sul do PA, e mais de setecentas mil pessoas. A população local e regional confia na cidade para tratar de sua saúde e aqui faz circular seus recursos. A importância deste segmento para o crescimento e desenvolvimento do município é evidente e imensurável e precisa ser fortalecido através de um esforço organizado entre a sociedade sinopense e os poderes públicos instituídos.

O fortalecimento da rede pública de saúde e o apoio e fomento à criação e desenvolvimento de todo e qualquer negócio privado relacionado ao setor precisa ser foco de um plano estruturado e estratégico de desenvolvimento. Isso fará com que Sinop esteja cada vez mais preparada para melhor cuidar da saúde de sua população e de todos aqueles que, mesmo não morando aqui, nela vêm buscar auxílio e conforto nos momentos que mais precisam.

13. Fortalecer as forças de segurança:

Segurança pública é um tema recorrente no Brasil e o forte e rápido crescimento de Sinop, desacompanhado de políticas de segurança que estivessem adequadas aos seus impactos, tornaram este assunto urgente e crucial para o bem comum da população sinopense.

A falta de uma melhor integração entre as forças de segurança instaladas no município, a deterioração e falta de renovação de veículos e tecnologias do setor e o reduzido efetivo das forças policiais locais são alguns dos problemas que precisam ser enfrentados por todos que desejam uma cidade mais segura.

A segurança é responsabilidade de todos e é necessário um esforço coletivo e organizado a fim de restabelecer as condições mínimas de trabalho e garantir o fortalecimento das forças de segurança do município.

14. Ampliar a segurança das propriedades rurais:

A grande extensão do município de Sinop aliada à precária estrutura das forças de segurança locais, para atendimento à zona rural, contribuem, em muito, para o aumento dos crimes realizados no interior do município. A insegurança nas propriedades rurais, que possuem inúmeros bens e insumos de grande valor financeiro, tem aumentado significativamente e gerado prejuízos econômicos e, sobretudo, emocionais para quem sofre com esses crimes.

É necessário estabelecer um plano de segurança das propriedades rurais e investir em veículos, equipamentos, tecnologias e efetivo que garantam tranquilidade para quem produz e vive no campo.

15. Resolver o problema do Centro de Ressocialização de Menores:

O Centro de Ressocialização de Menores tem por finalidade aplicar medidas socioeducativas a menores infratores e é de grande relevância para a sua ressocialização e prevenção de novas infrações. Infelizmente tem crescido, em todo o país, a quantidade de crimes envolvendo menores de idade e a presença de um Centro de Ressocialização de qualidade no município torna-se de grande importância para a segurança e bem estar da população em geral.

O atual Centro de Ressocialização de Sinop por vezes passa pela ameaça de fechamento por falta de recursos financeiros, materiais e humanos para sua operação. Ele carece de um espaço mais amplo, com melhor infraestrutura e efetivo de servidores para que possa realizar o seu propósito. Há a previsão, pelo Governo do Estado de Mato Grosso, de construir um novo centro de Ressocialização no município, mas é necessário que haja um esforço organizado da sociedade civil para garantir a realização deste projeto e a solução definitiva para o problema.

16. Emancipar o campus local da UFMT:

O Campus Universitário de Sinop, anteriormente denominado como Instituto Universitário do Norte Mato-grossense, é uma estrutura universitária vinculada à Universidade Federal de Mato Grosso que fica situado no município de Sinop.

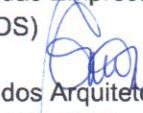
O Campus atual é dependente, econômica e administrativamente, da instituição localizada na capital do estado e sua emancipação poderá contribuir para a aceleração do seu crescimento e consolidação de Sinop como polo educacional. Para que isso aconteça é necessário que haja uma forte articulação da sociedade civil organizada e dos entes públicos municipais e estaduais junto ao Ministério da Educação.

Peter Drucker, considerado o pai da administração moderna, dizia que “não podemos prever o futuro, mas podemos criá-lo”. Esta pauta estratégica para Sinop tem por finalidade nortear a criação de um futuro mais próspero e sustentável para toda a sociedade sinopense e suas próximas gerações. Uma pauta a ser “abraçada” e “realizada” por todos aqueles que amam esta cidade e que desejam torná-la cada vez mais forte e desenvolvida. **A união faz a força!**

Assinam esta pauta, dando a ela a sua devida importância estratégica para o município de Sinop, todas as entidades-membro da UNESIN. Quais são:


Associação Comercial e Empresarial de Sinop
(ACES)


Associação das Empresas Loteadoras de
Sinop (AELOS)


Associação dos Arquitetos do Norte de Mato
Grosso (ARQNORTE)


Associação dos Criadores do Norte de Mato
Grosso (ACRINORTE)

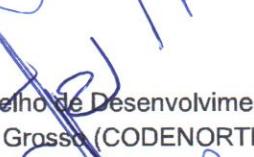

Associação dos Engenheiros e Agrônomos do
Norte de Mato Grosso (AENOR)


Associação dos Hoteis de Sinop Convention &
Visitor Bureau


Associação Floresta Urbana de Sinop


Associação Médica de Sinop (AMS)


Associação Sinopense dos Contadores e
Contabilistas (ASCCONT)


Conselho de Desenvolvimento do Norte de
Mato Grosso (CODENORTE)


Conselho de Pastores Evangélicos de Sinop e
Região (COPAS)


Cooperativa de Transportadores e
Profissionais da Área de Logística e
Transporte de Cargas de Sinop/MT
(COOPERLOG Sinop/MT)


Embrapa Agrossilvipastoril


Lions Clube de Sinop


Lojas Maçônicas Acácia do Xingu, Columnas do
Norte e Rui Barbosa



A blue ink signature of the name 'Mitra Diocesana de Sinop'.

Mitra Diocesana de Sinop

Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de
Sinop (OAB Sinop/MT)

A blue ink signature of the name 'Rotary Club de Sinop'.

Rotary Club de Sinop

A blue ink signature of the name 'Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso (SINDUSMAD)'.

A blue ink signature of the name 'Sindicato Rural de Sinop'.

A blue ink signature of the name 'Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Sinop'.

A blue ink signature of the name 'União das Entidades de Sinop (UNESIN)'.

"Transportai um punhado de terra todos os dias e fareis uma montanha."

(Confúcio)



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

ANEXO 7

Carta POA 2050

Por um projeto de cidade para Porto Alegre

É uma carta apócrifa que não sabemos se foi tramatada, mas fornece um sentimento popular de como a população considera necessária uma ação coletiva para o desenvolvimento de Porto Alegre.



SARS
Sociedade dos Amigos
de
Santa Rita do Sapucaí

Nós, cidadãos de Porto Alegre articulados através do coletivo Porto Alegre Inquieta, que se dedica à construção de uma cidade mais inclusiva, humana e sustentável, nos dirigimos aos candidatos a cargos de prefeito, vereador e seus partidos políticos para apresentarmos o projeto de cidade que queremos. Propomos a construção de um processo participativo de planejamento de longo prazo para Porto Alegre, com as condições necessárias para a resolução de complexos e antigos problemas e para a construção de uma cidade inclusiva e próspera.

Nossa proposta parte da constatação de falência do modelo mental de quatro anos, em que cada gestão começa quase do zero e se preocupa em entregar os resultados do projeto do seu governo - e não de um **projeto de cidade**. A busca pela eleição ou reeleição do governante ou partido se coloca como finalidade em torno da qual os resultados são produzidos e disseminados. Reconhecemos não se tratar de um problema singular de Porto Alegre nem de governos específicos. Entretanto, estamos inquietos com os problemas que assolam a cidade por décadas, como a descontinuidade de programas e políticas, a retração da participação cidadã, a estagnação do planejamento estratégico, e a redução da qualidade dos serviços públicos essenciais. As populações periféricas são as mais atingidas pelas consequências desta problemática, sofrendo com as condições de mobilidade urbana, infraestrutura, saúde, educação e outras, que ampliam as desigualdades.

O que propomos é um modelo de gestão que valorize ainda mais instâncias de participação na relação entre governo e sociedade. Para tanto, é necessário que o saber dos cidadãos de todas as feições da cidade seja somada à *expertise* técnica, formando uma inteligência coletiva capaz de propor soluções inovadoras e efetivas para além dos quatro anos de cada gestão municipal. Esperamos dos governantes a capacidade de criar espaços de colaboração, de acolher as múltiplas vozes para compor o seu plano de governo e a atitude ética de dar respostas aos contextos e segmentos sociais mais excluídos.

Entendemos que Porto Alegre tem tradição de processos participativos e de inovação pública, que inclui o Orçamento Participativo, a gestão de conflitos nos conselhos municipais, e mesmo nas parcerias entre governo e sociedade, como o Pacto Alegre e Aliança para Inovação. Além disso, a pandemia Covid-19, mostrou-nos o quanto os porto-alegrenses estão engajados, envolvidos em redes horizontais de solidariedade e inovação. Mostrou também que a cidade está preparada para esta mudança e que 2020 é o momento certo para sua proposição, considerando que os desafios não serão vencidos sem o esforço comum dos cidadãos. O exercício da cidadania pode, nas próximas gestões, ser a chave para o desenvolvimento resiliente, solidário e inteligente de nossa cidade.

Um plano de longo prazo é desafiador, mas não é uma utopia. Nossa inspiração é Medellín, com 2,5 milhões de habitantes que, em menos de 20 anos, saiu da condição de extrema violência para ser uma das cidades mais criativas e inclusivas do mundo. Lá, as múltiplas ações de pequena escala, que se repetiam em diversas iniciativas, foram iniciadas a partir de projetos-piloto nas periferias e implementadas através da participação cidadã direta.

Com este documento, mais do que concordar com premissas quase universais, desejamos o compromisso com algumas prerrogativas que entendemos serem absolutamente necessárias para que um plano de longo prazo tenha início de forma sólida e para que possa se manter entre as gestões que são eleitas a cada quatro anos:

1. Reconhecer que a participação cidadã vem se desgastando ano após ano - criando dificuldades para a inovação e aumentando as desigualdades - e que é preciso estimular um novo modelo de escuta da população para devolver o protagonismo para os cidadãos;
2. Instituir a participação cidadã no centro da governança e do planejamento municipal, integrando as instâncias eleitas do legislativo e executivo com diversos setores da sociedade, incluindo necessariamente as instâncias comunitárias, temáticas e territoriais de representação, assim como a pluralidade de organizações sociais, acadêmicas e empresariais na construção de um terreno comum para enfrentamento dialogado dos conflitos;
3. Constituir um verdadeiro projeto estruturante e de longo prazo da cidade e para a cidade de Porto Alegre baseado no planejamento e gestão participativos, incluindo saberes populares e técnicos e que transcenda o modelo mental dos 4 anos;
4. Instituir monitoramento da cultura cidadã para verificar o avanço das políticas de disseminação da cultura, de implementação dos espaços de participação e de diálogo e da execução dos projetos e políticas priorizados por estes espaços de cidadania.

Esta iniciativa surge como forma de articular a pluralidade da sociedade. Buscamos somar o saber dos cidadãos, o conhecimento e técnica das universidades e a capacidade de mobilização da iniciativa privada como motores do poder público, incluindo o executivo, legislativo e judiciário, ao redor da participação cidadã.

É por reconhecer que Porto Alegre precisa de um campo comum de diálogo entre seus setores que propomos uma chamada à participação e à construção coletiva de um projeto de futuro de cidade para toda a sociedade porto-alegrense. Colocamos aos futuros governantes e legisladores que, ao assumir estas propostas e comprometer-se com estes princípios, contarão com nossa colaboração e participação. Para os passos a seguir, contaremos com toda a pluralidade de Porto Alegre para definir os meios, prioridades e iniciativas a implementar. Assim, esta proposta se abre também para a colaboração da sociedade civil e acolhe as contribuições das entidades que se alinharem com estas propostas.

ANEXO 8

Posts de Eventos Realizados



Plano 20-30

Fase 4 - Ferramentas de Ação pelos Cidadãos

RENASCIDADE Dia 20 de outubro
PAPO SEM CRISE nº29 19:00-20:30h Zoom

João Brentan

Um modelo de GOVERNANÇA MUNICIPAL

Comitê de Governança em Rede

Esta é uma das alternativas que estão sendo estudadas na Fase 4 do Plano 20-30. www.plano20-30.org.br

Heolocracia, Sociocracia, O2
Vamos conferir?

Zoom - LINK PERMANENTE
Ao vivo Facebook. Vídeo YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=PFQmsIPXjZ8>

RENASCIDADE Dia 25 de setembro
PAPO SEM CRISE 19:30 - 21:00h Nº 25A

Muitas cidades já desenvolveram um modelo de governança revolucionário. Veja uma na live

Plano 20-30
As experiências de sucesso de outras cidades - São João da Boa Vista.

Dia 25/09/2020 às 19:30h

GOVERNANÇA MUNICIPAL

Plano 20-30 - Experiências de sucesso São João da Boa Vista é uma delas.

Amélia Queiroz Diretora Executiva Agência Desenvolvimento Regional Leste Paulista e Sul de Minas www.agenciadedesenvolvimento.com.br

J. A. Bassi Consultor

João Brentan

Plano 20-30 www.plano20-30.org.br

Reunião pelo Zoom
LINK A CONFIRMAR NO DIA
Transmissão ao vivo em Facebook Renascidade

Muitas cidades já desenvolveram modelos de governança inovadores e revolucionários.
Vamos conferir?

<https://www.youtube.com/watch?v=LsQZZBLdOml&t=3577s>

RENASCIDADE Dia 23/outubro/20
PAPO SEM CRISE nº29B 19:00-20:30h Zoom

GOVERNANÇA MUNICIPAL

Plano 20-30 - Experiências de sucesso Porto Alegre RS

PACTO ALEGRE

Jorge Audi Superintendente de Inovação da PUCRS

Muitas cidades já desenvolveram modelos de governança inovadores e revolucionários.
Vamos conferir?

Zoom LINK PERMANENTE
Ao vivo Facebook. Vídeo YouTube

<https://www.youtube.com/watch?v=DXflCt1sRJ0&t=24s>



Sociedade dos Amigos de Santa Rita do Sapucaí